

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

FELIPE GENARO

A CAMPESINIDADE EM IRAÍ DE MINAS - MG



estratégias de reprodução social no Cerrado mineiro

**UBERLÂNDIA – MG
2016**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

FELIPE GENARO

**A CAMPESINIDADE EM IRAÍ DE MINAS - MG:
estratégias de reprodução social no Cerrado mineiro**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito à obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Geografia e gestão do território

Linha de pesquisa: Análise, planejamento e gestão dos espaços rural e urbano.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cervo Chelotti

**UBERLÂNDIA – MG
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

G324c Genaro, Felipe, 1990-
2016 A campesinidade em Iraí de Minas - MG : estratégias de reprodução
social no cerrado mineiro / Felipe Genaro. - 2016.
136 f.

Orientador: Marcelo Cervo Chelotti.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Agricultura familiar - Iraí de Minas (MG) -
Aspectos sociais - Teses. 3. Cerrados - Aspectos sociais - Teses. 4. Iraí
de Minas (MG) - Usos e costumes - Teses. I. Chelotti, Marcelo Cervo,
1978-. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia



FELIPE GENARO

A CAMPESINIDADE EM IRAÍ DE MINAS – MG: estratégias de
reprodução social no Cerrado mineiro

Professor Dr. Marcelo Cervo Chelotti - UFU

Professora Dr.ª. Vera Lúcia Salazar Pessoa – UFG – Catalão-GO

Professor Dr. João Cleps Júnior – UFU

Data: 18 / 03 de 2016

Resultado: Com distinção

*Dedico este trabalho aos pequenos produtores rurais do
setor do Barreiro, que com seu testemunho de vida
revelam que ainda é possível viver no/do Cerrado,
principalmente àqueles que me acolheram
e me deram o privilégio da convivência
durante as pesquisas de campo.*

AGRADECIMENTOS

Durante a pesquisa que resultou neste trabalho, tive o privilégio de ser orientado por diversas pessoas e devido a esta orientação foi possível concluir esta dissertação.

Agradeço as orientações de João Cleps, que me orientou na defesa do projeto e na qualificação e me auxiliou dentro do Programa frente às intermináveis reuniões do colegiado. Agradeço também a Vera pela dedicação apresentada na qualificação e pela inspiração por meio de sua tese.

Agradeço a Marcelo – Lula, um dos maiores presidentes do DAGEO, pelas orientações cartográficas e agradeço a Danielly Fernandes pelas orientações sobre Iraí de Minas e São José do Barreiro.

Às duas Danielas que tomaram grande importância durante os momentos difíceis: Paula Daniela que contribuiu com nossas consultas psicológicas informais, nas mesas da universidade, e Daniela psicóloga, que propiciou o resgate da minha motivação de seguir em frente com a pesquisa.

À minha família, que tanto me apoiou durante esta jornada, Tia Brígida que sempre se preocupou comigo, e aos que se tornaram parte da minha vida, dona Neuza, seo Hélio e Raphael. Ao meu pai e aos meus irmãos, que durante o mestrado, mandaram de longe seu apoio.

A minha família de Geografia, família Papas e Pollos, Nataly, Godoy, Murilo, Ramon, Paulinha, Jú, Chuchu, Rafa, Goiano, Fofuxo, Adriano, Heitor, Caio, Yasmmin, Diego e Sombra. Mesmo perdidos no deserto de Nazca, tiveram grande importância na minha formação. Agradeço também a Jú, Suhellen e Bárbara da Banda da Gurias por ter me mostrado que a Geografia está lá fora.

Aos amigos inseparáveis do Santa Rosa, Caetano, Erika, Pedro, Cris, Gelson, Danilo, Guilherme, Jaji, Tileu. André, Maxuel e Dasy que sempre estiveram do meu lado.

Ao DAGEO que proporcionou minha formação política dentro da Geografia, aos amigos que me acompanharam, Anaísa, Gessyka, Huan, Arthur, Angelo, Mariana, Flavia, Lara, Lucas, entre outros. Ao Grupo Escoteiro Triângulo que proporcionou minha formação

como cidadão, aos meus amigos Eurico, Jeferson, Bernadete, Ana Paula, entre os vários que me acompanham “Sempre Alerta” desde os meus 11 anos de idade.

Aos amigos do Cena Cerrado que fizeram parte da minha vida durante estes anos de mestrado, ao Arthur, GB, Bruna, Fabio, Senomar, Zé, Gui, Tiago, entre outros. Também agradeço o apoio e o carinho dos amigos Mária e Alex.

Agradeço também a aqueles que possibilitaram os trabalhos de campo a partir da hospitalidade e generosidade, Joaquina, Aparecida, Abadia, Gorete, Osmar, Júlio entre outros que abriram as portas do Barreiro para que eu pudesse aprender com eles.

Agradeço a Brandão por estar presente com minha família desde os meus oito anos de idade, suas orientações, seu carinho e dedicação em ajudar foram fundamentais para minha formação na Geografia e na vida.

Ao meu orientador Marcelo que me acompanha desde o início de minha graduação, me orientando na academia e na vida. Sinto orgulho de ter sido seu orientando e hoje o considero como meu irmão mais velho.

Mesmo com tanto apoio para conseguir realizar este trabalho, nada seria possível sem a presença de minha orientadora e melhor amiga, a minha mãe doutora. Sempre nos momentos difíceis ela esteve ao meu lado, me guiando na vida e auxiliando no que for preciso. Nada seria possível sem você Mãe.

A todos os meus companheiros de vida, do Santa Rosa, do Escotismo e da Geografia.

Ao programa de pós-graduação, alunos e professores e a CAPES pelo auxílio da bolsa, sem ela não conseguiria concluir este trabalho.

Sinto-me feliz por ter certeza de que posso contar com vários amigos, presentes ou não neste agradecimento. Obrigado a todos.

*Gosto de viver uma vida bem tranquila, caipira,
você nunca perde de ser humilde.*

Morador do Barreirinho,
área rural de Iraí de Minas

RESUMO

As transformações ocorridas na organização do espaço na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba a partir da modernização da agricultura, especificamente no município de Iraí de Minas e da construção da barragem da Hidrelétrica de Nova Ponte refletiu de sobremaneira na (re)organização do espaço regional, provocando maior concentração de recursos nas grandes propriedades e excluindo do processo produtivo uma parcela significativa de agricultores familiares ali residentes há gerações. Apesar do avanço da modernização, tais projetos não resultaram em um processo harmônico e ordenado, porém contraditório e produtor de desigualdades e incoerências. Um dos projetos fundamentais para a consolidação deste modelo foi o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados), representando um novo passo na apropriação do espaço do Cerrado. Os pequenos produtores de Iraí de Minas utilizavam então as terras que eram consideradas propícias para garantir o sustento familiar, no entanto elas foram submersas com a construção da barragem. No entanto eles conseguiram permanecer no campo e recriam a todo momento estratégias de reprodução de seus modos de vida, pautados por uma campesinidade. Frente a projetos de modernização do Cerrado, os pequenos produtores rurais de Iraí de Minas, principalmente aqueles que se dedicam à pecuária leiteira, se encontram atualmente “ilhados pela modernidade”, mas continuam vivendo na terra, e nela ainda tentam ganhar seu sustento de e sua família.

Palavras-chave: Campesinidade. Modernização do Cerrado. Modos de vida. Agricultura familiar. Iraí de Minas (MG).

ABSTRACT

The transformations on the organization of space in the region of Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba from the modernization of agriculture, specifically in Iraí de Minas and the construction of hydroelectric Nova Ponte reflected in the (re) organization of regional space causing greater concentration of resources on large properties and excluding the production process a significant number of farmers living there for generations. Despite the advance of modernization, such projects do not result in a smooth, orderly process, however contradictory and producer of inequalities and inconsistencies. One of the key projects for the consolidation of this model was PRODECER (Japanese-Brazilian Cooperation Program for the Development of the Savannas) representing a new step in the appropriation of space in the Cerrado. Small producers of Iraí de Minas used the lands that were considered favorable to ensure their livelihood, but they were submerged by the dam. However they managed to stay on the field and recreate all the time reproductive strategies of their ways of life, guided by a “campesinidade”. In front of the Cerrado modernization projects, small farmers of Iraí de Minas, especially those engaged in dairy farming, are currently found "stranded by modernity", but continue their country life, and still try to earn their living and their family.

Keywords: “Campesinidade”. Modernization of the Cerrado. Lifestyles. Family farming. Iraí de Minas (MG).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOS

Foto 1 – Distrito de São José do Barreiro, município de Iraí de Minas.	23
Foto 2 – Propriedade rural do Barreirinho, Distrito de São José do Barreiro, Iraí de Minas.	24
Fotos 3 – Festa de Nossa Senhora Aparecida no assentamento da Associação Raio de Sol, Distrito de São José do Barreiro, Iraí de Minas (MG): a) Celebração da missa em louvor a Nossa Senhora Aparecida; b) Preparação das refeições	26
Foto 4 – Propriedade rural do Setor do Barreiro, próxima às margens da Represa de Nova Ponte	52
Foto 5 – Agricultura moderna no alto de chapada em Iraí de Minas.	53
Foto 6 – Cooperativa Agrícola Mista de Iraí de Minas- COPAMIL.	58
Foto 7 – São José do Barreiro – aldeamento sede do Setor do Barreiro.	63
Fotos 9 e 10 – Represa da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte, vista do Barreiro, com a balsa fora de funcionamento.	66
Fotos 11 e 12 – Lote no Assentamento da Associação Raio de Sol: a) quintal da propriedade; b) placa identificando o número do lote e o nome do proprietário	68
Fotos 13 – Assentamento Raio de Sol: a) Fogões improvisados para a Festa de Nossa Senhora da Aparecida; b) Fogão à lenha em uma das residências	74
Foto 14 – Alimentação do gado em propriedade do Assentamento da Associação Raio de Sol	89
Foto 15 – Tanque de refrigeração em propriedade do Barreirinho	92
Foto 16 – Ordenha mecânica em propriedade do Assentamento da Associação Raio de Sol	93
Foto 17 – COPLIM – Cooperativa dos Produtores de Leite de Iraí de Minas	94
Foto 18 – Produtor de leite do Assentamento Raio de Sol e seu neto ordenhando as vacas	113
Foto 19 – Preparação de doce de leite para a Festa da Folia de Santos Reis	117
Foto 20 – Preparação do jantar para a Festa da Folia de Santos Reis	118

IMAGENS

Imagem 1 – Área do município de Iraí de Minas, dividida por setores	57
Imagem 2 – As chapadas e as vertentes do município de Iraí de Minas – a área de estudo	62
Imagem 3 – Município de Iraí de Minas em 1980	78
Imagem 4 – Município de Iraí de Minas em 1995	79
Imagem 5 – Município de Iraí de Minas em 2015	80

MAPA

Mapa 1 – Localização de Iraí de Minas	50
---------------------------------------	----

QUADROS

Quadro 1 – Associações rurais de Iraí de Minas	59
Quadro 2 – Espaços de trabalho no campo	85
Quadro 3 – Características da pequena produção no Barreiro a partir da classificação de Graziano da Silva (1999)	87
Quadro 4 – Produção mensal de leite comparada aos gastos (10 vacas em lactação)	90
Quadro 5 – Viver da terra e viver na terra: fonte de renda dos produtores de leite do Barreirinho e do Assentamento da Associação Raio de Sol	101
Quadro 6 – Características de reprodução dos <i>modos de vida</i> a partir da Festa da Folia de Reis de São José do Barreiro em janeiro de 2016	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição da população por sexo e situação do domicílio – Iraí de Minas – 2010	54
Tabela 2 - Evolução da população residente em Iraí de Minas, MG	55
Tabela 3 – Evolução do IDHM – Iraí de Minas	55
Tabela 4 – Número de estabelecimentos e atividade agrícola	56
Tabela 5 – Principais gêneros agrícolas produzidos em Iraí de Minas em 2012	58

LISTA DE SIGLAS

BASAGRO – Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial

CAMPO – Companhia de Promoção Agrícola

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

COPAMIL – Cooperativa Agrícola Mista de Iraí de Minas

COPLIM – Cooperativa de Produtores de Leite de Iraí de Minas

COSUEL – Cooperativa de suinocultores de Encantado Ltda.

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JADECO – Companhia Nipo-Brasileira de Desenvolvimento Agrícola

MDA –Ministério do Desenvolvimento Agrário

PAD – Programa de Assentamento Dirigido

PADAP – Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POLOCENTRO – Programa para o Desenvolvimento do Cerrado

PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 NAS TERRAS DE IRAÍ DE MINAS: do tradicional ao moderno	19
2.1 Os caminhos da pesquisa	21
2.2 O fundo de cena: modernização do campo no Cerrado	29
2.2.1 <i>Formação econômica e territorial do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba</i>	31
2.2.2 <i>O PRODECER: a modernização do Cerrado de Iraí</i>	37
3 OS CENÁRIOS DE IRAÍ DE MINAS: o povo das vertentes e o povo do assentamento	48
3.1 Características do Município	49
3.1 O povo das vertentes: São José do Barreiro e Barreirinho	62
3.2 O povo do assentamento: Associação Raio de Sol	67
4 ILHADOS PELA MODERNIDADE: as estratégias de reprodução social do “povo das vertentes”	75
4.1. A Inundação	77
4.2 Entre a roça e o pasto: a opção pela pecuária leiteira	87
4.3 Viver <i>da</i> terra – viver <i>na</i> terra	96
5 A CAMPESINIDADE DO POVO DAS VERTENTES	103
5.1 Terra-Família-Trabalho: a Campesinidade como ferramenta de compreensão dos <i>modos de vida</i> da comunidade do Barreiro frente à modernização	108
5.2 A Folia de Reis de São José do Barreiro: O trabalho comunitário e a reprodução cultural camponesa	114
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	130
ANEXO	135



1 INTRODUÇÃO

O avanço da fronteira agrícola no Cerrado buscou, através da ação do Estado em parceria com a iniciativa privada, a inserção econômica de áreas pouco exploradas do interior do País. Estas políticas almejaram consolidar um modelo produtivo pautado nas grandes lavouras de monocultura voltadas, sobretudo, para o mercado externo, através da inserção da tecnologia, da implantação de sistemas de crédito para o financiamento de terras e maquinários e, a partir do desenvolvimento de uma infraestrutura voltada a dar suporte à produção.

O discurso usado por parte dos agentes que atuaram para consolidar este modelo foi o de que o Cerrado era uma parte do território vazia, sem expressão econômica e onde ainda se mantinham praticas e costumes rudimentares, parte esta ocupada apenas por uma “agricultura tradicional” incapaz de alavancar a economia do país.

Particularmente quando se referiram às transformações ocorridas na organização do espaço na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, a partir da modernização da agricultura e dos reflexos dessas transformações na (re)organização do espaço regional, Pessôa e Sanchez (1989), Pessôa (2007) e Pessôa e Silva (2007) concluíram que esse modelo de agricultura condicionou uma maior concentração de recursos às grandes propriedades e excluiu do processo produtivo uma parcela significativa de agricultores familiares. Portanto, constata-se que as transformações ocorridas no espaço rural regional não foram resultado de um processo harmônico e ordenado, porém de um processo contraditório e produtor de desigualdades e incoerências.

Um dos projetos fundamentais para a consolidação deste modelo foi o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo–Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados), que representou um novo passo na apropriação do espaço do Cerrado. O Programa buscava, através de capital privado/público, o desenvolvimento da produção de grãos, sobretudo a soja, focando na produção em larga escala voltada para o mercado internacional. Os municípios inseridos neste programa foram: Iraí de Minas, Coromandel e Paracatu (PRODECER I), posteriormente ele se estendeu para os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Maranhão, nas fases II (1985) e III (1995).

No decorrer desse processo, observa-se que Iraí de Minas se apresenta como um símbolo deste modelo de agricultura. Elevado à categoria de município em 1963, foi escolhido pelo programa por atender às exigências do Projeto, pois possuía vastas áreas de Cerrado com predominância plana e já se encontrava servido por rodovias e ferrovias. Os agricultores vindos do município de Encantado no Rio Grande do Sul ocuparam o topo das chapadas de Iraí de Minas e transformaram a paisagem com as lavouras de grãos, maquinários, silos e pivôs. Já os agricultores mineiros, ali residentes há gerações, permaneceram como meros expectadores. Residindo nas vertentes, continuaram trabalhando no campo com o intuito de manter o sustento da família.

Estes agricultores ocupavam, em grande maioria, as áreas de encostas onde era possível produzir pequenas lavouras para subsistência e criar gado leiteiro. Esta ocupação se dava devido aos aspectos físicos (climáticos e pedológicos) propícios para estas atividades, que distinguiram estas áreas do topo da chapada. As áreas planas, consideradas improdutivas por eles, eram destinadas por alguns apenas para pastagem. No entanto, Pessôa (1988) apresenta outro fator que infligiu grandes transformações nos *modos de vida* destes agricultores:

O pequeno município de Iraí de Minas (380 km²), já se prepara para enfrentar mais um problema, quando terá parte de suas terras inundadas com a construção da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. O que fazer? Por hora ninguém ainda sabe. Estão em negociação com a CEMIG. (PESSÓA, 1988, p. 201).

Frente a esta nova condição, em que as terras que eram consideradas improdutivas adquiriram grande valor econômico, e as terras que eram consideradas propícias para garantir o sustento familiar foram submersas, como estes agricultores conseguiram permanecer no campo, levando-se em conta que cerca de 20% da população do município (IBGE, 2010) permanece na zona rural?

Neste sentido, o objetivo desta pesquisa foi o de compreender quais foram as diferentes estratégias de reprodução social adotadas por estes agricultores frente aos processos de modernização e como eles conseguem permanecer na terra sem, contudo, em muitos momentos tirar dela o sustento de suas famílias.

Para compreender estas estratégias, fez-se necessário ouvir estes sujeitos, buscando assim entender este processo a partir do ponto de vista daqueles que foram diretamente afetados. Esta forma de entender os processos tornou-se importante principalmente em relação aos impactos gerados pela construção da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte, já que há poucos trabalhos que abordam os reflexos da presença desta represa no município.

Consciente das implicações éticas para a realização de pesquisas com seres humanos, mas compreendendo também que este trabalho em nenhum momento compromete ou põe em risco os grupos humanos pesquisados, esta pesquisa foi pautada levando em consideração as Diretrizes Éticas Internacionais para a Pesquisa envolvendo seres humanos, observando que:

As pesquisas envolvendo seres humanos devem atender às exigências éticas e científicas fundamentais. a) consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo e a proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes (autonomia). Neste sentido, a pesquisa envolvendo seres humanos deverá sempre tratá-lo em sua dignidade, respeitá-lo em sua autonomia e defendê-lo em sua vulnerabilidade. (CEP, disponível em www.ufrgs/bioetica/benefic.htm. Acesso em: 05 de set. de 2015).

Desta forma, desde os primeiros contatos com as pessoas e grupos investigados, os objetivos desta pesquisa foram esclarecidos, assim como o que se pretendia com a realização deste trabalho. Diante da boa aceitação e das condições encontradas em campo, um processo mais simples de esclarecimento junto às pessoas e aos grupos investigados foi adotado. Da mesma forma foi acordado com eles o retorno dos resultados, devolvendo à comunidade o trabalho aqui apresentado e demais produções derivadas dele para que possam ficar disponíveis a todos os interessados.

Considerando que os agricultores aqui apresentados têm seus *modos de vida* constituídos a partir de uma lógica camponesa, e para auxiliar na compreensão de suas estratégias de reprodução social e das transformações sociais causadas pelos projetos de modernização, buscou-se estruturar este trabalho a partir da contribuição de Wanderley (2003), em seu texto “Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade”:

a) Se estou me referindo a um camponês imerso em um processo histórico, resta saber que história é essa? b) Que campesinato – ou campesinatos – emerge(m) desse processo histórico particular? c) Como as transformações gerais da sociedade brasileira afetaram tal campesinato, definindo-lhe um novo espaço de reprodução e exigindo dele transformações internas significativas? d) Como as famílias camponesas percebem tais transformações e orientam suas próprias estratégias de adaptação? (WANDERLEY, 2003, p.55)

A segunda seção deste trabalho, “Nas terras de Iraí de Minas: do tradicional ao moderno”, tem como objetivo, em seu início, apresentar a metodologia proposta para se chegar ao objetivo central, assim como a forma com que decorreram os trabalhos de campo e como foi feita a delimitação da área de estudo: o setor do Barreiro. Já a segunda parte desta mesma seção apresenta o processo de modernização do campo nos Cerrados, com enfoque na atuação do PRODECER, entendendo o projeto como parte de um processo de homogeneização capitalista do espaço que causou transformações na reprodução social dos agricultores mineiros não contemplados.

Em “Iraí de Minas – um município no cerrado” é apresentada uma caracterização do município, principalmente em relação às áreas rurais. Esta seção apresenta e descreve também São José do Barreiro, distrito de Iraí de Minas e a área rural do Barreirinho, localizada ao lado do distrito e composta por pequenas propriedades que tem como atividade principal a produção de leite. Da mesma forma é apresentado o Assentamento Raio de Sol, criado a partir da Reforma Agrária de Mercado no ano de 2001, que igualmente tem como a principal atividade a pecuária leiteira.

Nestas primeiras seções desta dissertação buscou-se então identificar e compreender o processo histórico pelo qual passaram os produtores de leite do Barreirinho e do Assentamento e como se configura atualmente sua territorialidade.

A partir desta compreensão, a seção “Ilhados pela modernidade: as estratégias de reprodução social do povo das vertentes” apresenta na primeira parte os reflexos nos *modos de vida* gerados pelos dois grandes projetos de modernização e na segunda parte, a atual condição de vida dos produtores de leite, suas principais dificuldades e as estratégias adotadas para garantir o sustento da família. Desta forma, foi possível identificar como que estas transformações definiram um novo espaço para a reprodução das famílias, exigindo transformações internas e como estas famílias perceberam estas transformações e orientaram suas próprias estratégias de adaptação.

Durante a pesquisa, foi identificado que as famílias do Barreirinho e do Assentamento, para além da produção do leite, moldavam suas estratégias de reprodução social pautados em valores e simbolismos típicos do *modo de vida* camponês. Neste sentido, em “A campesinidade do Povo das Vertentes”, apresenta uma reflexão teórica acerca do conceito de campesinidade, a partir do que já foi discutido por Woortmann (1990), em que os princípios da reprodução social têm como alicerce a tríade terra-trabalho-família. Esta seção apresenta também a Folia de Reis de São José do Barreiro, em que a partir de uma manifestação do

catolicismo popular, os agricultores resgatam seus valores tradicionais como o trabalho comunitário, a ajuda ao próximo e a reafirmação de suas identidades enquanto camponeses.

É neste sentido que esta dissertação “A campesinidade em Iraí de Minas: estratégias de reprodução social no Cerrado mineiro” tem o intuito de apresentar a comunidade do setor do Barreiro que, assim como várias outras comunidades do Cerrado, constroem suas histórias de vida para além das grandes lavouras. As paisagens das grandes produções de *commodities*, impulsionadas pela alta tecnologia não revela a presença destas comunidades que permaneceram à margem do processo de modernização. Por isso se faz importante evidenciar que o Cerrado é também um espaço de relações sociais construídas por gerações, de paisagens de vida permeadas por diferentes valores simbólicos.

2 NAS TERRAS DE IRAÍ DE MINAS: do tradicional ao moderno



Entre os muitos habitantes rurais que vivem e sobrevivem há várias gerações em áreas de Cerrado, destaca-se neste estudo a trajetória de vida e trabalho dos pequenos camponeses de Iraí de Minas. A relação com a terra e o trabalho, os laços entre as pessoas da comunidade e a identidade com o lugar constroem e reelaboram a todo momento os seus *modos de vida* e possibilitam a agricultores tradicionais o se reinventarem e (re)existirem às grandes inundações de modernização do campo, impulsionada por tratores e pessoas de terras distantes, assim como pela invasão das águas nas áreas que antes eram utilizadas para o cultivo da pequena lavoura de subsistência.

Ao constatar que os agricultores das vertentes encontram seus espaços de reprodução social cercados por grandes projetos de agricultura e de pecuária capitalista, a permanência deles no campo e o desejo de continuarem ali de algum modo causam uma certa estranheza. Para que possam alcançar êxito diante do apelo ao êxodo rural, esses agricultores familiares criam e procuram preservar estratégias e alternativas de uma constante readaptação às novas condições geradas, o que os obriga a uma constante luta em nome da necessidade de traçarem estratégias de reprodução de seus *modos de vida*. *Modos de vida* ao mesmo tempo tradicionais e passados de uma geração a outra, e também inovadores, porquanto em boa medida as famílias e as comunidades camponesas são obrigadas a inovarem tanto tecnologias de trabalho e produção, quanto formas de comercialização de seus produtos.

Dessa forma, num esforço de procurar entender como se dá o processo de transição entre o tradicional e o moderno, ou como esse processo se complexifica, hibridizando em muitos casos estratégias de sobrevivência pautadas tanto pela modernidade quanto pela tradicionalidade, este trabalho procura analisar a partir de seus *modos de vida*, a presença, muitas vezes persistente, do pequeno produtor rural em áreas cercadas por grandes empreendimentos agroindustriais de Iraí de Minas.

2.1 Os caminhos da pesquisa

Buscando entender de maneira mais profunda as estratégias de reprodução dos modos de vida dos pequenos produtores rurais, fez-se necessário o convívio com esses indivíduos, para que, a partir da observação direta de suas práticas cotidianas fosse possível compreendê-las. Neste sentido, a constante ida ao campo e a construção de um vínculo de confiança com pessoas e famílias locais foi de importância primordial.

No entanto, alguns desafios tiveram que ser superados para que fosse possível obter as informações e identificar as diferentes realidades que objetivam este estudo. A primeira ida a campo foi realizada em fevereiro de 2015, e teve como objetivo principal observar, identificar e compreender – num primeiro olhar – as principais características, do ponto de vista dos objetivos desta pesquisa, das áreas rurais do município de Iraí de Minas. Nesta ocasião foram realizadas entrevistas com alguns membros da Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento de Iraí de Minas; do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; da Cooperativa de Produtores de Leite e da EMATER. Já num primeiro momento foi possível constatar várias contradições entre os discursos vindos tanto da Secretaria quanto do Sindicato, quando comparados com o que foi relatado pelo técnico da EMATER.

Após um breve relato sobre a forma como se caracterizava anteriormente o meio rural do município, o que ocorreu e o que representou a chegada do PRODECER, tanto a Secretaria quanto o Sindicato enalteciam as boas condições de vida de todos os agricultores que não foram contemplados pelo Projeto. Afirmaram que a forma com que as associações rurais auxiliavam os produtores possibilitou a melhoria de vida da comunidade rural de modo geral. Entretanto, de acordo com o técnico da EMATER essas “boas condições de vida” inexistem. Segundo ele grande parte das pessoas que residem no campo enfrentam muitas dificuldades para permanecer na terra. E isto vale mais ainda para o caso dos produtores de leite.

Frente a esta situação, tornou-se necessário visitar algumas propriedades, a fim de iniciar as entrevistas com os próprios agricultores e pequenos pecuaristas. Foram realizadas então mais duas idas a campo no decorrer do mês de agosto de 2015. Nesta ocasião apresentou-se a oportunidade de entrevistar os produtores de leite da comunidade rural do Pantaninho, localizada cerca de 20 km da sede do município. No decorrer das entrevistas foi possível constatar um relativo receio das pessoas em relatar as condições atuais vividas no campo após “a chegada dos gaúchos”. A partir desta constatação foram identificadas certas dificuldades para conseguir novas entrevistas, o que fomentou repensar novas formas de incursão ao campo, e em procurar um novo *locus* para as pesquisas de campo.

Na comunidade do Pantaninho foram entrevistados seis produtores de leite, com o auxílio de um deles, que apresentava os demais e acompanhava as entrevistas. Mesmo acompanhado, as pessoas entrevistadas demonstravam um certo receio de que os “gaúchos” descobrissem que eles estavam sendo entrevistados. Segundo um deles, eles nunca tiveram problemas com os gaúchos, mas tinham medo, pois os mesmos se tornaram os grandes produtores do município.

Após estas primeiras entrevistas e do aconselhamento de um dos produtores, surgiu a ideia de visitar o distrito de São José do Barreiro (Foto 1). Segundo ele, lá residem vários produtores de leite que possuem pequenas propriedades rurais vizinhas umas das outras.

A visita à comunidade imediatamente possibilitou identificar ali o *locus* ideal para alcançar os objetivos desta pesquisa, pois o setor do Barreiro, como é denominado pela prefeitura, é ocupado por pessoas e famílias que acompanharam de perto os grandes projetos (PRODECER e UHE Nova Ponte) e que possuem pequenas propriedades rurais naquele lugar há várias gerações. Durante as pesquisas de campo foram visitadas cerca de 32 pequenas propriedades, sendo que os trabalhos de efetiva pesquisa ocorreram em 26 delas por dedicarem-se à atividade de criação de gado de leite.

Foto 1 - Distrito de São José do Barreiro, município de Iraí de Minas (MG)



Autor: GENARO, F., out/2015

Durante o mês de outubro deste mesmo ano, foram realizadas pesquisas de campo em três áreas do Barreiro: no pequeno aldeamento urbano do distrito de São José do Barreiro; na área rural conhecida por Barreirinho, localizada bem próxima ao aldeamento; e no assentamento do Banco da Terra, da Associação Raio de Sol, localizado neste mesmo setor, distante cerca de 5 km da sede do distrito. A opção por estas três áreas deve-se ao fato de que nelas foi possível identificar diferentes modos de vida, ao lado de uma certa tradicionalidade camponesa.

Foto 2 – Propriedade rural do Barreirinho, Distrito de São José do Barreiro, Iraí de Minas (MG)



Autor: GENARO, F., out/2015

Segundo alguns moradores o distrito foi formado há quase 100 anos, e a população residente é constituída, em grande maioria, por trabalhadores rurais e pequenos proprietários. O Barreirinho (Foto 2), de acordo com os entrevistados, foi ocupado no “tempo de seus bisavós”, ou “no tempo dos escravos”, quando existiam algumas fazendas que foram sendo desmembradas no decorrer do tempo, principalmente por meio de herança. Assim, o distrito atualmente apresenta cerca de 15 pequenas propriedades com extensões médias que variam entre 2 e 3 alqueires¹. Já o Assentamento da Associação Raio de Sol, fundado em 2001 a partir do financiamento do Banco da Terra, é ocupado, em grande parte, por antigos trabalhadores rurais que já residiam em Iraí de Minas.

¹ Um **alqueire** é uma medida de terra equivalente em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás a 4,84 hectares, e em São Paulo a 2,42 hectares (**alqueire** paulista). Um hectare tem 100 ares ou 10 mil metros quadrados.

A aproximação com a comunidade e os primeiros contatos com os sujeitos que compõem esta pesquisa foram feitos, num primeiro momento, através de dois locais de convivência: o bar e a igreja. No bar, após explicações de maneira informal ao proprietário sobre os objetivos desta pesquisa, foram estabelecidos contatos com outros frequentadores. Entre eles destacam-se alguns “retireiros”, trabalhadores que retiram o leite em grandes e médias propriedades, que se prontificaram a narrar as suas histórias e as dificuldades da extensa jornada de trabalho. Eles também se disponibilizaram colaborar nos contatos com os pequenos proprietários do Barreirinho.

Entre as relações estabelecidas a partir da igreja, destaca-se a colaboração de uma das líderes religiosas da comunidade que possibilitou o avanço das pesquisas de campo, colocando-se à disposição. Em sua casa, com característica hospitalidade mineira, sempre se é recebido com café e pão de queijo. Ao entender os objetivos da pesquisa, prontificou-se em ajudar, estabelecendo os contatos com os proprietários do Barreirinho e dando grande apoio para o êxito das entrevistas. Ela informou também que a missa naquela semana aconteceria no Assentamento, onde haveria a Festa de Nossa Senhora de Aparecida.

Na Festa foi possível encontrar um típico cenário de solidariedade camponesa tradicional entre os membros do Assentamento. O almoço, oferecido a todos os presentes, foi feito com alimentos doados pela comunidade. E ele foi preparado de forma coletiva pelas mulheres. Houve bingo e venda de bebidas com a renda destinada à construção da capela na comunidade. Os moradores do Assentamento prontificaram-se em contar suas histórias, sendo que um dos primeiros assentados ofereceu hospedagem e ajuda durante os momentos necessários para pesquisar na comunidade.

Fotos 3 – Festa de Nossa Senhora Aparecida no assentamento da Associação Raio de Sol, Distrito de São José do Barreiro, Iraí de Minas (MG): a) Celebração da missa em louvor a Nossa Senhora Aparecida; b) Preparação das refeições



Autor: GENARO, F., out/2015

Nesta fase da pesquisa, as entrevistas tiveram como objetivo recolher depoimentos e buscar, a partir deles, compreender a história desses sujeitos e a maneira como eles encararam a chegada dos projetos de modernização, assim como a forma como essas novas realidades afetaram os seus *modos de vida*. Num primeiro momento, as entrevistas foram realizadas a partir de uma conversa informal, sem um roteiro rígido, possibilitando que os entrevistados contassem a história de seu povo, as dificuldades em se manter na terra, os laços com o lugar e algumas outras questões sobre o seu cotidiano. Em seguida foi estabelecido um diálogo com as pessoas da comunidade do Assentamento a partir da participação na Festa.

Da mesma forma, as conversas com as pessoas do povoado de São José do Barreiro foram realizadas através de momentos de convivência e visita às casas e aos bares do lugar. O objetivo era então conhecer e me tornar conhecido; deixar falar o que quisessem sobre a realidade vivida, para que a partir do que foi dito elaborar um roteiro de entrevistas mais direcionado.

A partir de então, para entender as estratégias de reprodução social foram empregadas duas técnicas de pesquisa de campo: a entrevista e a observação participante. A elaboração de um roteiro para direcionar melhor as entrevistas possibilitou traçar um perfil das condições de vida destes sujeitos. Já a observação participante forneceu os laços necessários para estreitar ainda mais as relações com as pessoas, ao participar de seus cotidianos e de suas jornadas de trabalho, o que colaborou para a compreensão de seus *modos de vida*.

Para entender melhor estes *modos de vida*, tornou-se necessário desvendar o que Malinowski (1980) denominou “os imponderáveis da vida real” que, segundo ele, “devem ser observados em sua plena realidade”. (MALINOWSKI, 1980, p.55). Muitos fenômenos podem permanecer obscuros se não houver um esforço maior para entendê-los, e a participação na vida da comunidade é o que torna possível identificar “os imponderáveis da vida real”.

Em outras palavras, há uma série de fenômenos de grande importância que não podem ser registrados através de perguntas, ou em documentos quantitativos, mas devem ser observados em sua plena realidade. Denominemo-los *os imponderáveis da vida real*. [...] Todos esses fatos podem e devem ser cientificamente formulados e registrados, mas é necessário que o sejam, não através de um registro superficial de detalhes, como é habitualmente feito por observadores sem treinamento, mas por um esforço de penetração da atitude mental que neles se expressa. E é por esta razão que o trabalho dos observadores cientificamente treinados, uma vez seriamente aplicado ao estudo desse aspecto, proporcionará, eu o creio, resultados de maior valor. (MALINOWSKI, 1980, p 55, grifos do autor).

A partir das constatações de Foote-White (1980), em seu texto “Treinando a observação participante”, no qual destaca a importância da observação participante enquanto uma técnica de pesquisa privilegiada para conseguir uma maior inserção na comunidade, foram realizadas várias formas de integração na vida da comunidade em diferentes dimensões sociais. Elas iam desde o cotidiano de trabalho até a participação em momentos de festa.

Estava disposto a aceitar as pessoas e a ser aceito por elas. De qualquer modo, esta atitude não transpareceu muito nas entrevistas, porque fiz poucas entrevistas formais. Procurei demonstrar esta disposição para aceitar as pessoas e a comunidade através de minha participação cotidiana. (FOOTE-WHITE, 1980, p.81).

A opção pela técnica da observação participante mostrou-se muito interessante para o caso desta pesquisa, tendo em vista os objetivos propostos: identificar, sistematizar e procurar compreender as maneiras através das quais pessoas e famílias resistem e persistem ainda no campo, mesmo havendo ficado à margem de projetos de modernização do Cerrado.

Esta técnica possibilitou compreender mais a fundo estas realidades, pois a partir de momentos fecundos de observação, pautados pela participação no cotidiano de vida e trabalho, foi possível identificar diversos aspectos dos modos de vida que caracterizam as populações rurais pesquisadas. Algo que não ficaria tão visível e compreensível apenas através de entrevistas e da observação direta.

Por outro lado, uma pesquisa em Geografia Humana deve ser pautada pelo diálogo entre dados quantitativos e análises qualitativas. Da mesma forma que, a partir das ideias de Brandão (2009), é importante entender que o pensamento derivado da pesquisa científica é uma forma entre outras de produção de conhecimento confiável e transformador de diferentes dimensões da realidade. Assim como afirma Milton Santos (1999):

Como ponto de partida, propomos que o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. Através desta ambição de sistematizar, imaginamos poder construir um quadro analítico que permita ultrapassar ambiguidades e tautologias. [...] Nossa secreta ambição [...] é que esses conceitos, noções e instrumentos de análise apareçam como verdadeiros atores de um romance, vistos em sua própria história conjunta. Não será a ciência, tal como propôs Neil Postman (1992, p.154) “uma forma de contar histórias?” (SANTOS, 1999, p. 21, grifos do autor).

Dessa forma, para alcançar os objetivos propostos para esta pesquisa foi necessário partir das realidades vividas pelas pessoas pesquisadas, assim como de suas práticas cotidianas e de seus conhecimentos. Saberes e sentidos que são produzidos longe da academia, mas que não deixam de possuir uma especial relevância para se somarem aos conhecimentos presentes nesse estudo.

A partir daí, a observação participante apresentou-se como instrumento capaz de fornecer os dados implícitos que não são facilmente identificados apenas através do olhar

apressado do pesquisador. É preciso demorar-se, conviver, gerar confiança e estabelecer relações, pois esta pesquisa, para além do pertencer a uma Geografia Humana, envolve a pessoa, através do sujeito camponês, e tudo aquilo que o torna assim como é, um camponês do Cerrado de Iraí de Minas.

[...] Porque em todos os mundos sociais, todas as instituições da vida estão interligadas de tal sorte e de tal maneira e se explicam através da posição que ocupam e da função que exercem no interior da vida social total, que somente uma apreensão pessoal e demorada de tudo possibilita a explicação científica daquela sociedade. Porque também o primeiro fio de lógica do pesquisador deve ser, não o seu, de sua ciência, mas o da própria cultura que investiga, tal como a expressa os próprios sujeitos que a vivem. (BRANDÃO, 1999, p. 12).

Após as pesquisas de campo, diante das análises dos resultados obtidos por meio da observação participante e das entrevistas, foi possível estabelecer relevantes relações entre as realidades vividas no campo, pautadas pela tradicionalidade das práticas econômicas de uso e ocupação do Cerrado, frente ao avanço da modernização do campo, identificando várias contradições entre o que é visível e alardeado pelo senso comum, quando ele enaltece a “vinda do progresso”, e o que realmente ocorre no cotidiano daqueles que vivem *da e na* terra.

Num esforço para compreender e sistematizar melhor o que foi encontrado em campo, faz-se necessário agora estabelecer um diálogo entre o que narraram e descreveram, e o que foi observado, a respeito do que vem sendo realizado em termos de vinda – e invasão – para o Cerrado de Iraí de Minas de uma lógica econômica e modernizante das práticas agrícolas.

2.2 O fundo de cena: modernização do campo no Cerrado

O Cerrado brasileiro, com sua ampla extensão e heterogeneidade de ecossistemas, abriga uma enorme biodiversidade. Em extensão, configura-se como o segundo maior bioma brasileiro, cobrindo originalmente uma área de aproximadamente 2.031.990 km², constituindo-se na mais extensa formação savânica da América do Sul. Levantamentos

realizados pelo Ministério do Meio Ambiente (1999) indicaram a ocorrência de pelo menos 6.000 espécies de plantas lenhosas com elevado grau de endemismo, mais de 800 espécies de aves agregadas e uma grande variedade de peixes, abelhas e outros invertebrados. Possui mais de 500 espécies de gramíneas, em sua maioria endêmicas, que atualmente perdem espaço para os capins exóticos utilizados na expansão das pastagens. Estima-se que a biodiversidade do Cerrado brasileiro representa cerca de 5% da biodiversidade do planeta, sendo considerado, inclusive, como um dos 34 *hotspots*² do Planeta.

A disponibilidade hídrica do Cerrado aumenta muito a relevância socioambiental deste bioma. As águas que nele afloram abastecem as principais bacias hidrográficas do país: a Bacia Amazônica, a do São Francisco e a do Paraná. Essas bacias são responsáveis pelo abastecimento de água da maior parte do território brasileiro. A intensificação do uso e ocupação do Cerrado tem causado sérios impactos, principalmente os relacionados ao desequilíbrio hídrico, que podem provocar consequências negativas de âmbito social, econômico, ambiental e cultural.

O Cerrado brasileiro destaca-se também pela sua capacidade de armazenamento de carbono. Apesar da ausência de grandes florestas densas, apresenta extensas áreas com cobertura vegetal. Esta vegetação, adaptada aos solos profundos, caracteriza-se pela presença de raízes também profundas que, além de contribuírem sobremaneira para o equilíbrio hídrico, formam verdadeiras “florestas subterrâneas”, o que auxilia na absorção do carbono da atmosfera terrestre (HOGAN. et al., 2002).

² O termo *hotspots*, traduzido livremente do inglês, significa “ponto quente” e foi utilizado por Norman Myers, ecólogo e cientista inglês, como conceito ambiental para designar todas as áreas que apresentam uma grande biodiversidade, mas que se encontram em alto risco de degradação ambiental e são áreas críticas para a conservação, pois a sua biodiversidade está ameaçada de extinção. Os critérios utilizados por Myers para classificá-los incluem a identificação de pelo menos 1500 espécies endêmicas da flora e a constatação que tenha perdido mais de ¾ de sua vegetação natural. No Brasil são considerados *hotspots* o Cerrado e a Mata Atlântica.

Em termos de solos, predominam os latossolos³, presentes em cerca de 46% das áreas de Cerrado. Caracterizado principalmente pela baixa fertilidade e alta acidez, são, no entanto solos que apresentam grande facilidade de drenagem e se assentam em relevos planos ou levemente ondulados. Apesar de terem sido considerados improdutivos durante muito tempo, foram justamente estas características que viabilizaram a implantação da agricultura moderna, pois elas permitem o uso intensivo da mecanização.

Todavia, apesar de sua reconhecida importância ambiental, as áreas de Cerrado vêm sofrendo grandes alterações em consequência da expansão do agronegócio, que se intensificou a partir do final da década de 1970, decorrente dos incentivos governamentais para a produção intensiva, principalmente de soja e café.

As transformações das áreas de Cerrado não ficaram reduzidas somente às questões ambientais, mas alteraram também as condições sociais de suas populações tradicionais. Os incentivos governamentais impulsionaram a migração de produtores rurais vindos do Sul (em destaque: Rio Grande do Sul e Paraná) e do Sudeste (especialmente São Paulo). Uma das áreas de Cerrado alvo da migração foi a da Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto do Paranaíba, dado que o governo do Estado se propôs a fornecer subsídios que viabilizassem e gerassem lucros diretos para os produtores. Estas transformações, que se intensificaram principalmente com a modernização do campo, também foram propiciadas pelas especificidades da formação econômica e territorial do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

2.2.1 Formação econômica e territorial do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba

A ocupação econômica da Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba teve início em meados do século XVIII. Sem muita expressão no cenário econômico brasileiro, a

³ Solos geralmente profundos, antigos e bem drenados. Apresentam baixo teor de silte e de materiais facilmente intemperizáveis. São homogêneos, com estrutura granular, sempre ácidos e nunca hidromórficos. Podem ser eutróficos (saturação por bases maior que 50%) ou distróficos (saturação por bases inferior a 50%).

área até então denominada “Sertão da Farinha Podre”, servia de entreposto aos viajantes que adentravam o território nacional em busca de ouro. Destacava-se então o “Arraial de Desemboque”, que servia de ponto de apoio para aqueles que iam em direção ao ouro encontrado na antiga “Capitania de Goiás”.

No início do século XIX, a população que ali habitava teve como principal atividade a agropecuária. O desenvolvimento econômico a partir dos núcleos urbanos de Araxá e Uberaba e a vasta disponibilidade de terras devolutas, doadas a quem se habilitasse a explorá-las, promoveram um novo fluxo migratório em direção à Mesorregião, tal como afirma Prado Júnior (1979).

[...] os mineiros ocuparam o chamado Triângulo Mineiro, o território situado no ângulo formado pela confluência dos rios Paranaíba e Grande, formadores do Paraná. Esta região que em meados do século não contava mais de 6.000 habitantes, compreendidos 4.000 índios semicivilizados, reunirá em fins do Império acima de 200.000 indivíduos, com um centro urbano já de certa importância: Uberaba. (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 204).

No final do século XIX um outro fator que contribuiu para o desenvolvimento econômico local foi a chegada da ferrovia, que interligou esta região com o estado de São Paulo, indo até o Porto de Santos. Apesar da evolução econômica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, a produção agropecuária esteve sempre muito aquém dos índices de produções equivalentes do sul do país. As áreas de Cerrado eram de difícil cultivo, devido, principalmente, ao alto nível de acidez do solo. Dessa forma, a pecuária tornou-se a principal atividade na Mesorregião, pois não necessitava de cultivo, tendo em vista que utilizava como pastagem a vegetação nativa.

Mais adiante no processo histórico, de acordo com Brandão (1984), dois governos foram fundamentais para a incorporação do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba ao cenário econômico nacional: o governo Vargas e o Kubitschek. Em um primeiro momento, o governo Vargas, que buscou promover a integração e a colonização concisa do território nacional. Foi quando a Mesorregião teve reconhecida a sua importância através da “Marcha para Oeste”. O

governo, através da Fundação Brasil Central, auxiliou na criação da infraestrutura local, destacando-se a cidade de Uberlândia, com o estabelecimento de pequenas indústrias voltadas principalmente para a construção de pistas de pouso e abastecimento, hospitais e escolas. Já no governo Juscelino Kubitschek observou-se um grande avanço no desenvolvimento da região, decorrente da construção de Brasília, da política do “Plano de Metas”, dos programas de ocupação do oeste brasileiro e da decisão de opção pelo transporte rodoviário.

O Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba localiza-se entre Brasília e os principais centros industriais do país: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Em consequência, as rodovias criadas para ligar esses centros à nova capital colaboraram para o desenvolvimento econômico da Mesorregião, que exercia papel de entreposto para os materiais necessários à construção. A infraestrutura dinamizou a economia e ampliou o setor de serviços. A indústria, no início, voltada principalmente para a produção de materiais para a construção, promoveu o crescimento urbano da região, estimulando a migração do homem do campo para as cidades e atraindo migrantes de outras regiões.

Dessa maneira, ao analisarmos o desenvolvimento econômico do interior do território nacional e o contexto histórico em que ele foi sendo efetivado, podemos constatar que a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, com sua localização estratégica, contribuiu de sobremaneira para o estabelecimento de um novo eixo de desenvolvimento, pois atuava, e atua até hoje como um elo de ligação entre a capital brasileira e as regiões mais desenvolvidas do país.

Apesar do acelerado desenvolvimento da região, a sua produção agrícola permaneceu ainda bastante incipiente. Esse cenário só se alterou a partir da década de 1970, com os “Planos Nacionais de Desenvolvimento” efetivados pelos governos militares (BRANDÃO, 1984). O Estado, em parceria com a iniciativa privada, promoveu a adoção do modelo de produção agrícola estadunidense, como herança da “Revolução Verde”. Boa parte da

população local migrou do meio rural para o urbano, e as novas políticas e práticas agrícolas foram em boa medida responsáveis por enquadrarem o Cerrado brasileiro no setor produtivo nacional segundo um modelo capitalista e meramente produtivista, que deixava o social praticamente em segundo ou terceiro plano. A incorporação do Cerrado a tal cenário promoveu o desenvolvimento econômico de uma vasta área que, até esse momento, era pouco expressiva em termos de produção e de produtividade.

Nesse contexto, o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba foi um dos principais alvos dos planos de modernização da agricultura. A sua localização estratégica no território, a presença de uma infraestrutura de transporte eficiente e o capital concentrado na região propiciaram que essa fosse uma das primeiras áreas do país a incorporar os modelos agroindustriais ao seu meio produtivo.

Outros fatores importantes para o sucesso da mecanização agrícola na região foram os aspectos físicos do espaço, pois, como já foi dito, todo o espaço produtivo para a agricultura e a pecuária apresentava áreas planas e uma farta disponibilidade hídrica. Em pouco tempo, a produção agrícola destacou-se, em comparação com o restante do estado, com foco na produção de milho, soja e cana, que se sobrepuseram à produção das demais regiões de Minas Gerais, conforme afirma PESSÔA (1988).

Um fator que contribuiu para a expansão do capitalismo na agricultura das áreas do cerrado foram suas características naturais. A topografia plana favoreceu a mecanização e os solos, considerados improdutivos, tornaram-se produtivos com a aplicação de quantidades consideráveis de corretivos e fertilizantes. (PESSÔA, 1988, p. 48).

A incorporação do Cerrado mineiro ao cenário do agronegócio nacional promoveu um novo fluxo migratório para o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Incentivados pelo governo, produtores de café vindos dos estados do Paraná e de São Paulo chegaram à região atraídos pelo alto rendimento da produção de café, que, entre outras características, não estava sujeita a constantes geadas que destruíam produções inteiras no Sul.

Outros migrantes, vindos em sua maioria do Rio Grande do Sul, investiram na produção de soja. Apesar de apresentar grande rentabilidade, a produção nas áreas de Cerrado dependia de grandes investimentos em insumos. Vários produtores que chegaram à região não tinham recursos para produzir ou, muitas vezes, não conseguiam sequer o acesso à terra (PESSÔA, 2007).

Do ponto de vista social e econômico a agricultura moderna, expressa no agronegócio que se expandiu no Cerrado, pautou-se por ações políticas estrategicamente elaboradas por um seleto grupo de agentes da economia. E esta estratégia dirigia-se também a seletos grupos de produtores. Eles adicionaram inovações científicas e tecnológicas que permitiram “modernizar” e adequar o território, viabilizando a produção, o que beneficiou os grandes produtores e, conseqüentemente, excluiu os pequenos produtores familiares. Como resultado, toda região viveu uma intensa e crescente substituição das culturas tradicionais em favor da ampliação da monocultura, gerando grandes transformações no campo, com inúmeros desdobramentos.

Particularmente, quando se refere às transformações ocorridas na organização do espaço no Triângulo Mineiro a partir da modernização da agricultura, somada aos reflexos dessas transformações na (re)organização do espaço regional, Pessôa e Sanchez (1989), Pessôa (2007) e Pessôa e Silva (2007) concluíram que este modelo de agricultura condicionou a maior concentração de recursos nas grandes propriedades e excluiu do processo uma parcela significativa de pequenos produtores. Os autores constataram que as transformações ocorridas no espaço rural do Triângulo Mineiro não foram resultado de um processo harmônico e ordenado, e sim de um processo contraditório e produtor de contradições.

O resultado de um tal processo contraditório da expansão do agronegócio em direção ao Cerrado tornou-se visível no crescente aumento de movimentos sociais de luta pela terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Os pequenos produtores do Sul que aqui chegavam,

seduzidos pela falsa ideia de lucro rápido e fácil, não possuíam condições para produzir de forma adequada. Assim, acabavam incorporando-se a movimentos de luta pela terra, ou até mesmo criando tais movimentos, fazendo da região uma área com uma das maiores concentrações de movimentos sociais de luta pela terra do país.

Por outro lado, aqueles que conseguiram acesso à terra tornavam-se dependentes dos insumos necessários para o cultivo no Cerrado e, por sua vez, das empresas que os produziam, ficando subordinados às necessidades da dinâmica industrial. O agricultor perdeu parcialmente a partir de então o poder de gestão de sua propriedade, que passou a ser direcionada e gerida de acordo com as necessidades da agroindústria e do mercado.

Nesse sentido, a terra subordina-se ao capital industrial e financeiro. Na verdade, esta formulação é imprecisa. É o trabalho agrícola que se subordina ao capital, no contexto de uma industrialização crescente da agricultura, processo pelo qual a terra matéria perde suas forças determinadoras das condições de produção em favor da terra-capital. (MULLER, 1992, p. 39).

A partir do processo de modernização da agricultura, o equipamento do território e as ações nele empreendidas começaram a atender apenas aos interesses de grandes grupos econômicos (muitos deles de capital externo). Estes grupos atuavam de forma a orientar e mesmo direcionar impositivamente os tipos de produção, a instalação das redes logísticas e as lógicas dos fluxos, induzindo novos dinamismos econômicos na região, orientando as políticas de crédito para o campo e, muitas vezes, favorecendo de forma desigual um conjunto de cidades (BERNARDES, 2007; ELIAS, 2006) que se alinhavam diretamente em nome do trabalho da agricultura moderna, ainda que tais transformações pouco estivessem dirigidas de fato aos problemas cotidianos da maioria dos que habitavam a região.

Uma tal transformação abrupta do modelo produtivo agropecuário gerou grandes transformações ambientais no Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba. A incorporação de extensas áreas para a agricultura comercial tendeu progressivamente a pautar-se através de plantios homogêneos, pelo uso intensivo de agrotóxicos, pela exploração da pecuária extensiva, pela

utilização do fogo, tanto para a ampliação das áreas de pastagem quanto para a colheita da cana, assim como pelas antiecológicas práticas de captação e uso de água para irrigação. Essas novas práticas foram somadas a uma vigorosa expansão da infraestrutura, através da construção de hidrelétricas, de barragens e de rodovias, sem uma adoção efetiva de medidas de mitigação de impactos e de compensação socioambiental. Assim, o conjunto de tais ações em muito contribuiu para o empobrecimento ecológico do Cerrado, dentro e fora da área em que estudo.

Levando em consideração o exposto, o modelo regional de apropriação econômica do Cerrado provocou os seguintes problemas de âmbito ecológico e social: (a) redução da biodiversidade, representada pela extinção de populações, espécies animais e vegetais através do desmatamento e uso de queimadas; (b) redução de funções e serviços ambientais, como diminuição da capacidade hídrica dos mananciais de água, ao lado de uma diminuição da capacidade de formação e conservação do solo; (c) aumento das espécies exóticas no Cerrado, resultante principalmente do plantio de pastagens; (d) poluição e contaminação química do solo e da água, erosão dos solos e assoreamento dos rios; (e) nascentes e veredas degradadas e exaustadas; (f) conversão da vegetação natural em pastagem; e (g) êxodo rural, fluxos migratórios, violações de direitos trabalhistas, concentração fundiária e aumento do valor das terras.

2.2.2 - O PRODECER: a modernização do Cerrado de Iraí de Minas

Constata-se que a ocupação do Cerrado mineiro pelo agronegócio, a partir da segunda metade da década de 1970, promoveu transformações não apenas de cunho econômico, mas também de cunho eminentemente social e cultural. Como já vimos, a Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, devido à sua localização estratégica e à presença de uma infraestrutura de transporte, atraiu as primeiras ações de expansão dos modelos

agroindustriais. E foi por meio dos “Planos Nacionais de Desenvolvimento”, implantados pelos governos militares e acordados com o capital internacional, que o Estado, em parceria com a iniciativa privada, promoveu a adoção do modelo de produção agrícola estadunidense decorrente da Revolução Verde.

Segue-se então uma fase de expansão da fronteira agrícola em direção ao Cerrado caracterizada pela verticalização dos processos de modernização das atividades agrícolas, como já apontava Salim (1986) em seus estudos desde a década de 1980.

Diferentemente do processo de ocupação anterior, caracterizado principalmente pela expansão horizontal – ou seja, pelo crescimento extensivo da agricultura dentro de requisitos tecnológicos incipientes e até mesmo primitivos –, o novo processo de incorporação de terras agricultáveis de cerrado ao sistema produtivo introduz no seu bojo a “variante modernizadora”, que basicamente preconiza a urgência de se promover também a expansão vertical da fronteira – através da utilização crescente de técnicas modernas no uso e manejo do solo – como condição necessária tanto para a maximização dos benefícios como para uma integração mais efetiva destas áreas ao processo de desenvolvimento do País como um todo. (SALIM, 1986, p. 298, grifos do autor).

O grande objetivo para o Cerrado era então transformá-lo no “celeiro mundial de grãos”, tendo como uma das ferramentas impulsionadoras para o êxito deste propósito o Programa de Desenvolvimento do Cerrado – POLOCENTRO, criado no governo Geisel em 1975. O POLOCENTRO “destinava-se à construção de armazéns; ao apoio à pesquisa; assistência técnica; ampliação do sistema de transporte e rede de energia e exploração do calcário” (SHIKI, 1997, p. 145). Utilizando também o sistema de crédito, ele objetivava possibilitar o financiamento para a aquisição de terras, de equipamentos e de outros meios produtivos. Sua atuação teve alcance nas regiões Centro-Oeste e oeste de Minas Gerais.

O desenvolvimento técnico na produção agrícola e a ampliação da infraestrutura na área de abrangência, em conjunto com políticas de crédito rural, destinadas a uma pequena parcela dos produtores, corroboraram para um dos maiores processos de consolidação do capitalismo no campo brasileiro. Estas transformações, ocorridas em um curto intervalo de

tempo, intensificaram as contradições sociais, ampliando a concentração fundiária e financeira no campo (PESSÔA, 1988).

Da mesma maneira afirma Salim (1986) quando analisa a atuação de projetos e programas governamentais de desenvolvimento para o Cerrado:

[...] podemos também dizer que os programas de desenvolvimento não homogeneizaram todas as relações sociais de produção no sentido de acumulação capitalista, ou seja, não transformaram todo o espaço econômico-social compreendido pela região dos cerrados em *locus* privilegiado para a reprodução ampliada do capital. Ao adotar a estratégia de pólos de desenvolvimento, esses programas tendem a concentrar os seus efeitos em algumas poucas áreas – leia-se também municípios com certa tradição agrícola – tornando tais efeitos descontínuos, em termos espaciais, no desenvolvimento agrário da região. Portanto, além de promoverem a concentração creditícia e fundiária como estratégia de acumulação, as contradições engendradas pela exclusão social e crescente proletarianização da força de trabalho rural são ainda agravadas pela concentração espacial do desenvolvimento agrário em algumas ilhas de prosperidade, que vivem às expensas de um verdadeiro exército rural de reserva em profusão. (SALIM, 1986, p. 341).

Além do POLOCENTRO, no início da década de 80 do século XX foi lançado um novo projeto visando à ocupação econômica pelo agronegócio no Cerrado: o PRODECER I (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados). Representando um novo passo na apropriação do espaço do Cerrado, o Programa buscava, através de capital privado/público, o desenvolvimento da cultura de grãos, sobretudo a soja, com objetivo de produção em larga escala, voltada para o mercado externo.

Os municípios inicialmente inseridos neste Programa foram: Iraí de Minas, Coromandel e Paracatu (PRODECER I). Em seguida expandiu-se para os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Maranhão, nas fases II (1985) e III (1995), abrangendo vastas áreas do Cerrado brasileiro.

O PRODECER I começou sua fase de implantação via holding CAMPO (Companhia de Promoção Agrícola), formada pela BASAGRO (Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial) e pela holding japonesa JADECO (Companhia Nipo-Brasileira de Desenvolvimento Agrícola). A finalidade da CAMPO era a de financiar projetos de pesquisa

e produção no Cerrado. Uma de suas principais atuações visava oferecer e liberar créditos para a aquisição de terras, elegendo cooperativas agrícolas que atendessem às exigências necessárias para a produção no Cerrado, e optando, em grande maioria das vezes, por cooperativas do Rio Grande do Sul, (INOCÊNCIO, 2010).

No município de Iraí de Minas, a CAMPO começou suas atividades em 1980. Este município foi escolhido pelo programa por satisfazer às exigências do projeto, pois possuía vastas áreas de Cerrado com predominância de áreas planas, e já apresentava uma infraestrutura de circulação, servido por rodovias e ferrovias (VASCONCELOS; SANTOS, 2003).

Os agricultores mineiros já residentes em Iraí de Minas ocupavam em grande maioria as áreas de encostas, onde era possível produzir pequenas lavouras para subsistência, e também criar gado leiteiro. Este tipo de ocupação ocorria devido aos aspectos físicos (climáticos e pedológicos) propícios para tais atividades, favorecidas pelas áreas do topo da chapada, que são relativamente planas e, até então consideradas improdutivas pelos pequenos agricultores. Quando aproveitadas, elas eram destinadas apenas para pecuária extensiva, por apresentarem vegetação com pastagens naturais.

Diante desse contexto, a CAMPO selecionou a cooperativa COSUEL (Cooperativa de suinocultores de Encantado LTDA.), localizada no município de Encantado, no Rio Grande do Sul, para a seleção de agricultores que iriam trabalhar no Cerrado mineiro. A experiência com a produção em um meio rural tão complexo como o do Rio Grande do Sul foi um dos motivos fundamentais para a escolha destes colonos (VASCONCELOS; SANTOS, 2003).

Um dos estudos mais importantes sobre o processo de implantação do PRODECER I foi apresentado na tese de doutorado “Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba – MG”, defendida por Pessoa em 1988. Ao fazer uma análise sobre o PRODECER a partir da perspectiva das mudanças da agricultura brasileira, a

autora buscou identificar e compreender não só os interesses dos agentes que financiaram o Projeto, como também as implicações diretas da atuação desses empreendimentos para os municípios de Iraí de Minas, Coromandel e Paracatu.

Ao analisar o PRODECER, apesar de suas singularidades, é possível constatar que há no contexto de sua criação o interesse por parte do Estado em viabilizar a expansão econômica do país a partir de incentivos à vinda de grandes monopólios agroindustriais. Devido à presença de uma economia estagnada, os planos formulados pelo regime militar buscaram, através do desenvolvimento tecnológico do campo brasileiro, aumentar o dinamismo da economia brasileira. Esta estratégia gerou uma agricultura dependente do setor industrial (maquinários, insumos, agrotóxicos, entre outros), e supunha-se que através dela seria possível a viabilização da expansão dos três setores da economia.

Os planos de desenvolvimento econômico tiveram como justificativa diversas pautas sociais, tais como: o aumento da oferta de empregos, a inserção econômica de regiões estagnadas e a distribuição de terras e de renda. Nesta perspectiva a reforma agrária deveria realizar-se a partir de uma tecnologia pautada na produção de commodities e na utilização de áreas de Cerrado até então “inutilizadas”.

No entanto este discurso ficou apenas no papel. O Programa de Assentamento Dirigido (PAD⁴), uma das estratégias do Estado para o uso e ocupação do cerrado, deixou à margem de sua “reforma agrária” a população local. O novo modelo produtivo buscava a consolidação de um empresariado rural capaz de suprir as novas demandas internacionais, ou seja, não havia espaço para as práticas agrícolas consideradas “arcaicas”. O que ocorreu realmente foi a reestruturação do espaço agrário, que possibilitou uma modernização

⁴ O PAD – Programa de Assentamento Dirigido foi o primeiro projeto de colonização do Cerrado. Teve início na década de 1970 e serviu como modelo para a elaboração de outros projetos para o uso e ocupação desse bioma brasileiro. Implantado pela primeira vez na região do Alto Paranaíba foi nomeado de PADAP (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba), criado em 1973 entre os municípios de São Gotardo, Rio Paranaíba, Ibiá e Campos Altos. (SANTOS, 2010).

conservadora pautada no sistema de crédito e na concentração fundiária. O campo não deveria mais ser espaço de vida. Ele deveria se tornar espaço de negócio – o do agronegócio. O pequeno produtor rural tradicional deveria desaparecer migrando para as cidades, tornando-se parceiro subalterno da empresa do agronegócio, sobrevivendo através da venda de excedentes do interesse das empresas agropastoris, ou simplesmente passando à condição de empregado de tais empresas.

Neste sentido, é possível identificar interesses diversos para a modernização proposta e imposta. O novo modelo produtivo tornou-se dependente do sistema de crédito, tanto para a aquisição de terras quanto para a de maquinários e insumos. Desta forma, consolidou-se um sistema que beneficiou, e continua beneficiando até hoje: os produtores que tem acesso ao crédito; as grandes empresas de crédito; e as empresas que produzem os insumos. Portanto, a modernização da agricultura no Cerrado buscou atender apenas aos interesses internacionais, suprimindo a demanda de mercado com uma grande produção capaz de reduzir os preços das *commodities*.

Ao analisar os acordos feitos entre os governos do Brasil e do Japão, Pessôa (1988) destaca a forma com que o Projeto visava consolidar de forma brusca uma produção capaz de atender o mercado exterior, reduzindo os preços das commodities. Ela destaca também que o interesse japonês foi para além da simples produção de grãos, estendendo-se principalmente em direção à consolidação da holding CAMPO. Tendo em vista a incorporação de capital público-privado, havia na época a denúncia de que a participação japonesa na holding extrapolava os 49% permitidos pelas leis brasileiras. Ou seja, a aquisição de terras pela CAMPO teria ocorrido de forma a contrariar as leis constitucionais do país, visto que uma empresa estrangeira não poderia adquirir mais de ¼ das áreas de um município.

Em relação ao município de Iraí de Minas, a tese de Pessôa (1988) revela que a principal atividade econômica anterior à chegada do Projeto era a pecuária leiteira. Com a

chegada da CAMPO os produtores venderam as suas terras localizadas no topo da chapada, totalizando quase 9.000 hectares. Os agricultores ligados ao PRODECER (colonos) tiveram apoio não só da cooperativa, mas também da EMATER, da prefeitura e do sindicato rural. Já os agricultores locais, ou seja, os “não colonos”, encontravam-se em uma situação de crescente precariedade. A autora destaca que a maioria das propriedades tinha a sede construída de adobe, piso de chão batido, não possuindo energia elétrica e sequer um banheiro.

Desta forma, a autora conclui que apesar do discurso do Estado ao apresentar o PRODECER como uma alternativa de modernização da economia em conjunto com uma proposta de “reforma agrária”, apenas serviu para aumentar a desigualdade social no campo dos municípios onde o mesmo ocorrera.

O Estado, representado pelos bancos de fomento, bancos comerciais estatais, bancos privados, empresas estatais, empresas industriais privadas, atua também como instrumento para a oferta de condições para o capital, criando as condições de infraestrutura necessária à implantação do projeto. Porém, nem todos utilizam desta infraestrutura, porque o processo é muito seletivo e continuará sendo nos desdobramentos do Programa. (PESSÔA, 1988, p.199).

Para entender os desdobramentos do PRODECER e as estratégias de modernização territorial do Cerrado, a tese “As tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado: o PRODECER”, defendida em 2010 por Maria Erlan Inocêncio, apresenta este Projeto como uma ferramenta geopolítica de ocupação do interior do território brasileiro.

A territorialização do capital no Cerrado obteve êxito, principalmente devido às ações do Estado. As políticas de ordenamento territorial, planificação econômica e viabilização da mudança técnica da agricultura serviram para preparar o terreno para a chegada dos monopólios do agronegócio. O território do Cerrado tornou-se então palco de disputa entre empresas ligadas diretamente à produção, ou ao sistema financeiro. Desta forma, o Estado exerceu um papel de ferramenta que possibilitou a inserção dos grandes monopólios

agroindustriais, viabilizando que a economia brasileira ficasse à mercê dos interesses do capital.

Para além do avanço econômico, a modernização do campo configurou-se como uma estratégia geopolítica, tendo em vista que o interesse do Estado, durante os governos militares, era o de consolidar o país como uma potência regional. Diante do pouco interesse dos Estados Unidos em ampliar seus intercâmbios internacionais na América Latina, o Brasil buscou outros parceiros, encontrando no Japão um de seus principais investidores.

O planejamento do território em prol do avanço da fronteira agrícola foi de encontro às políticas de ocupação econômica do oeste do País promovidas pelos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. O Estado ocupou-se então de proporcionar a infraestrutura capaz de suprir às demandas de diferentes empreendimentos, com investimentos nas áreas de transporte, energia e comunicação. Buscou também consolidar políticas de financiamento da produção e de compra de terras através de parcerias com a iniciativa privada.

Inocêncio (2010) discute o papel exercido pelas cooperativas como sendo fundamental para o êxito da territorialização do capital no campo. Tendo como objetivo atender à demanda mercadológica, as cooperativas impuseram aos seus associados uma lógica produtiva que se distanciava dos princípios de solidariedade, impondo um modelo de empresariado rural aos cooperados. As cooperativas também foram responsáveis por selecionar os produtores que participariam do PRODECER, distribuir maquinários e insumos e dar suporte técnico.

A organização sociopolítica cooperativista foi a alternativa, estabelecida pelo PRODECER, para que o capital se territorializasse no Cerrado. As cooperativas tornam-se instrumentos que garantem ampliamente a inserção do Cerrado ao circuito mundial de produção e a reprodução combinada e contraditória do capital, que exclui de forma continuada homens e mulheres do processo de produção no campo. (INOCÊNCIO, 2010, p.109).

Ao analisar essas duas teses, é possível concluir que ambas se convergem ao afirmar que, para além de uma mudança do meio técnico da agricultura no Cerrado, o PRODECER

simbolizou, acima de tudo, a territorialização capitalista, a imposição de novas temporalidades e de novos conteúdos, e a substituição do valor social tradicional pelo puro e simples valor econômico.

A chegada do PRODECER I à região de Iraí de Minas causou espanto e desconfiança para grande maioria dos produtores locais, pois eles consideravam quase impossível a implantação da agricultura em larga escala em terras de difícil cultivo. Em entrevista com um dos produtores de leite que presenciou o início das atividades da CAMPO, é possível identificar a perplexidade diante do sucesso na implantação do Projeto.

Primeiro chegou a CAMPO, comprou tudo que era terra de cerradão, a gente não fazia nada mesmo com essas terra e acabamos vendendo. Tinha até piada em Iraí dizendo que teve gente que trocou terra por galo de briga. Aí veio os gaúchos, Eles começaram a trabalhar muito, mexer na terra dia e noite, até as mulher trabalhava de tirar raiz o dia todo. (produtor de leite de Pantaninho, 03/02/2015).

Durante a entrevista, ele foi questionado sobre seu interesse em começar a produzir soja, já que possuía terras no topo da chapada e poderia tentar o financiamento para produzir junto à CAMPO.

Teve como não, primeiro porque a CAMPO chegou e veio comprando tudo, a gente não sabia pra que eles tava comprando terra, aí quando chegou os gaúcho que começou a fala de plantar lavoura. Segundo porque ninguém sabia plantar lá não, a gente mexe com leite desde sempre. Tinha sobrado umas terra minha lá em cima, mas era terra pequena e acabaram rodiada por lavoura, no que vi, os gaúcho tomo conta. Mas na época não valia nada mesmo! (produtor de leite de Pantaninho, 03/02/2015).

À primeira vista, antes da implantação do PRODECER I, Iraí de Minas aparentava estar desconectado do processo de homogeneização espacial capitalista. A ação público/privada voltada para modernizar o Cerrado, propiciou a inserção do município na produção de commodities. Esta homogeneização, segundo Brandão (2007), deu-se através da criação de condições que possibilitaram a reprodução ampliada do capital, caracterizando-se

pela imposição deste sobre o espaço, através de suas determinações mais gerais e imanentes, possibilitando a produção de um espaço uno de acumulação.

No entanto, esta homogeneização não almejou o desenvolvimento igualitário dos espaços. Ela procurou o controle produtivo e a subordinação de diferentes espaços, ao lado da destruição de qualquer barreira espacial e temporal que gerasse atrito e fricção a seu movimento geral. Esta condição se explicita nas mudanças constatadas por Inocêncio e Pessoa (2013):

Nos espaços onde o PRODECER foi implantado, as mudanças foram constatadas. O capital, em sua lógica de expansão, apropriou-se dessas novas áreas e transformou-as em função de seus interesses, alterando sua estrutura e conteúdo. Nessa transformação, a agricultura passou, a partir da atuação de grupos monopolistas, a ser subordinada à indústria e ao capital financeiro, tornando-se cada vez mais uma atividade dependente da indústria processadora de produtos agrícolas e produtora de insumos, máquinas e implementos agrícolas. (PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014, p.5).

Neste sentido, este processo de homogeneização promoveu um cenário de distorções, pois o mesmo abarcou apenas a implantação de um modelo que beneficiou poucos, em detrimento de muitos. O fomento destas distorções é decorrente da natureza deste processo, que busca abrir as portas para reprodução ampliada do capital, assim como nos apresenta Brandão (2007):

Na verdade, esse processo homogeneizador (das relações mercantis) cria e recria estruturas heterogêneas e desigualdades em seu movimento. Certamente o desenvolvimento capitalista não é uma dinâmica evolutiva de “nivelamento” e de propagação de progresso técnico por todas as porções do território. O que ele difunde é a lógica da multiplicação do valor, de um modo continuamente renovado em busca do enriquecimento, realizando recorrentemente a ruptura do isolamento, atravessando todas as fronteiras, arrefecendo barreiras e proteções erguidas por relações arcaicas. (BRANDÃO, 2007, p.73).

Esta relação contraditória da produção de heterogeneidades a partir do processo homogeneizador fica explícita em Iraí de Minas. Os agricultores que já residiam no município antes da implantação do Projeto não tiveram acesso a nenhum dos benefícios técnicos que os produtores sulistas alcançaram. O destaque deste quadro de expansão da agricultura moderna em Iraí de Minas está na forma através da qual o Estado, em conjunto, e servindo ao setor

privado, promoveu a construção de um modelo que acentuou as distorções sociais, beneficiando poucos e deixando muitos à margem deste desenvolvimento.

O novo valor econômico gerado pela modernização suprimiu os valores simbólicos da terra mantidos pelos camponeses. A terra que era de uso comum para os criadores de gado transformou-se em grandes empreendimentos capitalistas. Os agricultores originários tornaram-se então meros expectadores das grandes transformações, ficando à margem das ações do Estado, permaneceram nas encostas, buscando reproduzir os seus *modos de vida*. A manutenção das condições atuais destes agricultores se faz útil e interessante ao capital, assim como nos apresenta Pessoa (1988):

Em contrapartida, as áreas de *agricultura tradicional*, assim rotuladas pelo discurso técnico-oficial, continuam a existir, porque é apenas uma minoria de proprietários que dispõe de recursos de capital para participarem do processo de inovação. Por outro lado, é interessante ao capital em preservar os pequenos produtores não só para a produção de alimentos, mas também a força de trabalho, quando a renda de sua propriedade é insuficiente para a manutenção de suas famílias e são obrigados a assalariarem nas empresas capitalistas. (PESSOA, 1988, p.18, grifos da autora).

Para compreender melhor como se deu todo o processo de homogeneização / heterogenização do espaço agrário de Iraí de Minas, faz-se necessário, a partir da caracterização de seus diferentes espaços, investigar, descrever e interpretar as diferentes relações entre *como é aqui* e *como se vive aqui*, o que possibilitará identificar e analisar os *modos de vida* tradicionais de seus pequenos produtores agrícolas.

3 OS CENÁRIOS DE IRAÍ DE MINAS: o povo das vertentes e o povo do assentamento



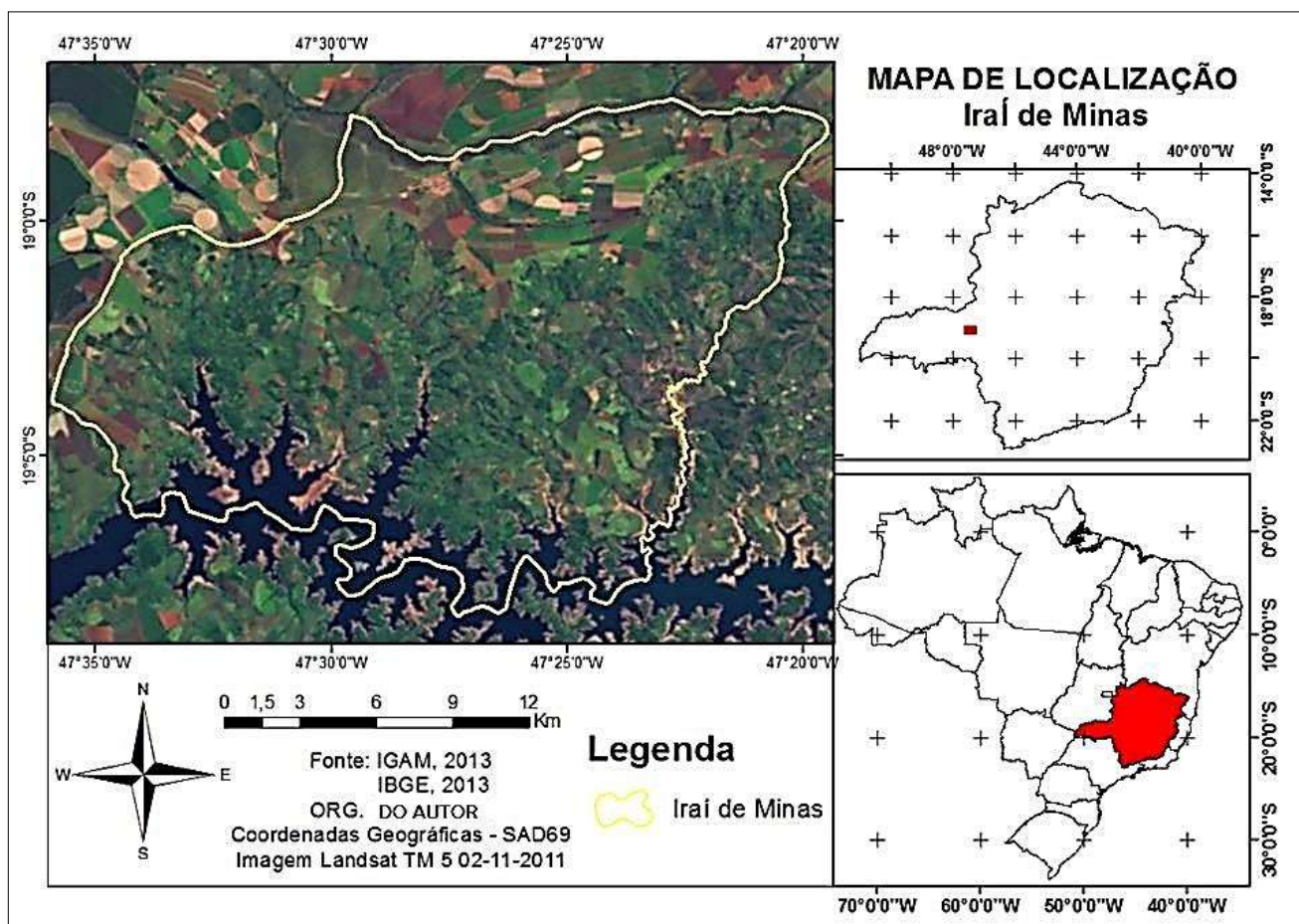
Para entender melhor como se dão as relações entre a presença persistente do pequeno produtor rural em um espaço agrário marcado pela inserção do capital através de grandes projetos de modernização do Cerrado, procura-se a partir daqui identificar e descrever seus diferentes espaços e lugares e sua localização.

3.1 Características do Município

O município de Iraí de Minas localiza-se na Mesorregião do Triângulo Mineiro /Alto Paranaíba, especificamente na microrregião de Patrocínio, no sudoeste do estado de Minas Gerais (Mapa 1). Ocupa uma área territorial de 356,264 km², limitando-se a leste com os municípios de Romaria e Nova Ponte, a oeste com Patrocínio e Perdizes, a norte com Monte Carmelo e a sul com o município de Pedrinópolis. Localizado nas coordenadas geográficas 18°59'23" S e 47°28'33", apresenta altitudes de variam entre 951 e 1029 metros. É banhado pelo rio Bagagem ao nordeste, pelo Quebra Anzol ao norte e pela Represa de Nova Ponte em toda sua extensão sul.

A história de Iraí de Minas remonta ao período de desbravamento dos sertões do Alto Paranaíba em busca de jazidas minerais. Com a descoberta do diamante Estrela do Sul em 1852, houve uma grande concentração de garimpeiros na região que deu origem ao povoado do Espírito Santo do Cemitério, que posteriormente veio a se chamar "Iraí" – palavra de origem tupi que significa "rio de mel", nome com o qual passou a ser reconhecido até 1943, quando passou a ser chamado de Bagagem. A partir de 1953 tornou-se Iraí de Minas, permanecendo como distrito do município de Monte Carmelo até 30 de dezembro de 1962, quando foi elevado à categoria de município, pela Lei nº 2764 de 30/12/1962, que desmembrou a área territorial de Monte Carmelo.

MAPA 1 – Localização de Iraí de Minas



Dessa forma, a história de uso e ocupação de seu território está diretamente relacionada com a de Monte Carmelo. Seus primeiros moradores vieram em meados do século XIX, ainda atraídos pela atividade mineradora. Com o declínio dessa atividade, grande parte da população local começou a se dedicar à criação de gado e à agricultura de subsistência.

Segundo os estudos de Pessoa (1988), o povoamento da região se deu principalmente pelo exercício da atividade agropecuária. O surgimento e o desenvolvimento de grandes fazendas contribuíram para o surgimento dos primeiros povoados.

As fazendas localizavam-se nas áreas de campos, e muitas delas deram origem a povoados que, mais tarde, se desenvolveram e se transformaram em cidades. Paralela à mineração e à criação de gado, nesta área de Coromandel, Iraí de Minas e Paracatu, desenvolveram-se também pequenas roças de feijão, milho, arroz e outros gêneros facilmente cultiváveis. (PÊSSOA, 1988, p. 56).

A partir da vinda dos primeiros moradores, atraídos pela atividade mineradora, Iraí de Minas foi se constituindo pela ocupação de grandes propriedades agrárias, destinadas à criação de gado e à pequena agricultura.

Podemos afirmar, portanto, que a mineração foi a atividade responsável pela ocupação das áreas onde surgiram os municípios em estudo. Esta ocupação inicial esteve relacionada a uma estrutura caracterizada pela grande propriedade, pela exploração direta dos estabelecimentos rurais pelos proprietários e pelos baixos níveis de produtividade e rendimentos na atividade pecuária, tal como ocorreu nas áreas de cerrado.

A atividade agrícola estava restrita às áreas de vegetação original de mata, sendo praticada com técnicas tradicionais. Ao lado desta agricultura de subsistência, desenvolveu-se também a criação de gado, conforme já foi evidenciado, como uma necessidade para a produção da carne, gerando também lucro, porque apenas a atividade de subsistência não era suficiente para a sobrevivência da população. (PÊSSOA, 1988, p. 57-58).

Esta realidade fica também evidenciada no depoimento de um dos moradores do Barreirinho ao relatar as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores do campo daquela região para cultivar suas terras e as estratégias de produção que estabeleciam por meio de parcerias.

De primeiro cada um mexia com lavorinha pra uso, pra gasto, tocava de ameia, tinha de primeiro ir com o boi com arado, arava o chão, era aquela mão de obra, cada um tinha um sítio e as fazenda maior dava ameia, não tinha maquinário não, era tudo de boi, era difícil, o mato era no enxadão, depois que surgiu umas lavoura de café e o povo foi panhá café. (morador da área rural do Barreirinho, depoimento em 10/10/2015).

Localizado dentro do bioma Cerrado, o quadro natural do município de Iraí de Minas caracteriza-se por apresentar grandes extensões de topo de chapada, com predomínio de áreas planas e presença de vales em processo de entalhamento. Sua morfologia apresenta topos amplos e aplainados, com vertentes longas e suaves interrompidas por longas rupturas de declive. O clima predominante, tendo como base a classificação de Koppen, é o tropical úmido (AW), apresentando duas estações: inverno seco e verão chuvoso, as quais atualmente não se apresentam muito definidas devido ao avanço da fronteira agrícola que provocou a intensificação do desmatamento, interferindo nas condições climáticas naturais. Os solos, característicos do bioma cerrado, são profundos e apresentam alto índice de laterização, com

baixa fertilidade, necessitando, portanto, de correção para a implantação de agricultura comercial.

Desde o início do povoamento da área atualmente ocupada pelo município de Iraí de Minas, houve o predomínio de atividades agrárias voltadas à pecuária, principalmente nas pastagens naturais presentes nos campos de alto de chapada⁵. A pequena agricultura era desenvolvida em áreas de vertentes relativamente planas e/ou em regiões próximas às margens dos rios, podendo inclusive configurar-se por uma agricultura de vazante.

Os agricultores mineiros, residentes em Iraí de Minas, ocupavam, em grande maioria, as áreas de encostas onde era possível produzir pequenas lavouras para subsistência e criar gado leiteiro (Foto 4). Esta ocupação se dava devido aos aspectos físicos (climáticos e pedológicos) propícios para estas atividades, que distinguiam estas áreas das de topo de chapada. As áreas planas, consideradas improdutivas por estes agricultores, quando utilizadas eram destinadas apenas para pastagem.

Foto 4 – Propriedade rural do Setor do Barreiro, próxima às margens da Represa de Nova Ponte.



Autor: GENARO, F., out./2015.

⁵ De acordo com Guerra (2010), o termo chapada refere-se a grandes superfícies, por vezes horizontais, e a mais de 600 m de altitude, que aparecem na região Centro-Oeste do Brasil. (GUERRA, 2010, p. 134).

Até a implantação de projetos de expansão da fronteira agrícola no Cerrado, como o PRODECER, nunca houve interesse dos grandes e pequenos proprietários rurais que já habitavam Iraí de Minas em aproveitar economicamente as áreas planas de chapadas (Foto 6). Era comum, inclusive, a venda, a troca por bens de pouco valor, e até a doação destas terras. As atividades agrárias eram desenvolvidas apenas em terrenos de vertentes ou em áreas planas próximas às margens dos rios.

Aquele chapadão do Iraí onde é as lavoura dos gaúcho, onde chão é 200, 300 mil o alqueire, aqui tinha um fazendeiro, mora aqui pertinho, tinha um mundo véio de campo pra lá, chapadão, dava a escritura pro povo aqui certinho só pro povo pagar o imposto, o povo enjeitou, faze o que com campo, não dá mantimento, não dá pasto, não dá nada, existia adubo não. (morador da área rural do Barreirinho, depoimento em 10/10/2015).

Foto 5 – Agricultura moderna no alto de chapada em Iraí de Minas



Autor: GENARO, F., out./2015.

Segundo dados do IBGE⁶, a população do município estimada para 2015 é de 6.886 habitantes, sendo que de acordo com o Censo Demográfico de 2010 era de 6.467 habitantes. Com uma densidade demográfica relativamente baixa, de 18,15 hab/km², Iraí de Minas apresenta uma população rural significativa em comparação a outros municípios brasileiros, em que cerca de 20% dos moradores residem no campo (1309 pessoas).

Outro dado interessante diz respeito à distribuição da população por sexo, pois apresenta maioria masculina, tanto na área urbana quanto na rural, sendo que nesta última a proporção de homens é maior do que na urbana, conforme dados do último censo, apresentados na tabela 1.

TABELA 1 – Distribuição da população por sexo e situação do domicílio – Iraí de Minas – 2010

Situação do domicílio	Total	Mulheres	%	Homens	%
Total	6 467	3 086	47,72	3 381	52,28
Urbana	5 158	2 475	48,00	2 683	52,00
Rural	1 309	611	46,68	698	53,32

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010. Org.: GENARO, F.

É importante também analisar a evolução da população de Iraí de Minas nas últimas décadas, pois, apesar da vinda de grandes empreendimentos agroindustriais, um aumento significativo da população e de sua qualidade de vida só pode ser observado na transição do século XX para o XXI. Analisando e comparando as tabelas 2 e 3, é possível observar a evolução do número de habitantes, segundo dados do IBGE e da qualidade de vida em Iraí de

⁶ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS.

Minas nas últimas décadas, segundo critérios adotados pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

TABELA 2 - Evolução da população residente em Iraí de Minas, MG

Ano	Nº hab.
1991	4.476
1996	4.720
2000	5.903
2007	6.295
2010	6.467

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010. Org.: GENARO, F.

TABELA 3 – Evolução do IDHM – Iraí de Minas

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM	
IDHM 2010	0,695
IDHM 2000	0,608
IDHM 1991	0,476

Fonte: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
Org.: GENARO, F.

Sabendo-se que para calcular o IDH são utilizados dados relacionados à saúde, educação e renda, a melhoria desse índice em Iraí nas últimas décadas pode estar relacionada às políticas de auxílio à agricultura familiar e ao próprio desenvolvimento do município, que mesmo recebendo um grande projeto de modernização do campo, ainda apresentava baixos índices de desenvolvimento humano.

A área rural de Iraí de Minas apresenta uma população residente ocupada com atividades agrárias com predomínio da pecuária. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, há 63 estabelecimentos voltados para a lavoura temporária, 19 para a lavoura permanente e 372

voltados a pecuária. No entanto, ao analisarmos a tabela 4, é possível identificar uma certa disparidade quando comparamos os números de estabelecimentos e o valor da produção correspondente.

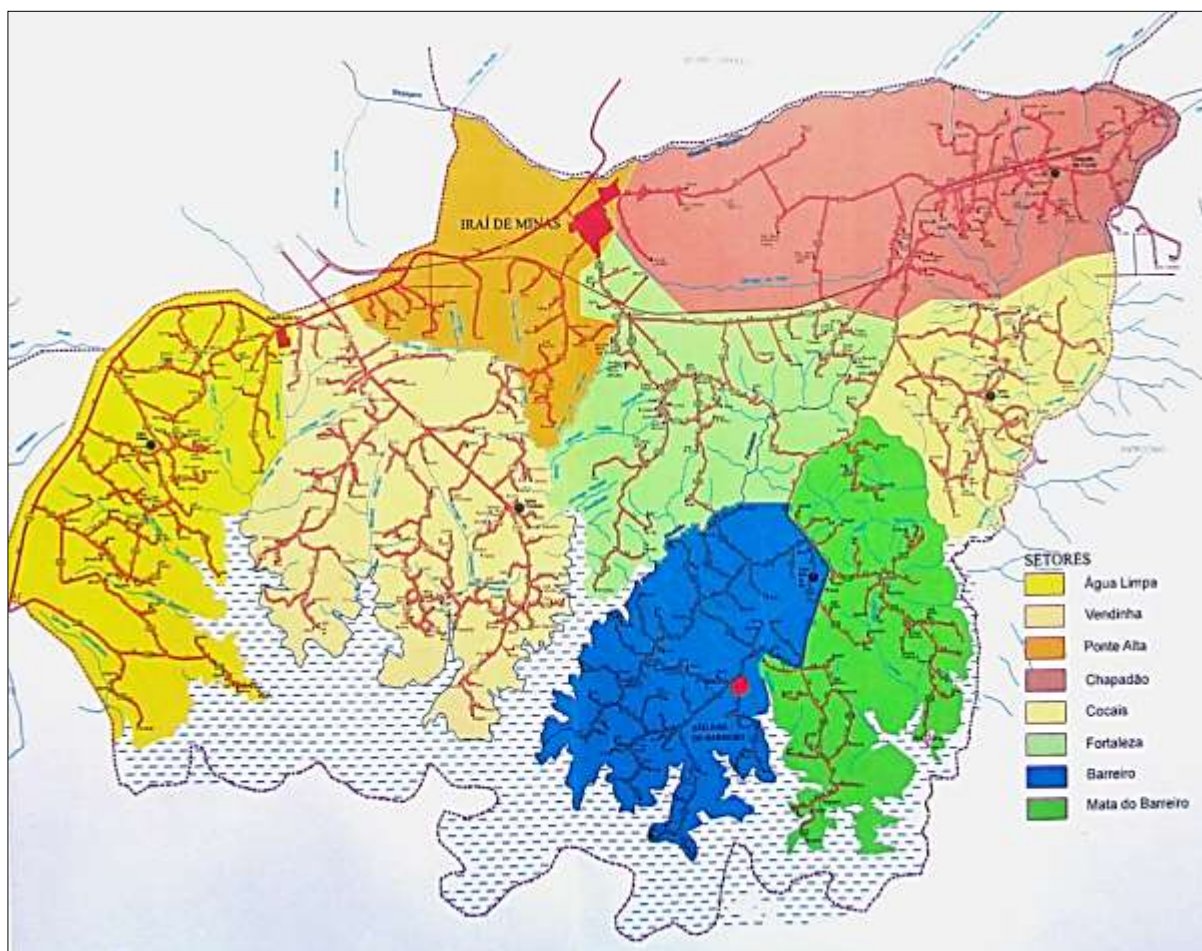
TABELA 4 – Número de estabelecimentos e atividade agrícola

Atividade agrícola	Numero de estabelecimentos	Valor da produção (mil reais)	Média entre numero de estabelecimentos e valor da produção
Lavoura temporária	63	7.740	122,8
Lavoura permanente	19	5.386	283,4
Pecuária e criação de outros animais	372	7.104	19,1

Fonte: Censo Agropecuário 2006. Org: GENARO, F.

A zona rural do município é dividida em oito setores (Imagem 1), segundo a classificação da prefeitura. Ponte Alta e Chapadão, onde predominam as monoculturas em terras planas, Cocaís, Fortaleza, Vendinha e Água Limpa, onde há tanto as áreas planas do topo da chapada quanto as vertentes, e Barreiro e Mata do Barreiro, áreas de vertente onde há pequenos produtores de leite, café e silvicultura.

IMAGEM 1 – Área do município de Iraí de Minas, dividida por setores



Fonte: Prefeitura de Iraí de Minas, 2015.

Segundo Vasconcelos e Santos (2003), a CAMPO escolheu a cooperativa COSUEL (Cooperativa de suinocultores de Encantado LTDA.) do município de Encantado, no Rio Grande do Sul, para a seleção de agricultores que iriam trabalhar no Cerrado mineiro. A experiência com a produção em um campo complexo, como o do Rio Grande do Sul, foi fundamental para a escolha destes colonos.

Atualmente a cooperativa que atua em Iraí de Minas é a COPAMIL (Cooperativa Agrícola Mista de Iraí de Minas – Foto 7). Em entrevista, o diretor informou que em 1997 houve a falência da cooperativa inicial, quando havia cerca de 170 cooperados incluindo mineiros e gaúchos. Os produtores do sul se organizaram para recuperar a cooperativa que

atualmente possui cerca de 60 cooperados. Além do serviço de estocagem e venda há também o auxílio técnico da produção e compra conjunta de insumos.

Foto 6 – Cooperativa Agrícola Mista de Iraí de Minas- COPAMIL



Autor: GENARO, F. ago./2015.

Os cooperativados produzem milho, soja, café e feijão. Estas produções estão entre as de maior quantidade produzida, área plantada e valor produtivo do município. Além destes gêneros, a produção de batata e cana de açúcar também se destaca (Tabela 5).

TABELA 5 – Principais gêneros agrícolas produzidos em Iraí de Minas em 2012

PRODUTO	ÁREA (HECTARES)	VALOR DA PRODUÇÃO (mil reais)	QUANTIDADE PRODUZIDA (toneladas)
Batata-inglesa	390	11.788	14.150
Café	900	1.890	12.285
Cana-de-açúcar	920	4.554	82.800
Feijão	1.360	9.104	3.294
Milho	2.432	9.975	25.392
Soja	1.200	3.110	3.600

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal 2012. Org: GENARO, F.

Os agricultores de Iraí de Minas que não foram contemplados pelo PRODECER estão alocados, sobretudo nas áreas de vertente. A maioria ocupa pequenos lotes e tem como principal atividade a produção de leite. Espelhando-se no sistema de cooperativa utilizado pelos produtores gaúchos, estes agricultores familiares buscaram se organizar em associações (Quadro 1) que têm como finalidade dar apoio à produção e representá-los no conselho municipal de agricultura e em outras esferas políticas.

QUADRO 1 – Associações rurais de Iraí de Minas

Associações	Ano de fundação
Conselho Desenvolvimento Comunitário S J do Barreiro	1983
Associação de Produtores da Vendinha	1988
Associação de Produtores Chapadão dos Cocais	1989
Conselho Desenvolvimento Comunitário de Cocais	1989
Associação Comunitária Rural de Água Limpa	1998
Associação de Produtores Raio de Sol (Banco da Terra)	2001
Associação de Produtores Mãe Rainha da Água Limpa	2002
Associação de piscicultores e pescadores	2008
Conselho Desenvolvimento Comunitário Floresta	2013

Fonte: Prefeitura de Iraí de Minas. Org: GENARO, F.

Grande parte destas associações é fruto da articulação entre os moradores das comunidades rurais. Estas comunidades, formadas no entorno das capelas e centros comunitários espalhados pelas áreas rurais do município, eram habitadas em grande maioria por pequenos proprietários e proletários do campo. Frente à baixa disponibilidade de incentivos por parte do Estado e dos programas de modernização do Cerrado, que deixou à margem a maioria destes produtores rurais, estas comunidades sentiram a necessidade de se

organizar e criaram essas associações, sendo que atualmente elas conseguiram alcançar uma relativa representatividade no município e participam, inclusive, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Entre as associações destaca-se a formação da Associação de produtores “Mãe Rainha da Água Limpa”. Anterior à sua formação já havia a Associação Comunitária Rural de Água Limpa, no entanto, devido à proximidade com agricultores gaúchos, que frequentavam a capela “Mãe Rainha”, parte dos produtores formou, junto com os gaúchos, esta nova associação.

A formação da Associação Raio de Sol merece um maior destaque por ter se constituído a partir de um assentamento de mercado, com maioria de antigos trabalhadores rurais. Ela foi criada em 2001 a partir de um projeto de assentamento financiado pelo Banco da Terra. Segundo a Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento de Iraí de Minas, devido à falta de apoio financeiro por parte do Estado, atualmente a maioria dos assentados já saiu de seus lotes, ou vendendo ou arrendando. Outro fato destacado pela Secretaria está na forma incipiente em que se apresenta a produção de gêneros alimentares destinado ao consumo interno do município. Grande parte dos alimentos consumidos em Iraí, principalmente as hortaliças, vem de municípios vizinhos.

Tendo como principal atividade a pecuária leiteira, os pequenos produtores das áreas rurais de Iraí de Minas fundaram a Associação de Produtores de Leite de Iraí de Minas no final da década de 1980. Atualmente a Associação deu lugar à Cooperativa de Produtores de Leite de Iraí de Minas (COPLIM). Segundo o presidente da COPLIM, além da Cooperativa, a Nestlé e o laticínio Piracanjuba atuam na região comprando o leite.

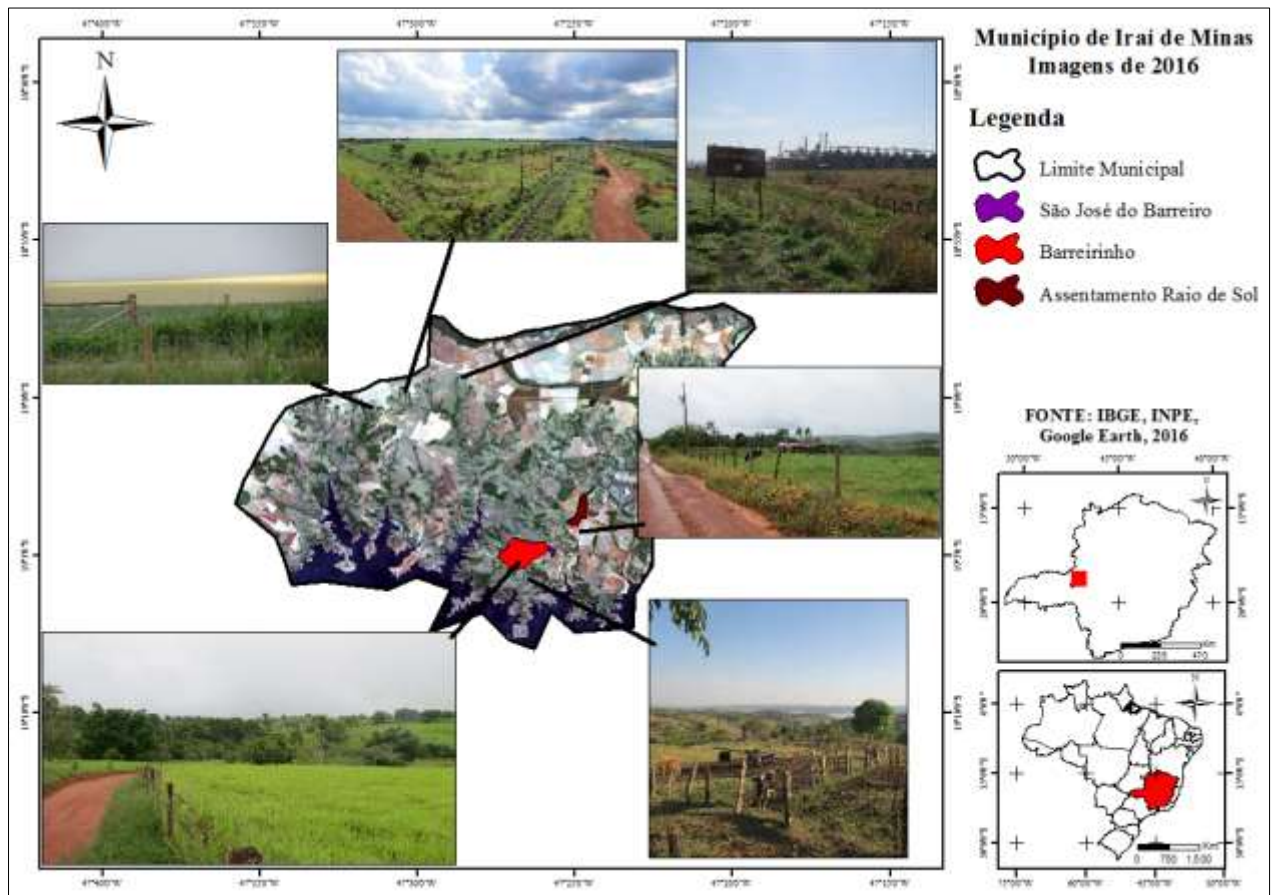
Segundo o Censo Agropecuário de 2006, havia no município 294 estabelecimentos voltados para a produção de leite, e o valor desta produção alcançou neste ano a cifra de 4.660.000 reais, dando aproximadamente 15.850 reais por estabelecimento.

Quando essa atividade é comparada à produção milho, principal gênero produzido pela COPAMIL, nota-se uma grande disparidade. O valor alcançado na produção de milho no ano de 2006 foi de 3.540.000 de reais, dividindo pelos 78 estabelecimentos que produziram o gênero, soma-se o total de aproximadamente 45.380 reais por estabelecimento.

Analisando os dados de produção de Iraí de Minas fica evidente que, apesar de se apresentar como uma possibilidade de Reforma Agrária e que seu êxito levaria o desenvolvimento aos municípios onde fora implantado, o PRODECER acabou gerando uma distorção social, acentuando as desigualdades sociais no campo. Os produtores de commodities concentraram a renda do município apesar da maioria dos produtores rurais se dedicarem à pecuária leiteira.

Assim como apresentado no início da seção anterior, buscando evidenciar os reflexos dos projetos de modernização do campo nos *modos de vida* daqueles que vivem há varias gerações nas áreas rurais de Iraí de Minas, o foco desta pesquisa se deu no setor rural do Barreiro (Imagem 2), especificamente no distrito de São José do Barreiro, na área onde se localizam pequenas propriedades, denominada de Barreirinho e no Assentamento Raio de Sol.

IMAGEM 2 – As chapadas e as vertentes do município de Iraí de Minas – a área de estudo



Org.: FLAUSINO, M.

Para melhor caracterizar a área de estudo, algumas paisagens em composição com a imagem de satélite podem revelar a inserção dos dois projetos de modernização e a presença das pequenas propriedades de agricultura familiar, (Imagem 2).

3.2 O povo das vertentes: São José do Barreiro e Barreirinho

O distrito de São José do Barreiro localiza-se cerca de quinze quilômetros da sede do município de Iraí de Minas. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) residem no distrito cerca de 150 famílias. A área denominada Barreirinho localiza-se ao lado do distrito e configura-se como uma área de pequenas propriedades que tem como atividade principal a produção de leite.

Foto 7 – São José do Barreiro – aldeamento sede do Setor do Barreiro



Autor: GENARO, F. out./2015

Durante a pesquisa não foi encontrada nenhuma fonte bibliográfica que remontava à época da formação de São José do Barreiro e do Barreirinho. Dessa forma, maiores informações foram buscadas na prefeitura, porém sem obter êxito. Segundo a prefeitura, o distrito de São José do Barreiro fazia parte do município de Patrocínio, quando houve a emancipação de Iraí de Minas de Monte Carmelo, o distrito começou a fazer parte do município. Mesmo na prefeitura de Patrocínio não foram encontrados dados ou documentos oficiais que remontam à formação do distrito. A partir de dados coletados em campo, principalmente através de entrevistas, foi possível reconstruir um pouco da história deste lugar.

De acordo com os moradores, o Barreiro era uma grande fazenda desde a época da escravidão, quando o proprietário cedeu parte da fazenda para construção da igreja e do

cemitério. Por várias gerações, essa fazenda foi sendo desmembrada, principalmente por meio de herança, pelos descendentes dos antigos proprietários, dando origem a pequenas propriedades. O nome *Barreiro* derivou-se de uma antiga olaria que outrora se localizava ao lado da igreja.

O Barreiro aqui era do meu tio, ele que doou pra fazer o arraial aqui, o Barreiro deve tê uns 110, 120 anos, Era pra ser feito lá em riba, na curva, ele furo uma cisterna lá mas não deu água, aí ele pegou e doou essa parte de cá e o cemitério. (morador do Barreirinho, entrevista em 14/10/2015).

As famílias de São José do Barreiro e Barreirinho são em grande parte formadas por parentes. Suas pequenas propriedades são resultado do desmembramento por herança do antigo latifúndio de propriedade de seus ancestrais comuns. Durante as pesquisas de campo, quando uma família estava para ser entrevistada, ela já havia sido informada da pesquisa por seus primos e parentes. Segundo eles, as famílias descendem de um único grande fazendeiro que tomou posse das terras desde a margem do rio Quebra-Anzol até às margens do rio Bagagem.

Nasci aqui em São José do Barreiro, minha família nasceu tudo aqui, eu sou de uma família de um coronel que mudou pra cá, se eu falar pra você, tem uma novela nisso aí, essa época do coronel, bisavô da minha mãe, teve uma época que teve uns ciganos, ele mandou buscar exercito em Patos de Minas e matou tudo, nós daqui é tudo da procedência desse homem, o coronel mandava em tudo, isso aqui tudo era dele, veio um batalhão de Patos de Minas e meia noite entrincheirou os ciganos, matou mais de 200, jogava criança pra cima e parava com o rifle, limpou tudo, as cova tá lá, no mesmo lugar, Então eu sou dessa procedência, raça ruim, graças a Deus que eu fui virando bom. (morador do Barreirinho, entrevista em 12/10/2015).

A maioria dos moradores do distrito é formada por trabalhadores rurais, entre os quais alguns poucos possuem terras no Barreirinho, mas residem no aldeamento. Além dos trabalhadores do campo, o restante da população é constituída por funcionários públicos e comerciantes e seus empregados.

No distrito há uma escola municipal que atende todo o setor do Barreiro e um posto de saúde que, no entanto, não conta com o atendimento de um médico sequer, sendo que os

moradores o utilizam apenas para marcar consultas na cidade. Em caso de emergências, eles recorrem ao serviço da ambulância que funciona no distrito sob a responsabilidade de um funcionário público ali residente.

A distância da cidade e a precariedade das estradas que dão acesso a São José do Barreiro são um dos principais problemas relatados por seus moradores. Este fato se agrava devido à constatação de não haver transporte público que vá até o distrito. Dessa forma, os moradores procuram se locomover por meio de caronas ou pedem a alguém que vai para a cidade de carro prestar algum favor, como por exemplo, fazer compras.

A vinda da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte, na década de 1990, alterou de forma significativa as relações que os moradores do Barreiro estabeleciam, tanto com o espaço, pois utilizavam para a lavoura grande parte das áreas que foram inundadas, quanto com as sociedades vizinhas, pois os caminhos e até mesmo pontes por onde circulavam foram alagados (Fotos 9 e 10).

Lá [na beira do rio] nós plantava. Plantava milho, plantava arroz, plantava feijão. Na época num tinha esse negócio de adubo, sabe? Era uma beleza. Agora que surgiu essa coisa de adubo, já vei pra essas terra mais fraca... é que começou plantação de adubo. [...] Os que pertencia lá na margem da represa saíram, a Cemig pagou pra eles. Uns comprou mais pro alto, uns comprou mais longe, outros foi pra cidade e assim foi ficando pouca gente aí. Lá tinha muita gente, tinha muita fazendinha que ficou coberta com água. Não foi bom pra nós não. Trapalhou nossa vida... é que tinha uma ponte branca aqui ó. Aí, tapou lá e não fez outra. Pôs foi a balsa aí. A balsa fica mais é parada, não funciona bem não. Tem que dar a volta lá no Iraí [pra ir para Nova Ponte]. Que na época nós era ligado com Pedrinópolis, então tinha a ponte, era pertim e nós ia pra Pedrinópolis, Santa Juliana, Perdizes, Araxá. Inclusive tinha um homem aqui, ele tinha um caminhãozinho, ele levava capado, porco lá pro Araxá, comprava aqui e levava pra lá, pela ponte branca. Hoje parou tudo, né? Nós ficou isolado aqui. (morador do Barreirinho, 11/10/2015).

Fotos 8 e 9 – Represa da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte, vista do Barreiro, com a balsa fora de funcionamento



Autor: GENARO, F., out./2015.

O depoimento deste morador revela uma situação de dupla exclusão vivida pela grande maioria dos habitantes rurais do setor do Barreiro. A primeira pode ser identificada ao se levar em conta que a agricultura praticada nas margens do rio configurava-se com agricultura de vazante, objetivando a subsistência, da qual se viram expropriados. A segunda mostra claramente um situação de “ilhamento” que passaram a viver após a construção da represa, principalmente quando se observa que a balsa passa a maior parte do tempo fora de funcionamento.

3.3 O povo do assentamento: Associação Raio de Sol

O Assentamento da Associação Raio de Sol, fundado em 2001, é constituído por vinte cinco lotes de quatro hectares cada. A principal atividade do assentamento consiste na pecuária leiteira, seguida pela lavoura de café. O projeto do Assentamento foi criado a partir da compra da propriedade pelo Banco da Terra, de acordo com os preceitos da Reforma Agrária de Mercado. Anterior à fundação do Assentamento, segundo depoimentos dos assentados, a área fazia parte de uma grande fazenda antes de ser vendida ao Banco da Terra.

Aqui o dono das terra não tinha nenhum filho, aí o véio morreu, ficou só a viúva, e a viúva foi indo, adoeceu e não tinha como cuidá, chamou o irmão dela pra cuidar, aí o irmão morreu, ela colocou a fazenda em venda, aí um cara compro ela e cedeu essa parte pra nós, aí o banco da terra que compro. (morador do assentamento da Associação Raio de Sol, depoimento em 14/10/2015).

O projeto de reforma agrária de mercado, criado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, buscava, através do financiamento da terra, tornar o Estado o agente principal do processo, minimizando as pressões exercidas pelos movimentos de luta pela terra, reduzindo assim os conflitos no campo.

No caso do Assentamento Raio de Sol (Fotos 11 e 12), segundo os assentados, para poder se beneficiar do projeto, os agricultores não poderiam possuir, na soma total de seus bens, um valor acima de 30 mil reais e não deveriam ter dívidas. Os agricultores contemplados eram todos de Iraí de Minas e, grande parte deles era de trabalhadores que já haviam sido, ou ainda continuavam empregados das fazendas da região.

De acordo com os depoimentos dos assentados, no início do projeto não houve apoio algum por parte do Estado. Foi a partir do trabalho comunitário que eles buscaram construir suas moradias e limpar o campo para a pastagem e para o plantio.

Fotos 10 e 11 – Lote no Assentamento da Associação Raio de Sol: a) quintal da propriedade; b) placa identificando o número do lote e o nome do proprietário.



Autor: GENARO, F. out./2015

Essa casa a gente construiu na “de mão”, igual a capela que tamo fazendo, cada um veio e ajudou, deu uma “de mão”, o povo me ajudou com a madeira das telha e depois me ajudou construir, igual as outras casas aqui. (morador do Assentamento Raio de Sol, depoimento em 13/10/2015).

De acordo com os moradores, o valor do financiamento feito para estes agricultores pelo Banco da Terra foi de R\$ 625.747,34. Deste valor, R\$ 412.222,88 foram destinados para a compra da fazenda e para cobrir os gastos com a escrituração. O restante do dinheiro foi

destinado para abrir a estrada que corta o Assentamento, construir as cercas que dividem os lotes, instalar uma infraestrutura básica de luz e para adquirir duas bombas d'água.

Além deste financiamento, inicialmente cada família recebeu doze mil reais para construir suas casas, currais e outras instalações necessárias, para abrir espaço para o plantio e para comprar quatro vacas. No entanto, segundo eles, este valor foi insuficiente e muitos deles tiveram que trabalhar em outras fazendas para conseguir os recursos necessários para conseguirem montar suas casas e começar a produzir na terra.

No ano de 2004, a Associação do Assentamento conseguiu a liberação, a partir do PRONAF, de dois mil e quinhentos reais para cada família. A partir de orientações da EMATER, este recurso foi destinado para o plantio de mandioca, porém, com a falta de apoio técnico e a queda do preço da mandioca, a venda da produção acarretou em prejuízo, pois os produtores investiram mais dinheiro do que foi obtido com a venda.

Atualmente, das vinte cinco famílias que foram assentadas inicialmente, apenas onze permanecem em seus respectivos lotes. Devido às dificuldades que enfrentam para pagar as parcelas do financiamento da propriedade, muitos foram vendendo seus terrenos.

Uai, parece que eles não queria sair pra trabalha fora, achou que guentava viver só aqui dentro sem tê uma renda, aí foi vendendo, agora não sei como vai fazer com essa venda, porque o nome deles não pode sair da escritura, continua devendo, agora quem compra não quer nem saber da dívida. (morador do Assentamento Raio de Sol, 13/10/2015).

Esta condição de não conseguir o sustento da família a partir da terra, pode ser encontrada em todas as famílias assentadas. Segundo os depoimentos, nenhum dos assentados conseguiu quitar o financiamento. Deste modo, alguns temem perder a terra, já que não possuem condições de quitar a dívida mesmo com uma renegociação dos valores. Devido à dificuldade em garantir o sustento da família a partir do que se produz na terra, as parcelas do financiamento são deixadas em segundo plano.

Nós não conseguiu pagar o lote, nós tinha um prazo pra pagar, mas nos não deu conta, sabe que nem lembro mais, o que era pagar, acho que era 100 por mês, aí a gente ia panhar café lá em Monte Carmelo pra junta o dinheiro. Era complicado, ninguém conseguiu pagar, agora eles tão querendo negociar a dívida. (morador do Assentamento Raio de Sol, 13/10/2015).

Mesmo se alguma família conseguisse formas de quitar a dívida, o financiamento não ficaria totalmente quitado, pois ele foi feito em nome da Associação e não há escrituração individualizada por lote. Portanto, a dívida deve ser paga por completo por todos os assentados para que depois seja possível fazer a escritura individualizada. Nesse sentido, várias famílias se apresentam temerosas em pagar a sua parte, pois não estão certos de que as famílias que saíram irão honrar a dívida.

Atualmente os membros da diretoria da Associação estão buscando formas de negociar com o banco a individualização das escrituras e para incluir as famílias que compraram os lotes dos assentados que saíram, para que desta forma consigam quitar a dívida. No entanto, segundo eles, o maior problema é que nem mesmo o gerente do banco sabe como proceder para que isso aconteça e nem tem ideia de qual é o valor atual da dívida.

Vários fatores impedem a garantia do sustento da família. A falta de auxílio técnico, o tamanho dos lotes e a falta de apoio por parte do Estado dificultam a reprodução social desta comunidade. Estes assentados acabam obrigados a buscar outras fontes de renda para se manterem no campo, e em muitos casos compõem a mão-de-obra rural de Iraí de Minas.

Em uma das propriedades visitadas, esta condição é constatada. Voltada para a produção de leite, a renda familiar não é suficiente para garantir o sustento da família. Desta forma, os filhos buscam empregos nas fazendas localizadas no topo da chapada. Esta condição se apresenta em grande parte dos assentamentos gerados pela Reforma Agrária de Mercado. A falta de auxílio por parte do Estado acaba por promover e acentuar um cenário de pobreza rural.

O resultado dos programas de “reforma agrária de mercado” é, além de uma disputa político-ideológica com os movimentos sociais agrários, um processo de endividamento crescente das famílias envolvidas. Acessaram à terra via financiamento buscando realizar um sonho, mas terminam com o pesadelo de uma dívida impagável, conforme admitem e demonstramos documentos oficiais propondo uma renegociação. É essa passagem de sonho para pesadelo que deve ser profundamente revista e não apenas renegociada. (SAUER, 2010, p.122, grifos do autor).

Mesmo enfrentando dificuldades para permanecerem na terra e conseguirem sobreviver do trabalho nela, eles demonstram a todo momento o desejo em continuar ali, mas para isso se veem obrigados a elaborar constantemente diferentes estratégias de reprodução. Além da Associação, organizada por eles e destinada a reivindicar melhorias para a comunidade, há também a solidariedade entre os produtores, observada principalmente nas trocas de trabalho.

Durante as festas religiosas, a comunidade se organiza para promovê-las, assim como estão se organizando para a construção da capela do Assentamento. No trabalho na terra, há a solidariedade entre os produtores, principalmente na época do plantio de milho destinado à silagem para o gado. Estes traços de solidariedade, a vida em comunidade e a forma com que o trabalho na terra tem como objetivo garantir a reprodução social e não a mera acumulação apresentam-se como típicas características dos *modos de vida* camponês.

Para além de apenas descrever os cenários de Iraí de Minas, é importante também caracterizar um conceito chave que está sendo trabalhado neste estudo, o de *modos de vida*. A expressão *modos de vida* é entendida aqui como um conjunto de práticas cotidianas específicas que caracterizam certo grupo social. No entanto, de acordo com Guerra (1993), é preciso atentar para a fragilidade deste conceito, pois devido à sua abrangência pode gerar questionamentos e até mesmo certa indefinição. Contudo, ele ainda permite-nos compreender características sociais, muitas vezes únicas, de alguns grupos, como o dos camponeses tradicionais.

Sua abrangência e os questionamentos que encerra são, em si, o maior fator de indefinição desta noção. “*A partir da interrogação sobre os modos de vida podemos ‘encontrar’ toda a sociologia (ou quase), sem contar com uma boa parte da antropologia e da psicologia social (e talvez mesmo da demografia ou da geografia humana)*”. [...] o uso do conceito “modos de vida” para qualquer pesquisa empírica confronta-se desde logo com dois obstáculos que é útil distinguir sobre o plano analítico: um obstáculo lógico e um obstáculo sociológico. O primeiro diz respeito à classificação das práticas; unificam-se os conjuntos de práticas pelos indivíduos ou unificam-se os indivíduos por um conjunto de práticas? O obstáculo sociológico remete para a relação entre as práticas e a posição social: os níveis de recursos criando oportunidades de certas práticas sociais geram estatutos sociais que são portadores de lógicas culturais especificadas potencialmente classificadas como “lógicas de classe”? (GUERRA, 1993, p. 59-60, grifos do autor).

Por outro lado, também é possível compreender as características sociais e identitárias destas comunidades a partir do conceito “gênero de vida”, desenvolvido por Vidal de La Blache para se referir a um conjunto de hábitos e técnicas desenvolvidos por um grupo social num determinado lugar ou região para assegurar sua existência.

Um gênero de vida constituído implica em uma ação metódica e contínua, que age fortemente sobre a natureza ou, para falar como geógrafo, sobre a fisionomia das áreas. Sem dúvida, a ação do homem se faz sentir sobre seu meio desde o dia em que sua mão se armou de um instrumento; pode-se dizer que, desde os primórdios das civilizações, essa ação não foi negligenciável. Mas totalmente diferente é o efeito de hábitos organizados e sistemáticos que esculpem cada vez mais profundamente seus sulcos, impondo-se pela força adquirida por gerações sucessivas, imprimindo suas marcas nos espíritos, direcionando em um sentido determinado todas as forças do progresso. (LA BLACHE, 2005, p. 114)

No entanto, concordando com Marques (2004), esta abordagem diverge do conceito de *modos de vida*, pois ela é vista apenas a partir dos aspectos estáveis da cultura de um grupo no processo de sua reprodução social, “tomando-o como uma totalidade sem, considerar sua relação com a sociedade mais ampla” (MARQUES, 2004, p. 151), que no caso das sociedades camponesas pode acarretar num reducionismo do conceito para fins desta pesquisa.

Divergindo dessa abordagem, entende-se o modo de vida camponês como uma configuração bastante dinâmica e que só pode ser compreendida a partir de sua inserção na sociedade mais ampla, o que hoje inclui até mesmo relações sociais estabelecidas em nível extranacional e global. (MARQUES, 2004, p. 151).

Dessa forma, as análises feitas neste estudo sobre a camponêsidade dos sujeitos que habitam as áreas rurais selecionadas para esta pesquisa em Iraí de Minas, partem de uma

abordagem de seus *modos de vida*, num sentido mais profundo que caracterizam particularmente as estratégias elaboradas por eles para sua reprodução social.

Ao abordar os *modos de vida* de camponeses que residem em Iraí de Minas desde antes a chegada de projetos como o PRODECER, Santos (2008) caracteriza-os de uma forma que vai de encontro às concepções presentes neste estudo, os quais são os principais responsáveis pelas “estratégias de reprodução da comunidade”.

As estratégias de reprodução da comunidade revelam uma ampla e bem tecida malha de relações, que envolviam cortejos fúnebres, casamentos, batizados, aniversários e festas, cujos motivos são variados e complexos. Aliás, havia muitas festas entre os membros da comunidade. Entre as mulheres mineira, mesmo sob carências de tempo, são mantidas algumas reuniões para fazer doces e quitandas.

O processo de reprodução da comunidade também envolvia relações de ajuda mútua, trocas de serviços, trocas de animais e acordos nas atividades de queimadas, na limpeza dos pastos e serviços de proteção das áreas que não deveriam ser queimadas. As relações estabelecidas na reprodução das fazendas expressavam, também, racionalidades que integram os momentos da vida, na relação com o cerrado. Como definir este modo de ser, essa racionalidade? A partir das práticas do grupo que descobre, desde logo, o quanto é difícil produzir, no cerrado, de forma isolada e em separado da comunidade. (SANTOS, 2008, p. 76-77).

Entre os momentos de festa é possível identificar várias das estratégias de reprodução de uma lógica camponesa vivida no cotidiano de trabalho (Fotos 13 e 14). Durante todos os momentos dedicados à realização das festas, principalmente as religiosas, que vai desde o planejamento até sua efetivação, as relações vividas reproduzem e reafirmam quem são, dando-lhes uma identidade campesina que lhes permitem (re)existirem durante os demais dias do ano.

Fotos 12 – Assentamento Raio de Sol: a) Fogões improvisados para a Festa de Nossa Senhora da Aparecida; b) Fogão à lenha em uma das residências



Autor: GENARO, F. out./2015

Em um primeiro olhar sobre as comunidades visitadas e suas moradias depara-se com diferentes características do mundo camponês, que mesmo diante de realidades impostas pela modernização, ainda continuam reproduzindo seus *modos de vida* através dos quais estabelecem diferentes estratégias para permanecerem no campo. É possível identificar então diferentes *modos de vida* que caracterizam uma *campesinidade* dos moradores destas áreas rurais. A partir destas ideias e aprofundando mais um pouco no conceito, este estudo procura então analisá-la enquanto uma identidade rural que perpassa todo o universo de vida e trabalho dos moradores do campo em Iraí de Minas.

**4 ILHADOS PELA MODERNIDADE:
as estratégias de reprodução social do “povo das vertentes”**



A comunidade do Barreiro, formada por sujeitos que estão por gerações vivendo da terra e, através do trabalho com a terra construindo suas relações sociais, presenciou grandes mudanças em seus *modos de vida* provocadas pelo avanço da “modernidade”. Duas grandes inundações atingiram em cheio a vida dessa comunidade. A primeira, simbolizada pela “inundação” da soja, com a chegada do PRODECER impondo valores econômicos e transformando a paisagem agrária de Iraí de Minas. A segunda inundação, que ocorreu também no sentido literal, foi a construção da represa de Nova Ponte, invadindo as terras que eram destinadas anteriormente à agricultura de subsistência. Um morador do Barreirinho faz um breve relato sobre a chegada da represa e as estratégias então empreendidas para permanecer no campo:

Depois veio essa represa, aí pego e foi tampando as terra, lavoura melhor na beira do rio, na beira dos ribeirão, invadiu terra de mais, umas tampo tudo, outros mudou a casa de lugar, os lugar que servia mais pra lavoura a água invadiu, aí ficou só as cabeceiras e só no arado de boi era difícil de mais. Aí o povo foi largando de plantá, foi mexer com gado. (morador do Barreirinho, depoimento em 10/10/2015).

Os agricultores, que não atribuíam valor às terras do topo da chapada, obtinham seu sustento cultivando na beira do rio. Estes dois grandes projetos, a chegada do PRODECER, no começo da década de 1980 e a construção da hidrelétrica em 1994, ocorreram em um curto intervalo de tempo, gerando grandes transformações em uma comunidade que já existia há mais de 100 anos.

Este processo abrupto fez com que estes agricultores fossem inseridos em uma nova lógica, muito diversa daquela na qual elaboraram seus *modos de vida*. No entanto, eles permaneceram na terra, reinventaram suas práticas cotidianas para continuar mantendo a sua reprodução social, buscando novas estratégias para garantir o sustento da família no campo.

Neste sentido, a primeira parte desta seção tem como objetivo descrever a forma com que os dois projetos de modernização afetaram os *modos de vida* da comunidade do Barreiro.

A segunda parte visa entender a condição atual de vida dos produtores de leite da comunidade, tendo em vista que as principais dificuldades encontradas por estes produtores estão nas relações com as cooperativas e empresas que compram o leite. Os tanques de refrigeração são cedidos por comodato. Caso o produtor queira vender o leite para outra empresa, a cooperativa pega de volta o tanque, fazendo do produtor um refém. A constante oscilação do preço do leite em conjunto com o aumento do preço da ração também dificulta bastante a atividade.

O problema maior é o preço, quando o preço tá bom a gente consegue se manter bem, agora já teve vez que o preço baixou muito, no meio do ano passado estava entorno de 60 centavos. E quanto menos leite a gente tira, menor é o preço, a Piracanjuba paga mais pra quem tira mais porque tem menos gasto com caminhão pra recolher o leite. (morador do Barreirinho, depoimento em 10/10/2015).

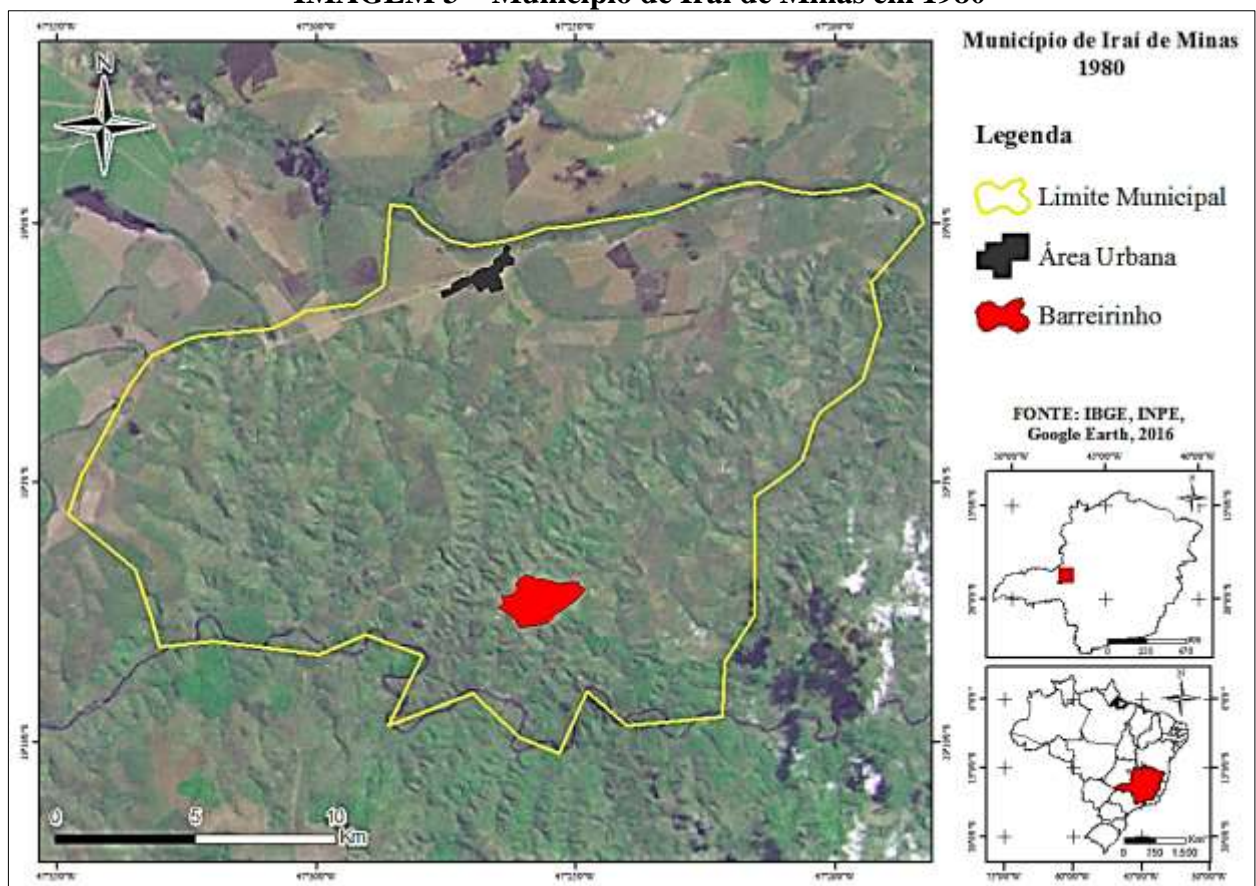
Neste contexto, torna-se importante identificar a forma com que, apesar das dificuldades encontradas na pecuária leiteira, estes pequenos produtores conseguem garantir o sustento familiar e permanecer na terra.

4.1. A inundação

A inundação foi relâmpago. Entre a chegada da soja e a construção da represa decorreram apenas treze anos. Nestes treze anos os agricultores do Barreiro viram a paisagem que os cercava se transformar, tomando novos significados, valores, espacialidades e temporalidades. As grandes lavouras e a usina hidrelétrica tornaram-se espaços que atendiam a uma demanda gerada para além das terras do Barreiro. Em um curto intervalo de tempo eles assistiram grandes mudanças. Afinal o que são treze anos para agricultores que estavam ali por gerações?

A sequência de imagens a seguir procura evidenciar as mudanças abruptas ocorridas no espaço da área de estudo. Na primeira imagem de satélite de 1980 (Imagem 3), no começo da atuação do PRODECER sob o território de Iraí de Minas, é possível perceber que as lavouras estão localizadas próximas à sede do município. As margens do rio Quebra-Anzol estão ainda distantes do Barreirinho, onde se praticava o plantio principalmente do arroz, do milho e do feijão, em regime de parceria ou arrendamento.

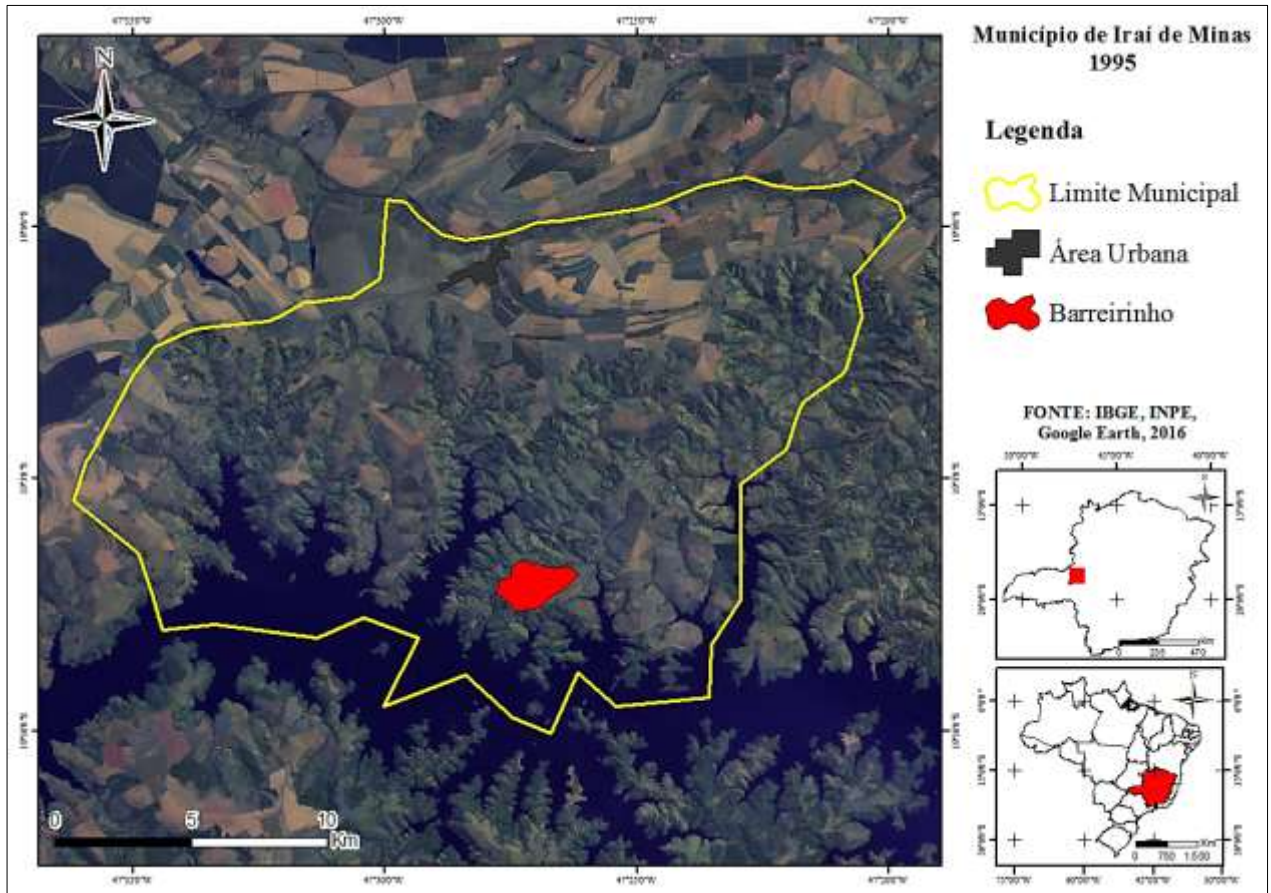
IMAGEM 3 – Município de Iraí de Minas em 1980



Org.: FLAUSINO, M.

Já na segunda imagem, a de 1995, um ano após a inauguração da usina hidrelétrica (Imagem 4), pode-se observar a represa em seu nível máximo, quando as águas tomaram conta das áreas planas na margem do rio chegando bem próximo ao Barreirinho. Também é possível observar a presença de pivôs próximos à sede do município e uma maior quantidade de lavouras.

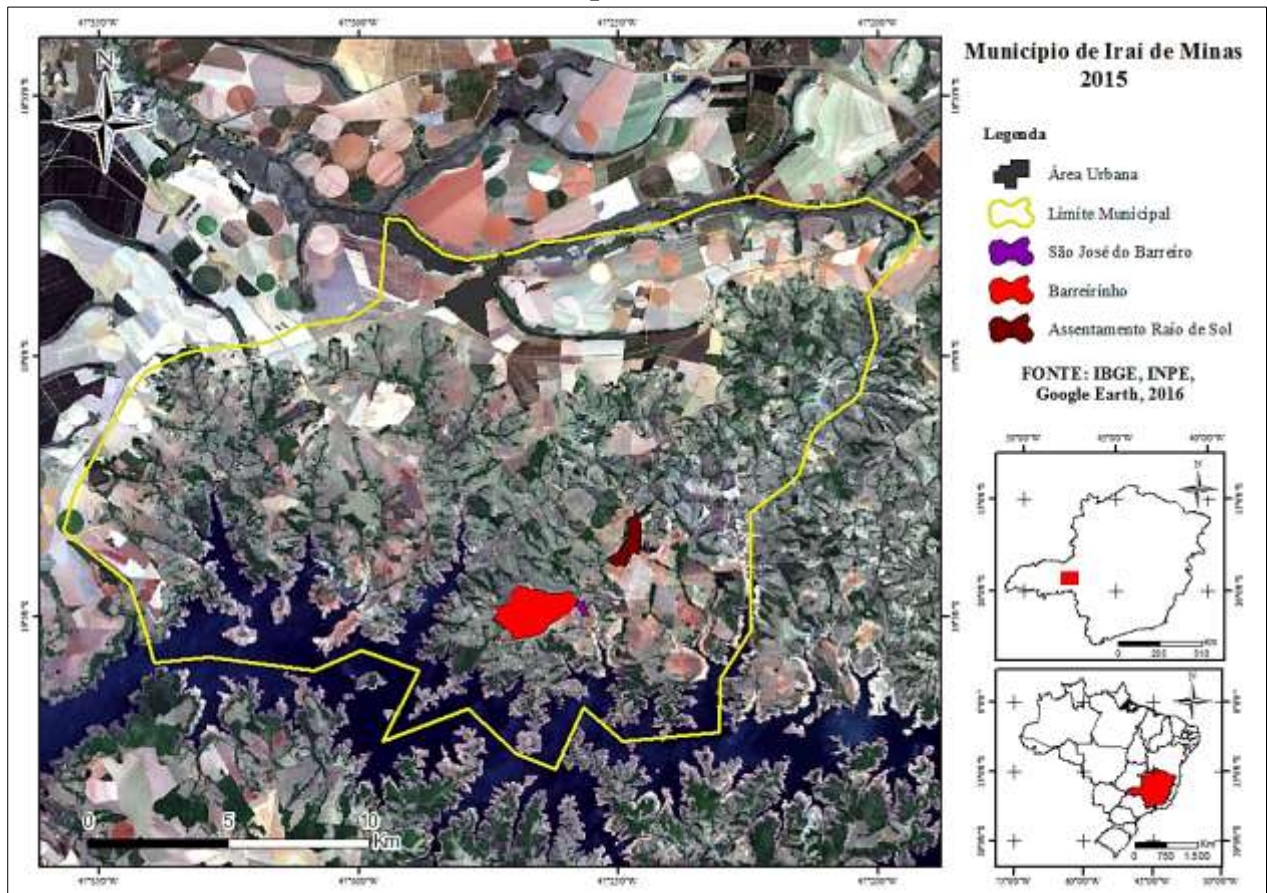
IMAGEM 4 – Município de Iraí de Minas em 1995



Org.: FLAUSINO, M.

Na terceira imagem, a mais atual, é possível perceber a redução da represa (Imagem 5). No entanto, mesmo com esta redução, os agricultores não voltaram a plantar nas margens do rio. O grande número de pivôs e de lavouras parecem cercar a área de estudo. É neste sentido que se pode observar como os agricultores do Barreiro estão “ilhados”, sendo que por um lado pelas grandes lavouras e por outro pelas águas da represa.

IMAGEM 5 – Município de Iraí de Minas em 2015



Org.: FLAUSINO, M.

Afirmar que estes agricultores ficaram “ilhados pela modernidade” corresponde então dizer que eles se viram cercados por dois projetos de modernização do território de ordem externa a eles. Projetos que reduziram drasticamente seus territórios e seus espaços de reprodução social. Esta abordagem se pauta na ideia de descontinuidade dos agentes modernizantes, Giddens (1991). A lógica de otimização produtiva contempla apenas as parcelas capazes de responder às características necessárias para reprodução do capital. A ordem externa corresponde a uma das principais características trabalhadas por Guiddens (1991) associada ao advento da modernidade.

O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros “ausentes”, localmente distantes de qualquer situação dada na interação face a face. Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais *fantasmagórico*: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a “forma visível” do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza. (GIDDENS, 1991, p. 27).

Entretanto, a abordagem apresentada aqui não busca caracterizar a comunidade estudada como uma sociedade pré-moderna ou pré-capitalista. Esta comunidade constituiu seus *modos de vida* ao longo de gerações, promovendo suas relações sociais em um *tempo lento*, em que, a partir da concepção de Santos (1997), as relações ocorrem em escala local. Com a chegada dos projetos estruturados pela lógica do *tempo rápido*, organizado pelos agentes hegemônicos, apesar de não promoverem o acesso à técnica, impôs novos valores, como o valor mercadológico da terra e a depreciação de práticas comunitárias.

Nesta perspectiva, é possível entender que antes dos projetos as relações se mantinham em uma escala local; havia a prática de trabalho assalariado, do arrendamento e da parceria, relações típicas das atividades agrárias tradicionais. Com a chegada dos projetos há uma redução do território camponês, acabam-se as plantações na margem do rio e os pastos do topo da chapada. Mas esta condição não representa o fim desta comunidade, pois ela se molda a partir do contato com a nova *temporalidade*. O capital redefine as relações camponesas inserindo-as em sua lógica produtiva, como fornecedores de matéria-prima, ou simplesmente consumindo bens industrializados no campo, assim como apresenta Oliveira (2004).

É por isso que o desenvolvimento do capitalismo no campo abre espaço simultaneamente para a expansão do trabalho familiar camponês, nas suas múltiplas formas, como camponês proprietário, parceiro, rendeiro ou posseiro. É assim que os próprios capitalistas no campo se utilizam desse processo para reproduzir o seu capital. (OLIVEIRA, 2004, p. 43).

Nas pesquisas de campo no setor do Barreiro buscou-se entender a forma através das quais os projetos do PRODECER e da usina hidrelétrica de Nova Ponte afetaram a reprodução social dos agricultores ali residentes. Todos os produtores de leite entrevistados relataram que sempre trabalharam no campo. Os moradores do Assentamento compunham anteriormente a mão-de-obra rural do município, trabalhando nas lavouras de café ou retirando leite em fazendas da região. Já os produtores de leite do Barreirinho viviam por

gerações em suas propriedades nas vertentes, cultivando alimentos nas margens do rio Quebra-Anzol e trabalhando, em grande maioria como meeiros.

Os principais cultivos eram de arroz, feijão e milho. Havia uma máquina de descascar arroz no distrito de São José do Barreiro, onde os agricultores podiam usar em troca de uma parcela do arroz colhido. As terras nas margens do rio, segundo os produtores, eram de predominância planas, ricas em matéria orgânica e de fácil manejo.

O regime de trabalho na terra se constituía através de relações comunitárias. Os trabalhadores se associavam para limpar e arar a terra para o plantio, plantar e colher. Para definir em que terra iriam trabalhar, os agricultores realizavam um sorteio para organizar uma escala das terras que seriam utilizadas. Para ter direito à ajuda dos vizinhos, o agricultor precisava trabalhar nas terras de seus companheiros. Os moradores mais velhos relataram nas entrevistas que era muito comum trabalhar nas terras de grandes proprietários em troca de sal, banha ou outros produtos. O alimento vinha das terras das margens do rio, e os produtos que faltavam eram conseguidos a partir desta relação de troca de mão-de-obra por mercadoria.

Toda vida trabalhei na lavoura, plantava, colhia, pra despesa mesmo, hoje que tô trabalhando só com o café. Naquele tempo tocava de ameia lá na beira do rio, trabalhei demais onde tá a balsa, plantava milho, feijão e arroz. (morador do Barreirinho, janeiro de 2016).

Esta relação entre a terra e o trabalho começa a sofrer transformações a partir da chegada da CAMPO. As terras localizadas no alto da chapada, até então utilizadas como pastagem comum, principalmente por produtores de gado de corte, foram transformadas em grandes lavouras. A vinda dos gaúchos e a chegada da mecanização transformaram a paisagem do município.

As terras planas do topo da chapada não tinham valor para os agricultores mineiros. Assim, como argumenta Santos (2008), elas não despertavam interesse para os mineiros, e não havia necessidade de construir cercas para delimitar as propriedades, pois não era

possível manter uma lavoura. Esta visão dos mineiros sobre a terra do alto da chapada foi constatada durante os trabalhos de campo e nas entrevistas. Muitos entrevistados disseram que os proprietários por vezes doavam parcelas da terra para não terem que pagar os impostos.

A terra que despertava o interesse entre estes agricultores era a do fundo do vale. Eles não acreditavam que era possível produzir em larga escala em terras tão inférteis como as do topo da chapada. Com o PRODECER as áreas que eram desvalorizadas por eles ganharam um novo valor e um novo conteúdo. O campo aberto do Cerrado transformou-se em um “mar de soja” e adquiriu alto valor comercial. Mesmo com estas transformações foi constatado em campo que apesar de terem ficado à margem do PRODECER, os agricultores demonstram uma grande admiração pelos gaúchos. Nas entrevistas, eles consideram os gaúchos como bons trabalhadores, que conseguiram a partir do trabalho transformar terras improdutivas em grandes lavouras. Para eles, este processo de modernização do campo não influenciou diretamente em suas relações produtivas. No entanto, o início da construção da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte acarretou grandes mudanças nos *modos de vida* dos agricultores do Barreiro.

Segundo Silva (2004) os primeiros estudos de viabilidade da obra foram realizados em 1964 pela empresa *Canambra Engineering Consultants* em conjunto com a CEMIG. Este estudo de viabilidade foi resultado do acordo entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e CEMIG, e também da parceria Canadá, Brasil e Estados Unidos, à qual coube a tarefa de realizar os estudos de potencial energético de Minas Gerais (SILVA, 2004). Após os estudos de viabilidade, em 1975 foi aprovado o decreto 76.006 de 23/07/1975 que autorizou o aproveitamento energético do Rio Araguari pela CEMIG. As obras ocorreram no período de 1985 e 1993, e a negociação com os proprietários ocorreu entre outubro de 1992 a abril de 1993. Em Iraí de Minas, a área inundada corresponde a 6.741 hectares.

Eu mexia de mais com lavoura, nois tocava mais lavoura a ameia, lá na beira da represa, 3 alqueire, não lembro quanto pagou não, pagaram uns 10.000 o alqueire, eu tinha uma terra de plantá, plantava lá era 4, 5 sacas

de arroz, só na baixada, pagou até bem na época, mas que ce faz com 30.000 hoje? Nada. (morador do Barreirinho, depoimento em 12/01/2016).

Com a instalação da Usina e o fim do plantio nas margens do rio, os agricultores buscaram manter o sustento da família no que restou de suas propriedades. A principal atividade exercida nestas propriedades era a pecuária leiteira. Nas entrevistas, os produtores relataram que sempre produziram leite, entretanto, poucos o comercializavam. A produção era voltada principalmente para o consumo da família e para a confecção de queijos, manteiga e doces. A comercialização do leite sempre foi considerada uma atividade de baixo rendimento para estes agricultores, para complementar a renda da família era necessário trabalhar fora da propriedade, trabalhando de diária em fazendas maiores.

Veio o pessoal da represa, levou um tempo, levou uns 4... 5 anos até começar a fazer a represa, aí quando foi tapando eles chamaram a gente pra Nova Ponte pra negociar, só que não lembro quanto eles pagou não, nem sei o quanto recebi, chamaram a gente no cartório pra escriturar. Aí o povo plantava na beira do rio, plantava milho e arroz, era um tanto de arroz que plantava na beira do rio, dos mais bom, granadinho. Aí veio a represa, tampou os córrego, as baixada, aí acabou as plantação, pra dá bom matimento só nas baixada, nessa terra seca não dá não. (morador do Barreirinho, depoimento em 14/10/2015).

Atualmente o trabalho familiar divide-se da seguinte forma: o pai, ou os filhos, iniciam o dia retirando o leite na propriedade, e depois vão trabalhar em lavouras de café, ou retirando leite em propriedades maiores. Cabe à mãe os trabalhos domésticos, cuidar da criação de galinhas, da horta e confeccionar produtos a serem vendidos, como o queijo e o polvilho de mandioca. Em alguns casos, como relatado nas entrevistas no Assentamento, em época de colheita do café as mulheres deixam o trabalho na propriedade para trabalhar nas fazendas.

Entre os espaços utilizados dentro da pequena propriedade rural (Quadro 2), observa-se que pouca coisa se alterou. Os moradores das áreas rurais pesquisadas permanecem reproduzindo modos de vida adquiridos há várias gerações e perpetuam práticas de lida diária

com a terra para garantir o sustento da família. No entanto, é possível observar as estratégias de sobrevivência adotadas frente ao avanço da modernização do campo, quando buscam fora da propriedade o trabalho que possibilita a permanência da família no campo.

QUADRO 2 – Espaços de trabalho no campo

Espaços	Atividade	Responsável
Na propriedade		
Curral	Retirar o leite, alimentar, vacinar e medicar o rebanho	Pai da família e /ou os filhos homens
Roça de milho	Tratar a terra, plantar e colher o milho e produção de silagem	Pai da família e/ou os filhos homens
Pomar e horta	Produção de alimentos para o consumo interno da família	Pai da família executa os trabalhos de infraestrutura (cercas, preparo da terra entre outro), a mãe da família faz o plantio, a manutenção e a colheita
Cozinha	Preparo dos alimentos e confecção de produtos para vender aos vizinhos e na cidade (polvilho, queijo, doces, entre outros).	Mulheres da família
Galinheiro	Criação de galinhas para o consumo e venda de carne e ovo	Mãe da família
Chiqueiro	Criação de porcos para consumo da família	Filhos e mãe cuidam da alimentação
Fora da propriedade		
Fazenda de leite	Trabalho assalariado como retireiro, ou trabalho de diária como manutenção do pasto e da infraestrutura	Homens da família
Fazenda de café	Trabalho na colheita e trabalho de manutenção da fazenda	As mulheres trabalham na colheita e os homens na colheita e trabalham de diária na manutenção
Lavouras na chapada	Trabalhos de diária	Principalmente os filhos mais velhos, que sabem trabalhar com maquinário agrícola

Fonte: pesquisa de campo. Org: GENARO, F. jan.2016.

Com o avanço da mecanização agrícola tornou-se mais difícil encontrar trabalho “por diária”. Os produtores de café que ainda contratam mão-de-obra são aqueles que possuem

menores propriedades onde, devido ao tamanho, a colheitadeira não consegue manobrar sem danificar os pés de café, fazendo com que os proprietários sejam obrigados a optarem pela colheita manual.

O desemprego tá grande, antes o povo aqui da roça vivia da colheita das lavouras de café, hoje as máquina tomou conta, as máquina que colhe, e o que os produtor pequeno faz? Tira o leite, nem uma diária que tinha antes, bater pasto, trabalhar na enxada, na foice, essas coisa acabou, por que as máquina tirou, elas que faz o serviço. Pra achar uma diária tem que andar longe e ninguém paga bem porque não tem serviço, quando acha é graças a Deus. (moradora do Barreirinho, depoimento em 12/01/2016).

Neste contexto, os dois projetos de modernização provocaram não só uma redução do território camponês como também a redução das possibilidades de se produzir através do trabalho com a terra. A pecuária leiteira, restringida às pequenas propriedades, tornou-se a atividade principal desses agricultores. A partir da análise de Graziano da Silva (1999), podemos considerar que a pequena produção mantinha-se subordinada ao proprietário fundiário, pois os agricultores produziam como parceiros ou arrendatários, visto que durante as entrevistas apenas um produtor de leite alegou que possuía terras nas margens do rio, e todos os produtores do Barreirinho informaram que produziam nas margens ou arrendando as terras ou através do regime de parceria. Com a chegada dos projetos a pequena produção começou a se tornar subordinada às agroindústrias e às cooperativas-capitalistas, assim como apresenta o quadro 3.

QUADRO 3 – Características da pequena produção no Barreiro a partir da classificação de Graziano da Silva (1999)

Característica	Descrição	Produção
Subordinada ao proprietário fundiário	A extração do excedente ocorre através do pagamento da terra por parte do parceiro (sob a forma de uma porcentagem da produção comercial ou de subsistência); pagamento de renda numa quantidade fixa de produção ou dinheiro pelos arrendatários; obrigação por parte do parceiro ou arrendatário de trabalhar na propriedade em certos serviços por salário inferiores aos regionais;	Milho, arroz e feijão plantados principalmente nas margens do rio antes da construção da represa
Subordinada às agroindústrias e cooperativas-capitalistas	A subordinação se dá através do financiamento dos insumos e da assistência técnica, criando, no pequeno produtor, uma dependência e forçando-o à adoção de novas tecnologias; e, também, através da venda num mercado monopsônico de matéria prima agrícola. Muitas vezes as agroindústrias subordinam os pequenos os pequenos produtores através de mecanismos semelhantes ao do capital comercial;	Produção do leite e da silagem de milho dentro das pequenas propriedades

Fonte: GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 141. Org.: GENARO, F. jan.2016.

Desta forma, fica evidente que os dois projetos afetaram diretamente a pequena produção dos agricultores do Barreiro. A alternativa de trabalhar com a pecuária leiteira vem enfrentando várias dificuldades que afetam diretamente a reprodução social desta comunidade. As dificuldades na produção de leite e as estratégias elaboradas por esta comunidade para se manter na terra demonstram a singularidade das características campesinas destes produtores.

4.2 Entre a roça e o pasto: a opção pela pecuária leiteira

Uma das frases mais repetidas pelos produtores de leite durante as entrevistas era: “A gente trabalha de engordar vaca”. Com esta frase eles querem dizer que o valor recebido pela venda do leite só é suficiente para pagar o trato do rebanho (ração, milho e silagem). Esta condição, em que os produtores estão subordinados a uma cooperativa capitalista, impõe a eles grandes dificuldades para garantir o sustento da família. Para entender as dificuldades que permeiam a produção do leite, dois fatores se tornam importantes para a análise: a extensão da propriedade e a relação entre os produtores e a cooperativa.

Por se tratar de pequenas propriedades (no Assentamento os lotes são de 5,25 hectares e no Barreirinho a média é de sete hectares), não é possível manter o gado apenas com os recursos internos. E também não é possível ampliar a área de plantio de milho para silagem, não havendo pasto suficiente para manter a criação.

No Assentamento os produtores destinam cerca de 1,25 hectares para o plantio do milho para a silagem. O plantio é realizado assim que começam as chuvas, por volta de outubro e novembro. A colheita é realizada quatro meses após o plantio, e se o período de chuva for prolongado é possível plantar novamente o milho entre os meses de fevereiro e março, o que é denominado de “safrinha”. Após a colheita o milho é colocado para fermentar em uma trincheira e fica coberto por uma lona. Este processo de fermentação demora por volta de três semanas.

Segundo os produtores do Assentamento, a silagem produzida por eles em ano, quando é possível plantar a safrinha, é capaz de alimentar o gado por três a quatro meses. Devido à falta de pasto o gado é alimentado com silagem o ano todo. Segundo os produtores, cada animal consome em média dez quilos de silagem ao dia. A alimentação do rebanho é complementada com farelo de milho, ração (só para as vacas em período de lactação) e a pastagem disponível.

Na realidade, praticamente não existe pasto, pega a terra, planta, tira o silo pra manter o trato do gado por um tempo, adubo caro, leite barato, manutenção é cara, veneno é caro, ele não tem máquina pra colher e aluguel é caro, até que o silo chegar no ponto de tratar do gado já é um custo alto, depois vai tratar do gado, tem que comprar ração, remédio nem se compara, caro também, depois vai vender o leite no fim do mês, aqui graças a Deus que sobra um pouquinho, mas tem muitos aqui que não sobra nada, dá pra pagar as contas, manter as despesas, pra nós sobra um pouquinho, tem um pouco mais de gerência pra economizar em parte, aí sobra um pouquinho, se não economizar em outras partes não sobra nada.(moradora do Barreirinho, depoimento em 12/01/2016).

De todos os produtores de leite do Barreirinho apenas um destina parte da propriedade para o plantio de milho, a maioria deles prefere comprar a silagem, pois, segundo eles, o custo

não diferencia muito do que se gasta com o cultivo. De acordo com eles, atualmente a tonelada de silagem sai por 150 reais. Para os produtores de leite do Assentamento os gastos com a produção de silagem são reduzidos devido ao fato da Associação possuir maquinário para o plantio. Para utilizar este maquinário os assentados pagam 70 reais por hora de uso, o que equivale à metade do preço pago nas propriedades da região. Porém, alguns produtores de leite do Assentamento preferem pagar um preço mais alto, contratando o serviço fora do Assentamento, pois devido à demanda interna o tempo de espera é grande para poder utilizar o maquinário da Associação.

Foto 14 – Alimentação do gado em propriedade do Assentamento da Associação Raio de Sol



Autor: GENARO, F. out./2015

O maior gasto na produção de leite é com a ração. Os produtores entrevistados têm em média de 10 vacas cada um. Sendo o consumo diário por volta de quatro quilos de ração por animal, totaliza-se quase uma saca de ração por dia. Na cooperativa do município, a saca de ração é vendida por um preço médio de R\$ 47,00 para os produtores cooperativados, preço

este que pode variar de acordo com a quantidade comprada. A ração é oferecida ao gado na hora da retirada do leite (Foto 15), segundo os produtores, quando não se oferece a ração, a vaca produz a metade da quantidade de leite que normalmente produziria.

Tem o remédio do carrapato, tem vacina do gado pra raiva, botulismo, manqueira, tudo sai do leite, o remédio do carrapato custa 58 reais... 2 litros de remédio.

A gente fica devendo lá, vai até 3 meses sem receber nada, já cheguei a dever 4000 no laticínio. Então é complicado a condição do pequeno produtor porque a produção dele tem pouco valor. O grande, a produção é alta e ele recebe mais pelo litro, como ele compra muita ração ele tem bastante desconto, a gente não, a gente compra pouquinho, não tem desconto. Milho a gente não pode comprar na COPAMIL, lá é mais barato, a nossa cooperativa compra da COPAMIL a 38 reais a saca de 60 quilo, passa pra nós 40 quilo a 42 reais, eles ganham 10 quilos mais a porcentagem. (morador do Assentamento, dezembro de 2015).

Os gastos com a alimentação do rebanho, somados com os demais gastos com vacina, remédio e pesticidas, reduzem consideravelmente a margem de lucro na produção do leite, como mostra o quadro 4. Este quadro, elaborado a partir de dados obtidos durante os trabalhos de campo, tem como base a média dos valores declarados pelos produtores de leite. O valor obtido pela venda do leite é o que mais apresenta variações, sendo a média encontrada do valor pago pelo leite de 86 centavos.

**QUADRO 4 – Produção e renda mensal de leite comparada aos gastos
(10 vacas em lactação)**

Ganhos com a produção de leite		Gastos com a produção de leite		
Média de litros de leite produzidos	Média do valor recebido (R\$)	Produtos	Quantidade	Valor gasto (R\$)
3 300	2 828,00	Silagem	3 000 kg	450,00
		Ração	1 200 kg	1 410,00
		Medicamentos e outros insumos	(variável)	80,00
Totais	2 828,00			1940,00
Lucro médio obtido ao mês:			888,00	

Fonte: pesquisa de campo. Org: GENARO, F. jan. 2016.

Devido ao alto custo para manter o rebanho nestas propriedades com pouca disponibilidade de pastagem, torna-se difícil aumentar a quantidade de animais, pois para

cada bezerro que nasce, aumentam os custos com a alimentação. Quando nasce uma fêmea ela mantida na propriedade até desmamar (aproximadamente seis meses) e, depois, é vendida por um valor que varia entre 1000 e 1500 reais. Já para o caso do nascimento de machos os produtores alegam que os gastos com a alimentação são muito altos para mantê-los na propriedade até que tenham peso para corte. Desta forma muitos bezerros são abandonados. Há produtores que fornecem silagem aos vizinhos se eles forem buscar os bezerros de sua propriedade.

Esta situação é atenuada quando o valor do leite está em baixa e o valor do gado de corte sobe. Os produtores reduzem a quantidade de vacas destinadas a retirar leite, reduzindo assim os gastos da ração, e mantêm os bezerros até adquirirem peso para venda. A venda de bezerros torna-se então um fator determinante para a manutenção da pecuária leiteira. Quando o produtor está endividado é através dessa venda que ele consegue saldar suas dívidas. Já para aqueles que estão com as contas em dia, a venda dos bezerros propicia investir em infraestrutura e custear os gastos com a produção de silagem.

Estas dificuldades encontradas na produção de leite intensificam-se devido à subordinação do produtor à cooperativa. É possível entender esta subordinação exemplificando o seu processo a partir de três fatores: a *imposição da técnica*, o *preço do leite* e o *sistema de endividamento*.

A *imposição técnica* refere-se à necessidade dos produtores de possuírem equipamentos impostos pela cooperativa para o comércio do leite: o tanque de refrigeração e a ordenha mecânica. O tanque usado por estes produtores (Foto 17) é fornecido pela cooperativa em regime de comodato; sendo o leite recolhido pelo caminhão apenas nas propriedades que o possuem. Este regime de comodato impossibilita o produtor de entregar o leite para outra empresa, caso o faça, o tanque é retirado. Desta forma o produtor fica

impossibilitado de vender o leite para a empresa que oferecer o melhor preço, pois, se o tanque for retirado ele perde vários dias de produção até chegar um novo tanque.

Os produtores do Assentamento e do Barreirinho não possuem tanque próprio. Para eles não vale a pena investir comprando um tanque, porque além de ser caro, devido à baixa rentabilidade da produção demorariam muito tempo para pagar. Mesmo se tivessem o tanque próprio não teriam a autonomia para ficarem trocando de empresa de acordo com o melhor preço, pois até romper contrato com uma empresa e entregar para outra os produtores poderiam ficar vários dias sem poder entregar o leite.

Foto 15 – Tanque de refrigeração em propriedade do Barreirinho



Autor: GENARO, F. out./2015.

Já a ordenha mecânica (Foto 18) não é cedida pela cooperativa e todos os produtores entrevistados possuem o equipamento. Segundo eles, o valor de uma ordenha varia entre R\$3500,00 e R\$4500. Ela é necessária para garantir que se retire mais leite, visto que o tanque só funciona a partir de uma determinada quantidade. Caso um produtor não tenha o equipamento algumas empresas não compram o leite e a cooperativa paga um valor menor pelo litro retirado.

Foto 16 – Ordenha mecânica em propriedade do Assentamento da Associação Raio de Sol



Autor: GENARO, F. out./2015.

O segundo fator gerado pela subordinação dos produtores é o *preço do leite* pago pela cooperativa. Os produtores não entendem como é feito o cálculo do valor pago pelo litro. Segundo eles, a cooperativa paga de acordo ao “padrão de qualidade”. No entanto, eles acreditam que não é avaliada a qualidade e, sim, a quantidade, pois quanto maior é a quantidade retirada maior é o valor pago pelo litro. Entre os entrevistados o valor recebido pelo leite varia de R\$ 0,70 a R\$ 1,10. Esta variação no valor pago pelo litro de leite acaba promovendo um cenário heterogêneo em que os pequenos produtores, frente aos custos e aos baixos valores pagos pelo leite, encontram poucas alternativas para melhorar suas condições de vida.

Veio essa crise louca, essa ração caríssima, vendia o leite a 1,15 e a ração a 37, aí agora o leite baixou pra uns 90 centavos, a ração subiu pra 47, olha pra ce ver, eu tiro em média de 10mil litros por mês, no final do mês comecei a perder uns 20 e tantos centavos por litro e a ração aumentou 10 reais, fui fazendo as conta, tô deixando de receber por volta de 3700 real do lucrinho que eu tinha, aí aquele lucrinho que era pra arrumar um curralzinho, preparar uma terra pra você plantá, cria umas bezerra. Aquele que tava endividado não sei o que vai fazer, eu que já tô bem, quando roda pra trás eu consigo aguentar uns 3 meses. (produtor de leite do Assentamento, depoimento 15 de janeiro de 2016).

No entanto, de acordo com os produtores que resolveram sair da cooperativa, a proposta inicial era de que o valor do leite seria igual para todos os cooperados. Com o passar dos anos esta proposta foi deixada de lado, fazendo com que muitos começassem a entregar o leite para outras empresas.

O projeto da cooperativa era pra ser uma firma que se você entregar 50 litros e outro entregar 1000, o preço vai ser o mesmo. Os 50 seu iria virá 1050 pra vende pra fora, e os seus 1000 vira 1050, seria bom pro grande e muito melhor pro pequeno. Mas mudou o esquema todinho, caiu no mesmo sistema, virou pior que as outras pra pagá, por ser associação eles tem um custo maior encima do bolso dos cara, e a gente que tira pouco não tem como ficar sem essa diferença. (produtor de leite do Assentamento, depoimento 15 de janeiro de 2016).

A cooperativa reveste-se de uma lógica capitalista, cujos interesses estão na alta produtividade e na ampliação da margem de lucro. Na medida em que ela beneficia os grandes produtores em detrimento dos pequenos, coloca de lado a proposta inicial de cooperação entre os produtores.

Foto 17 – COPLIM – Cooperativa dos Produtores de Leite de Iraí de Minas



Autor: GENARO, F. out./2015.

Para driblar esta variação do preço vários produtores do Barreirinho optaram por juntar a produção, abastecendo um mesmo tanque de refrigeração. Eles se organizaram em grupos de três a quatro produtores, e o dono da propriedade onde fica o tanque recebe um adicional para os gastos com a energia. O interessante é que a mesma prática não ocorre no Assentamento. A princípio eles possuíam um tanque comunitário. Entretanto, devido a

conflitos entre eles sobre a quantidade que cada um tirava e a divisão do pagamento do leite, cada um foi adquirindo o próprio tanque e o comunitário foi devolvido para a cooperativa.

Como vimos, frente ao baixo preço pago pela cooperativa, muitos produtores optaram por sair dela e entregar o leite para outras empresas. Porém, para deixar de entregar o leite para a cooperativa o produtor precisa possuir algum recurso financeiro preservado para custear os gastos com o gado, visto que a cooperativa fornece ração, medicamento, farelo de milho, entre outros produtos, e desconta o valor destes no pagamento mensal do leite. Esta situação promove a subordinação dos produtores a partir da dívida, ou seja, o *sistema de endividamento*.

Tudo lá é caro, eles fala que tem veterinário, assistência, que é de graça, mas eles cobra caro, desconta no leite, a maioria dos produtor da cooperativa, eu te falo mais ou menos, aqueles que entrega muito recebe muito, mas os pequeno produtor fica endividado. Tudo que você precisa eles te fornecem, chega a nota do leite, o povo chora. Você pergunta pro povo por que não para de entregar leite lá, eles fica calado, porque não tem como, tão endividado. Pegou remédio lá, pediu um adiantamento de uns 200 conto, abasteceu no posto de gasolina, vai receber a nota do leite dá um pulo. (produtor de leite do Assentamento, depoimento 15 de janeiro de 2016).

Alguns produtores alegaram durante as entrevistas que durante o ano ficam entre dois e três meses sem receber o pagamento do leite, devido às suas dívidas para com a cooperativa. Esta situação ocorre principalmente em época de estiagem, quando aumentam os gastos com a ração e a silagem, devido à falta de pasto. Com a alimentação reduzida as vacas produzem menos leite. Produzindo menos leite o produtor recebe um valor menor pelo litro entregue. Recebendo menos e gastando mais as alternativas encontradas por eles para quitar a dívida são as de pedir empréstimo no banco ou vender algum animal. Esta situação se agrava no Assentamento, onde os produtores não podem fazer empréstimos, pois estão em situação irregular junto aos órgãos de crédito; ou seja, possuem “o nome sujo” devido à dívida com a terra. Alguns produtores chegam a dever R\$3.000,00 na cooperativa durante os períodos de estiagem.

Este *sistema de endividamento* faz lembrar o antigo sistema discutido por Martins (1998, 2009), em que os trabalhadores eram mantidos presos à terra devido às suas dívidas; ou seja, sistema de escravidão por dívida ou peonagem. Porém, para os produtores de leite apresentados aqui, este sistema se apresenta de uma forma sutil e indireta. Maquiada sob a forma de oferta de serviços e produtos, a dívida efetuada por estes produtores possibilita a exploração de sua mão-de-obra, mantendo-os reféns dentro da própria terra. E ela coloca as suas propriedades na ponta de um sistema de geração capitalista de lucros. Neste caso, não se faz necessário aos empresários de negócios com a terra deterem a posse das propriedades desde que garantam o controle da produção.

Mesmo com as inúmeras dificuldades identificadas o interesse comum das famílias entrevistadas é o de permanecer na terra. A subordinação da pecuária leiteira não representa a perda do status da propriedade como lugar de moradia e de trabalho da unidade familiar, pois são nessas terras que eles viveram por gerações reproduzindo-se física e socialmente, formaram filhos, e construíram as suas relações sociais. Assim, mesmo direcionando a produção para atender às demandas da cooperativa, os desafios encontrados por eles são os mesmos da grande maioria das famílias de manter seu lar e sustentar seus familiares.

4.3 Viver da terra – viver na terra

A partir das ideias apresentadas por Farias (2012), em seu artigo: “Viver *na* terra e viver *da* terra: sociabilidades no cotidiano de famílias em assentamentos rurais no estado de Mato Grosso do Sul”, é possível analisar a relação que os pequenos produtores de leite das áreas em estudo estabelecem com a terra e o como eles (re)elaboram constantemente estratégias para nela permanecerem. Da mesma forma analisa Santana (2013) ao se referir à importância da terra para o camponês tradicional.

A propriedade camponesa é representada pela terra e esta, por sua vez, simboliza trabalho e vida. É com essas palavras de tamanho significado que se pode definir a terra para o camponês. Se comparado o valor (enquanto significado) da terra para o camponês e para o capitalista, a diferença será gritante. Tendo em vista que o valor dela para o segundo é monetário (maximização de lucro) e para o primeiro, ela tem o valor da vida, do alimento, da história – desta forma cifras não dariam conta de pagar esse valor.

A terra para o camponês representa muito mais que o cultivo, o labor. Ela representa a liberdade. Liberdade essa que se fundamenta no poder controlar o tempo de trabalho e o da família, em manter-se na terra e nela continuar com as futuras gerações. No geral, a liberdade para o camponês representa a realização completa da tríade terra, trabalho e família. (SANTANA, 2013, p. 1).

A partir desta condição, é possível compreender as estratégias de reprodução social das comunidades estudadas a partir de duas perspectivas: através do *viver da terra*, que consiste em obter o sustento a partir do trabalho nas propriedades; e do *viver na terra*, quando a prioridade está no garantir a manutenção do lar. Para se manterem no campo é necessário buscar alternativas para garantir o sustento, muitas vezes trabalhando em outras fazendas e até mesmo na cidade. Estas duas perspectivas não se contrapõem, e muitas vezes até se complementam. São estratégias que atuam simultaneamente, intensificando ou reduzindo suas ocorrências de acordo com as condições apresentadas à família. Por exemplo: quando há baixa rentabilidade na produção do leite, a alternativa está em buscar trabalho fora da propriedade, mas nunca abandonando por completo a produção enquanto a família se reestrutura para garantir a sua reprodução social.

As estratégias de *viver da terra*, apresentadas pelos produtores do Assentamento e do Barreirinho, vão desde aquelas ligadas diretamente à criação do gado até a confecção de produtos para vender aos vizinhos e na cidade. Os produtores buscam, da melhor forma, identificar e equacionar as despesas envolvidas na produção do leite, buscando reduzir os gastos.

A diferença de trabalhar com a rocinha, é que não é igual na cidade que você recebe por mês, dá pra comprar coisa parcelada. Aqui você tem que saber o preço de tudo, contar os gastos, tem mês que no comecinho você já sabe que não vai dar dinheiro e você tem que economizar. Por exemplo, eu tenho que passar remédio pra carrapato no gado, só que tá chovendo muito e se eu passar eu desperdiço, a água leva, então eu prefiro esperar dar uma

estiada. Se eu tivesse trabalhando para os outros e o patrão mandasse eu passar o remédio, mesmo sabendo que ia perder eu passaria. (produtor de leite do Assentamento, depoimento 15 de janeiro de 2016).

Além das estratégias já citadas sobre o uso comunitário do tanque e a venda de bezerros, os produtores também têm costume de emprestar vacas aos vizinhos. Quando alguém está com dificuldades para garantir a produção do leite e algum vizinho está com muitas vacas e pouca pastagem, é comum que um empreste vacas para o outro. Assim, aquele que empresta reduz os gastos com a alimentação, e quem “pega emprestado” consegue manter a produtividade. Já a prática do destinar parte da criação para a venda quando o valor do leite está baixo, por vezes gera algumas dificuldades. Quando o preço do gado de corte está alto eles lançam mão da prática de cruzar as vacas com gado nelore. Quando o valor do leite melhora eles precisam comprar novas vacas, já que o gado nelore não produz muito leite.

O que acontece é que aí o povo desiste de entregar leite, aí a cooperativa fica sem leite e aumenta o valor, aí o povo volta a produzir leite. Só que aí da problema, dependendo do valor do gado pra corte, o povo acaba soltando uns boi nelore pra cruzar com as vacas pra dá bezerro e vender, aí o preço do leite sobe, o povo fica com pouca vaca boa pra tirar leite, aí tem que vender o boi nelore e comprar outro de raça cruzada que é melhor de tirar leite. (Produtor de leite do Barreirinho 14 de outubro de 2015).

Outra forma de renda obtida dentro da propriedade consiste na venda de galinhas, ovos, polvilho e queijo. A venda do polvilho e queijo já não é tão comum. As famílias informaram que devido à fiscalização da prefeitura elas só conseguem vender para vizinhos e amigos na cidade. Das propriedades visitadas apenas seis famílias praticam a venda destes produtos. Em uma destas propriedades a família informou que após o falecimento do pai a mãe sustentou todos os quatro filhos apenas com a venda de queijo. Já no caso da venda de galinhas e ovos, poucas famílias os levam para vender na cidade. Em geral, alguns compradores de Monte Carmelo e Uberlândia passam nas propriedades comprando para revenderem em feiras livres de suas cidades.

Estas alternativas de *viver da terra* por vezes não são suficientes para garantir o sustento da família. Atualmente com a queda do preço do leite e o aumento do custo com a alimentação do gado, as famílias buscaram outras formas de *viver na terra*. A mãe e os filhos mais velhos vão para a cidade, ou trabalham em outras propriedades, enquanto o pai continua com o trabalho dentro da propriedade, mas sempre que possível sai para trabalhar “por diária”.

O leite é mais pra te o sustento, dá pra pagar uma energia, comprar o grosso da comida, quando quer algo mais a gente sai pra trabalhar fora. A minha filha e minha mulher trabalha aqui na creche do distrito, por isso que nós não passou fome. (Produtor de leite do Assentamento Raio de Sol – 20 de outubro de 2015).

Das vinte e seis propriedades destinadas à produção de leite, em apenas duas houve a divisão da terra quando o filho casou. Nestas, a produção permaneceu da família, mas passou a ser administrada pelo filho. Por se tratar de pequenas propriedades, o hábito é que quando um filho casa, ele busca uma nova moradia, já que não é possível sustentar uma nova família. Isto porque os filhos mais velhos trabalham não só na propriedade como também “de diária” em outras fazendas. A extensão da terra se torna um obstáculo para a reprodução social da família, fazendo com que os filhos tenham que sair e buscar meios de garantir o seu sustento, auxiliando os pais sempre que possível. Esta questão é assinalada por Wanderley (2013) e por Oliveira (2001).

A estrutura de distribuição de terra é a responsável maior pelo bloqueio à reprodução social dos pequenos agricultores camponeses [...], na medida em que impõe profundas restrições à capacidade produtiva dos estabelecimentos, inibe as possibilidades de ocupação da força de trabalho dos próprios membros da família e, em consequência, provoca nos jovens a necessidade da migração. (WANDERLEY, 2013, p.115).

Certamente, a maioria dos filhos dos camponeses, cujas propriedades tenham superfície inferior a 10 hectares, jamais terão condição de se tornar camponeses nas terras dos pais. A eles caberá apenas um caminho: a estrada. A estrada que levará à cidade, ou a estrada que os levará à luta pela reconquista da terra. (OLIVEIRA, 2001, p.187-8).

Mesmo vivendo em outros lugares os filhos permanecem vinculados à casa dos pais e à produção. Em feriados e em dias de festas eles regressam com sua nova família. Retornam também em períodos de colheita do milho para a silagem, manutenção da pastagem, entre outros trabalhos que necessitam de um número maior mão-de-obra. Auxiliam nos trabalhos para que não seja necessário contratar pessoas de fora da família. Há também o auxílio financeiro por parte dos filhos para manter as terras dos pais.

Nos períodos em que há grandes dificuldades em *viver da terra*, o papel da mulher, sobretudo quando mãe da família, intensifica-se bastante, cabendo a ela buscar emprego fora da propriedade, auxiliando e, muitas vezes, tornando-se a principal provedora do sustento da família. Além da produção de queijos e de polvilho, os principais trabalhos exercidos por elas são a colheita do café, a venda de produtos para vizinhos e pessoas da cidade, e os trabalhos assalariados na sede do município, entre a empregada doméstica e a funcionária pública. Mesmo com este complemento na renda da família por vezes parte do salário é destinada à manutenção da pecuária leiteira. Esta condição é lembrada por Wanderley (2003), como uma transformação do papel da mulher na família.

No caso da mulher, o trabalho externo pode ter duas significações principais: as vezes, é o caminho pelo qual a mulher adquire uma maior capacidade de participar dos ganhos da família (ela contribui para a família com o dinheiro que ela mesmo ganhou); às vezes, o que ela ganha é investido de alguma forma na produção ou destinado a pagar dívidas do estabelecimento familiar. (WANDERLEY, 2003, p.53).

Minha filha trabalha no correio e é casada, eles tem três filhos, ela ganha o dela e meu genro entrega leite. De vez em quando eles têm que vender uma vaca, não dá pra se manter não, mas a maioria é assim, tem que vender a bezerra. Tem vez que ela tem dá parte do salário dela pra pagar ração, porque tá tudo caro pra quem tira leite. (Produtora de leite do Barreirinho, 13 de outubro de 2015).

Mesmo estabelecendo variadas estratégias para permanecer no campo, a principal fonte de renda das famílias entrevistadas provém da aposentadoria. Das vinte e seis propriedades, quinze delas possuem pelo menos um membro da família recebendo o auxílio.

A aposentadoria representou para muitas famílias a possibilidade de não precisarem mais trabalhar fora de suas terras, garantindo uma renda fixa mesmo em momentos de escassez.

Quem não trabalhava pros outro não tinha como se manter aqui não, quem saiu é quem não foi trabalhar fora, aqui a gente só fazia uma hortinha, criava galinha, o sustento vinha de fora, só depois que a gente foi trabalhar mesmo na terra. Consegui ficar aqui porque Deus me abençoou, trabalhava no café, minha mulher também, deu pra manter as coisas aqui até consegui comprar as vacas. Hoje com a aposentadoria a gente não precisa mais trabalhar pros outros, essa ordenha mesmo eu comprei com a aposentadoria, deu uns 3500 reais. (Produtor de leite do Assentamento Raio de sol).

Neste contexto, é possível evidenciar que a atividade da pecuária leiteira, em momentos em que ela apresenta baixa rentabilidade, torna-se uma atividade secundária para o sustento da família. No entanto, ela não costuma ser deixada de lado, pois os produtores continuam a retirar o leite, custeando a atividade em tempos de crise. A partir da análise do Quadro 5 é possível evidenciar a forma com que estas famílias conseguem se manter na terra, estabelecendo variadas estratégias de produção e de busca pelo aumento da renda familiar.

QUADRO 5 – Viver da terra e viver na terra: fonte de renda dos produtores de leite do Barreirinho e do Assentamento da Associação Raio de Sol

Fonte de renda da família	Número de Famílias	Responsável
Produção de Leite	26	Pai da família e filhos homens
Venda de bezerros	26	Pai da família
Produção e venda de queijos e polvilho	6	Mãe da família
Trabalho de diária em outras propriedades	16	Filhos solteiros, o pai em época de escassez e a mãe na colheita de café
Trabalho assalariado no campo com carteira assinada	2	Filhos solteiros
Trabalho assalariado na cidade com carteira assinada	14	Mãe da família, filhas e filhos
Aposentadoria	15	Mãe e Pai da família
Auxílio da família	8	Filhos que moram na cidade

Fonte: pesquisa de campo. Org.: GENARO, F. jan. 2016

Das famílias entrevistadas apenas duas alegaram que a única fonte de renda provém da produção de leite. Com uma condição financeira bastante precária, foram as únicas que declararam a vontade de vender as terras e ir para cidade em busca de uma melhor condição

de vida. Porém, as famílias que possuíam outra forma de garantir a reprodução familiar insistiam em manter a produção de leite, mesmo que para isso fosse necessário comprometer parte da renda familiar para custear a atividade.

Esta situação pode parecer ilógica, pois o produtor de leite precisa pagar para trabalhar. Até mesmo os filhos questionam os seus pais sobre por que não parar de insistir em produzir, já que eles conseguem sobreviver com outra renda. No entanto, permanecer trabalhando na terra possui para eles um valor simbólico, tendo em vista que o trabalho legitima a posse da terra e traduz seus *modos de vida*. É inconcebível para estes produtores de leite deixar de produzir, o trabalho é regido por uma ordem moral que compõe e caracteriza sua campesinidade.

Neste sentido, a posse de um rebanho bovino, por pequeno que seja, acrescenta valor simbólico à família proprietária de alguns hectares de terra. Assim, o continuar a tirar leite e permanecer trabalhando em sua propriedade representa para o agricultor a afirmação de uma tradicional identidade, ancorada na preservação de um desejado modo de vida, ao lado de um *status* que positivamente o insere em uma comunidade que tem como princípios a lida no campo e os valores pautados na família e no trabalho com a terra através da agricultura e da pecuária. Desta forma, compreende-se aqui uma lógica e uma ética identitária do campesinato situada para além da simples produção, e caracterizada muito mais por uma campesinidade tradicional, pois elas estão ancoradas em uma ordem de valores e símbolos que se reproduzem há gerações no setor do Barreiro.

5 A CAMPESINIDADE DO POVO DAS VERTENTES



As transformações sociais no modo de vida camponês decorreram da subordinação do trabalhador ao capital. Esta subordinação refletiu-se no espaço produtivo, seja pela imposição de um modelo produtivo ao agricultor para que ele se insira na lógica da reprodução capitalista, seja na limitação da reprodução social do agricultor não inserido no processo modernizante. Entender a forma com que ocorre a relação entre estes segmentos fornece suporte para compreender a dinâmica territorial, assim como as relações de trabalho no campo, ao lado das estratégias de reprodução social da agricultura familiar em Iraí de Minas.

5.1 Um diálogo com o campesinato

A origem dessa comunidade, que habita as áreas de vertentes do município, remonta os tempos de seus avós e bisavós. As pequenas propriedades voltadas para o sustento da família provêm de uma lógica tipicamente camponesa. A terra é para eles um espaço de vida e de simbologia da vida, pois é o lugar onde cresceram e se enraizaram. As relações de trabalho não eram voltadas para exploração da mais-valia, e se realizavam, em muitos casos, por meio do trabalho comunitário, constituindo-se parte importante dos modos de vida destes camponeses.

Ranquei toco na enxada, de enxadão, machado, roçava mato só na enxada, a gente trocava dia um com outro, ia dez, doze peão, um dia pra um, um dia pra outro, marcava, a gente trabalhava quinze dia pro povo e ganhava quinze dia de serviço. (morador do assentamento Raio de Sol, depoimento em 14/10/2015)

No entanto, a simples classificação econômica tende de forma crescente a destoar da realidade dos agricultores iraienses. Dentro de uma abordagem clássica, assim como assinala Wanderlei (2011), os produtores de leite do município, à medida em que foram tecnificando a produção, seriam inseridos em uma classificação de proletários rurais, em que a terra seria apenas extensão da agroindústria, e as ordens produtivas viriam das exigências do mercado. Ou eles se tornariam “pequenos burgueses”, voltando sua produção à acumulação de capital.

Porém, tal classificação, segundo a autora, peca em não perceber as relações que ligam o homem ao campo, pois a “campesinidade” estaria sobretudo nas relações sociais e, não apenas, nas econômicas. Podemos compreender o modo de vida camponês assim como nos apresenta Marques (2004):

Entende-se modo de vida camponês como um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra, Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedades, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade. (MARQUES, 2004, p.145).

Essa casa a gente construiu na “de mão”, igual a capela que tamo fazendo, cada um veio e ajudou, deu uma “de mão”, o povo me ajudou com a madeira das telha e depois me ajudou construir, igual as outras casas aqui. (morador do assentamento Raio de Sol, depoimento em 14/10/2015).

Em uma análise prévia esta condição pode ser explicitada em Iraí de Minas. Apesar de cercados por um campo moderno, fruto do PRODECER, grande parte dos produtores continuou na terra e buscou formas de manter sua reprodução. A resistência em permanecer na terra se dá, sobretudo através da compreensão de que a terra é parte fundamental para a sua reprodução social, e não simplesmente um objeto de valor econômico inserido no sistema produtivo. Ao questionar um dos entrevistados sobre se compensava continuar no campo, mesmo com todas as dificuldades, ele respondeu:

A gente nasceu aqui e gosta daqui, tem que ficar né? Porque ir pra cidade quem é da roça, fazer o quê? Não tem estudo pra arrumar emprego bom, tem que se sujeitar, a pessoa da roça ... quem não tem condição de comprar uma casa, pagar aluguel, água, luz, o que vai fazer lá? Passar fome? (morador do assentamento Raio de Sol, depoimento em 14/10/2015).

O simbolismo da terra para o camponês, segundo Oliveira (1996), assume o caráter de *terra de trabalho*, termo apresentado por Martins (1980), quando a sua função é prover a sobrevivência da família, e não o acúmulo de renda. A manutenção desta reprodução social decorre da capacidade de solidariedade entre os indivíduos e da compreensão de que o trabalho não faz parte apenas do processo produtivo e sim de todo um modo de vida. Assim,

“[...] estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família” (SANTOS, 1978, p.34).

Você tem que entender que morar na roça não é ruim não, é bom, a terra é nossa, o que a gente fizer já dá pra tirar nosso sustento, mas morar na cidade também não é ruim não, eu nunca fui, mas se eu fosse, em pouco tempo eu arrumava serviço de servente de pedreiro. Só que só dá pra ir se a família for junto, porque eu sozinho não ia consegui pagar conta, aluguel. Agora aqui não, aqui é nosso. (morador do Pantaninho, depoimento em 10/08/2015).

A forma com que os camponeses foram buscando estratégias de reprodução social, na medida em que foram cercados pela modernidade representa a sua capacidade histórica de adaptação. A imposição da técnica no meio produtivo camponês, assim como lembra Graziano da Silva (1999), assumiu duas características. A primeira, a de exigência da subordinação do pequeno produtor ao “sistema”. A segunda característica contrapõe-se à primeira, já que com o acesso à técnica os camponeses conseguem resistir na terra, mantendo seus valores e práticas sociais.

Contudo, apenas estas características apresentadas pelos produtores de leite iraienses não bastam para caracterizá-los como camponeses. Há a necessidade de averiguar a fundo as relações sociais dos mesmos. Como destaca Almeida e Paulino (2010), o cerne das características gerais do campesinato está na luta pela reprodução familiar, indo além da produção voltada ao lucro.

É necessário então analisar a vida e o trabalho destes produtores para além do viés econômico, pois somente a produção não é capaz de definir a tipologia que os caracteriza. Neste contexto é possível refletir a partir da premissa de Woortmann (1990), que no lugar de nomear como camponês os indivíduos em questão, sugere diferentes graus de campesinidade, ou seja, diferentes intensidades de manutenção de valores e práticas frente às condições de reprodução em constante mudança.

Prefiro então falar não de camponeses, mas de *campesinidade*, entendida como uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos. Se há uma relação entre formas históricas de produção e essa qualidade, tal relação não é, contudo, mecânica. O que tenho em vista é uma configuração modelar, mas é preciso não esquecer, sob risco de reificação, que pequenos produtores concretos não são tipos, mas sujeitos históricos e que as situações empíricas observadas, por serem históricas, são ambíguas. De fato, pode-se perceber a história como uma contínua produção e resolução de ambigüidades. Modelos nunca são “iguais à realidade”, se por essa última se entende a concretude histórica que é, essencialmente, movimento. (WOORTMANN, K, 1990, p.13).

Desta forma, mesmo com as transformações provocadas pela modernização do campo os valores se preservaram. Trabalhando nesta perspectiva, Santos (2008), em seu trabalho “Gaúchos e Mineiros do Cerrado: Metamorfoses das diferentes temporalidades e lógicas sociais”, delinea a origem camponesa dos agricultores gaúchos que migraram para Iraí de Minas de tal forma que mesmo sendo hoje considerados como empresários rurais, para o autor os traços desta *campesinidade* ainda se fazem presentes.

Frente a esta discussão, a reflexão teórica por si só não é capaz de compreender as singularidades dos produtores em questão. Entender a capacidade de adaptação para manter o sustento da família dos camponeses possibilita aprender com eles, e tal como nos apresenta Shanin (2008):

Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos. A questão da flexibilidade de respostas em face dos desafios e crises econômicas é algo que o camponês, pode ensinar àquele que não é camponês, muito mais do que o contrário, como se pode observar em inúmeras situações [...]. Não temos que ensinar aos camponeses como viver, nós é que temos que aprender com eles como viver e como resolver problemas nos quais parte da população está envolvida. Especialmente aprender a partir da criatividade e multiplicidade de respostas dos camponeses em situações de crise e de sua capacidade para usar a família como instrumento para se defender de calamidades (SHANIN, 2008, p.28-29. Apud: ALMEIDA; PAULINO, 2010, p.20).

Neste sentido, esta seção apresenta uma reflexão teórica acerca do campesinato em diálogo com os resultados das pesquisas, pautadas pela observação participante, realizadas em São José do Barreiro, Barreirinho e Assentamento Raio de Sol. O objetivo é o de apresentar os modos de vida destas comunidades, mostrando que o Cerrado não é apenas ocupado pelas

grandes lavouras de monocultura, persistem ainda diferentes formas de reprodução social que não estão voltadas para a acumulação do capital.

5.2 Terra-Família-Trabalho: a campesinidade como ferramenta de compreensão dos *modos de vida* da comunidade do Barreiro frente à modernização

As transformações sociais ocasionadas pelos projetos de modernização em Iraí de Minas promoveram pressões sociais que, por sua vez, pressionaram os agricultores do Barreiro a buscar novas estratégias de reprodução social que propiciassem a manutenção do núcleo familiar. A partir de uma análise economicista pode-se considerar a extinção do modo de produção camponês, tendo em vista que para se manterem na terra os agricultores voltaram sua produção para atender ao mercado, e buscaram formas de trabalho assalariado para garantir o sustento da família. Nesta concepção a propriedade torna-se subordinada à lógica capitalista e o trabalhador do campo, dentro e fora de suas terras, se enquadra no papel de proletário rural.

No entanto, seguindo a perspectiva de Woortmann, K. (1990, 1997), a redução do campesinato a apenas sua produção econômica, faz com que as suas construções sociais não sejam devidamente levadas em conta. Para o autor, a análise econômica do meio de produção camponês se faz plausível, já que a lógica do trabalho pauta-se na família, e a produtividade tem como finalidade garantir o sustento. Porém, existe, para além da produção, uma lógica moral que conduz a reprodução social pautada na tríade “Terra-Família-Trabalho”. Esta tríade, e por consequência a forma através da qual estes três elementos compõem uma construção simbólica na reprodução da família do campo, torna-se peça fundante do conceito de campesinidade.

A terra torna-se o patrimônio da família ou das terras circundantes ocupadas pela comunidade. Possuindo um valor simbólico, ela representa uma conquista das famílias adquirida pelo trabalho, este simbolismo é apresentado por Brandão (1999) como o “afeto da terra”. Este afeto deriva não só da existência de uma comunidade durante gerações, mas também devido ao valor que os agricultores atribuem ao trabalho. Pois é o trabalho *na* e com *a* terra o que gera a fartura, o que legitima o patrimônio da família e o que torna possível superar tempos de escassez.

Se nós gosta? Eu amo, cada um tem lugar de morar, você que é dá cidade gosta de lá, quem mora aqui na roça igual eu, nasci e criei aqui na roça e to até hoje, só se for por doença pra sair daqui, Deus me livre e guarde mas, se ir pra cidade, eu não vou dizer que vai melhorar de vida pra mim, na cidade tem que pagar aluguel de casa, na roça você passa em uma casinha, em qual quer lugarzinho você passa. Já passamos por crise, de sobreviver de abobora, pegamos uma lavoura de ameia, sem arado, plantamos arroz, tinha uma abobora aqui, passamo um ano só comendo arroz com mexido de abobora. De fome a gente não morre, cria uma galinha, vende um porquinho, uma sobra do leite, com uma coisa ou a outra a gente vai sobrevivendo. (moradora do Barreirinho – 5 de janeiro de 2016)

A terra é compreendida como patrimônio por Woortmann (1990), pois associada a ela está o trabalho realizado pela família. É a partir dela que a família pode idealizar planos futuros em que as próximas gerações terão um alicerce para manter não só a sua fonte de renda, como também uma base para garantir a reprodução de seus princípios e ordens morais. Por isso ela representa o lugar onde a liberdade destes agricultores se expressa, como apresenta Brandão (2004), é a “condição básica de ser liberto”. Esta liberdade se apresenta sob a forma com que eles podem orientar a família, ordenando o tempo do trabalho, respeitando o tempo dos membros da família, o tempo da natureza e o tempo do sagrado, quando as atividades se voltam para atender, principalmente, às festas religiosas, como por exemplo, na Festa de Santos Reis, apresentada no próximo tópico.

Esta configuração não é possível quando estes agricultores têm de trabalhar nas grandes fazendas. Nelas, o tempo é regido segundo uma carga horária acordada com o

proprietário e as atividades seguem as ordens do patrão. Então, se faz fundamental garantir que a família consiga manter-se trabalhando na própria terra, pois é a partir do trabalho nela que os agricultores conseguem reproduzir seus *modos de vida*. Pois, como vimos, mesmo tendo que trabalhar fora eles não abandonam a atividade agrícola dentro de suas terras.

A terra camponesa se insere numa concepção de liberdade que se contrapõe à liberdade burguesa, porque dá ao indivíduo a possibilidade de se realizar como ser portador de sonhos, de aspirações como, por exemplo, do desejo de se enraizar no seu pedaço de chão (ALMEIDA; PAULINO, 2010, p. 54).

O trabalho então pode ser considerado a partir de algumas características: a primeira pautada no presente, no físico, sendo que é através dele que é possível sustentar a família e manter a terra produzindo; a segunda, de cunho moral, pois é a partir do trabalho que se torna possível reproduz seus costumes e tradições.

Caminhando por esta lógica é possível compreender que quando o agricultor necessita trabalhar fora, em momentos em que a produção nas suas terras não é suficiente para atender à demanda familiar, isto não representa que ele abandonou sua campesinidade e se tornou apenas parte do proletariado rural. Pelo contrário, é a partir deste período de trabalho assalariado que ele consegue uma base financeira para manter a família e garantir que suas terras continuem produzindo, assegurando que seus princípios pautados na terra, família e trabalho, possam continuar a ser transmitidos para as próximas gerações. Assim como analisa D'Aquino (1996), interpondo também a condição gerada por este processo que é a liberdade.

(...) A terra é vista como patrimônio de família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. São categorias culturais centrais do universo camponês brasileiro, o trabalho, a família e a liberdade. Pode-se opor esse tipo de sociedade às sociedades modernas, individualizadas e voltadas para o mercado, nas quais as três categorias estão separadas. (D'AQUINO, 1996, p. 21).

Num mesmo contexto Shanin (2005) também evidencia a importância da propriedade enquanto um estabelecimento familiar, que serve de base para a produção e “meio de vida

social”. Para que se possa compreender o universo camponês é preciso partir de suas concepções sobre “o estabelecimento rural familiar”.

A especificidade do camponês reflete a interdependência entre os elementos básicos mencionados e não pode ser pura e simplesmente reduzida a qualquer um deles. Ao mesmo tempo, o cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social. [...] O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades reações e interações com o contexto social mais amplo. (SHANIN, 2005, p. 05).

Esta estratégia familiar é evidente tanto no Barreirinho quanto no Assentamento, onde os filhos que ainda residem na propriedade buscam trabalhar fora para ajudar a família, assim como o pai e a mãe em períodos de grande necessidade. No Assentamento esta condição se fazia mais necessária no período inicial, quando os agricultores não encontravam condições de produzir. Há entre eles um discurso recorrente de que aqueles que não buscaram trabalho fora acabaram obrigados abandonar as terras e voltar para a cidade.

O povo saiu por que não tinha coragem de trabalhar, as terras aqui não é tão boa, o dinheiro do projeto não era muito, tentaram, pelearam, mas não tinha coragem pra sair pra tirar leite dos outro ou apanhar café. Quando o dinheiro acabou tiveram que vender os lote, não tinha onde tirá sustento. (Produtor de leite do Assentamento – 13 de outubro de 2015).

O trabalho enquanto valor moral, apresentado por Woortmann (1990), sugere que é a partir dele, o trabalho, que se legitima a posse da terra. O “proprietário” seria aquele que possui terras em que explora a mão-de-obra e produz para atender ao mercado. Já o termo “dono da terra” é usado pelos pequenos agricultores para designar aqueles que trabalham em suas terras propiciando o sustento da família. No Assentamento, ao questionar os entrevistados se eles se consideravam donos dos lotes, mesmo não pagando a dívida pela fazenda, todos responderam que eram sim “donos da terra”, já que nunca deixaram de trabalhar em seus lotes, desde o primeiro dia em que foram assentados. Entre os assentados entrevistados, quando foram questionados se temiam perder a terra devido à inadimplência,

todos alegaram não temer perder a terra já que para eles é inconcebível que o Estado requeresse a terra de volta posto que eles eram e seguem sendo trabalhadores.

Outra característica do valor moral do trabalho está na forma através da qual ele representa uma transmissão de saberes entre pais e filhos, e promove uma estruturação familiar em que cada membro tem o seu papel definido. Mesmo os familiares que não residem mais junto aos pais buscam retornar em períodos de colheita e plantio, e também em períodos de festa. O trabalho é então o fator essencial que promove a união da família nestes períodos. Assim como apresenta Woortmann, E. e Woortmann, K (1997)., o trabalho simboliza uma construção ideológica em que o saber camponês é passado de uma geração a outra.

Queremos de outro lado mostrar que, ao trabalhar a terra, o camponês realiza outro trabalho: o da ideologia, que juntamente com a produção de alimentos, produz categorias sociais, pois o processo de trabalho, além de ser um encadeamento de ações técnicas, é também um encadeamento de ações simbólicas, ou seja, um processo ritual. Além de produzir cultivos, o trabalho produz cultura. (WOORTMANN, E; WOORTMANN, K. 1997, p.15).

Durante as férias escolares é comum no Barreirinho e no Assentamento a presença dos netos dos agricultores. Eles trabalham em conjunto com os avós e adquirem afeição com a lida do campo. Uma prática comum entre os produtores de leite é presentear os netos com uma bezerra, com a venda do animal o dinheiro é destinado para cobrir os gastos dos netos na cidade. Um dos entrevistados do assentamento apresentou orgulhoso o neto de 12 anos, que nos períodos de férias o ajuda a retirar leite. Segundo ele, seu neto já chama as vacas pelo nome, e que se um dia precisar se afastar da produção, ele confia que ele será capaz de trabalhar em seu lugar (Foto 20)

Foto 18 – Produtor de leite do Assentamento Raio de Sol e seu neto ordenhando as vacas



Autor: GENARO, F., jan. 2016.

O trabalho doméstico também se configura como um símbolo de valor moral. Os filhos e netos aprendem com a mãe da família a cultivar a horta, a cuidar da criação do terreiro e a cozinhar no fogão a lenha, mesmo quando na casa existe um fogão a gás. Em uma das casas visitadas durante o trabalho de campo houve uma disputa entre as crianças para ver quem a avó escolheria para abater um frango.

Com a modernização do campo e a redução das pastagens comuns e das terras plantadas em regime de parceria, algumas práticas tradicionais foram se perdendo. O trabalho coletivo para bater pasto, ou no preparo da terra já não ocorre, pois agora quase toda atividade agrícola fica a cargo da família. Com a chegada das máquinas e o declínio da lavoura de gêneros alimentícios, os agricultores se viram reclusos às suas próprias terras, perdendo suas relações de trabalho comunitário.

As características da campesinidade dos pequenos produtores rurais das áreas pesquisadas podem ser melhores compreendidas a partir do depoimento de um pequeno produtor, que também é integrante do grupo de Folia de Reis no Barreirinho. Durante as

entrevistas ele procurou sempre enaltecer as qualidades das pessoas e das relações estabelecidas entre elas para garantir uma vida de “paz” e “união”.

Nóis tá num cantinho, difícil de chegar aqui, mas depois que chega aqui o povo não quer sair daqui, o povo aqui é bão, você tem paz, união, isso não acha mais em lugar nenhum não, tem até gente de Uberlândia vindo pra cá, e só vem gente boa. Aqui não tem posto policial, não tem autoridade, se alguém fizer coisa ruim a gente pega e amarra ele, por isso que o povo é humilde, e já aconteceu, o cara bancou o valentão e a gente amarrou, não tem autoridade, por isso que a gente faz. (morador do Barreirinho, janeiro de 2016).

O trabalho comunitário, característico da lógica tradicional camponesa, tem seu retorno nos “tempos do sagrado”, durante as festas católicas, nos mutirões para a construção da capela do Assentamento ou reforma da Igreja de São José do Barreiro. O principal evento da comunidade do Barreiro é a Folia de Santos Reis, ritual do catolicismo popular tipicamente rural, presente em várias partes do Brasil.

5.3 A Folia de Reis de São José do Barreiro: o trabalho comunitário e a reprodução cultural camponesa

A partir da Folia de Santos Reis a comunidade de São José do Barreiro procura reproduzir um modo de vida camponês. E isto acontece mesmo quando os devotos residem na área urbana. Realizando uma viagem ao saírem em “jornada”, e estabelecendo relações de trocas simbólicas e materiais entre as pessoas das casas visitadas, eles reproduzem um modo de vida tipicamente camponês. As análises de Brandão (1981) permitiu compreender como camponeses recriam e reproduzem, sob uma lógica simbólico-religiosa, as dimensões vividas no cotidiano de vida e trabalho.

Ao construir o espaço simbólico da jornada dos Reis, a Folia transporta para dentro dele, com nomes e proclamações de bênçãos: as pessoas, os animais, os objetos e as trocas do próprio mundo camponês. [...] Na medida em que realizam a jornada e cantam de casa em casa, eles reconstituem tanto esta história, quanto os gestos e as palavras de suas pequenas estórias, tal como acreditam que tenham acontecido e tal como supõem que reproduzem, com uma fidelidade que se perde aos poucos, mas que ainda é legítima, sem dúvida alguma. (BRANDÃO, 1981, p. 40-41).

A origem das Folias de Santos Reis remonta à Europa Medieval, quando os autos de Natal começaram a ser difundidos, e a presença dos Três Reis Magos – mencionada em apenas um dos quatro evangelhos canônicos – começou a tornar-se central, sendo celebrada por meio de representações teatrais, músicas e danças. Posteriormente os autos natalinos vieram para o Brasil, provavelmente trazidos pelos padres jesuítas, e foram utilizadas como forma de catequese. Em seu trabalho “Encontro de Bandeiras”, Bonesso (2006) contextualiza historicamente a origem das Folias de Reis no Brasil.

Na Europa Medieval, as produções de autos natalinos eram comuns e incluíam os reis Magos como personagens solenes. Em Portugal, eles eram celebrados através de danças, representações teatrais, músicas e procissões. Alguns autos natalinos, como os do teatrólogo Gil Vicente, tornaram-se conhecidos mundialmente, e o são ainda hoje. No Brasil, os reis Magos – Baltazar, Belchior e Gaspar – transformaram-se em Santos Reis e são louvados por milhares de devotos em várias regiões. Esses festejos natalinos foram incorporados naturalmente pelos colonizadores portugueses que já os celebravam em Portugal, além de fazer parte das dramatizações de catequese que os padres jesuítas trouxeram com o intuito de expandir o catolicismo aos índios e negros. Inserida entre essas comemorações do ciclo natalino, a folia de reis tornou-se uma das expressões mais sólidas do catolicismo popular brasileiro, se espalhando até os dias de hoje até inúmeras localidades de vários Estados. (BONESSO, 2006, p. 24).

Para contextualizar a origem das Folias dentro do imaginário dos mitos e crenças que lhes dão sentido, constata-se que elas estão diretamente relacionadas ao texto do evangelho de Mateus (Mt 2, 1-12)⁷ que faz referência à visita dos Três Reis Magos a Jesus recém-nascido em Belém.

⁷ Dentre os quatro evangelhos que narram a trajetória de Jesus, somente o texto de Mateus cita a visita dos Três Reis Magos, denominados por ele como “magos do Oriente”. Eis o pequeno trecho que narra esta história: “Tendo Jesus nascido em Belém da Judéia, no tempo do rei Herodes, eis que vieram magos do Oriente a Jerusalém, perguntando: ‘Onde está o rei dos judeus recém-nascido? Com efeito, vimos a sua estrela no seu surgir e viemos homenageá-lo’. Ouvindo isso, o rei Herodes ficou alarmado e com ele toda Jerusalém. E, convocando todos os chefes dos sacerdotes e os escribas do povo, procurou saber deles onde havia de nascer o Cristo. Eles responderam: ‘Em Belém da Judéia, pois é isto que foi escrito pelo profeta: *E tu Belém, terra de Judá, de modo algum és o menor entre os clãs de Judá, pois de ti sairá um chefe que apascentará Israel, o meu povo*’. Então Herodes mandou chamar secretamente os magos e procurou certificar-se com eles a respeito do tempo em que a estrela tinha aparecido. E, enviando-os a Belém, disse-lhes: ‘Ide e procurai obter informações exatas a respeito do menino e, ao encontrá-lo, avisai-me, para que também eu vá homenageá-lo’. A essas palavras do rei, eles partiram. E eis que a estrela que tinham visto no seu surgir ia à frente deles até que parou sobre o lugar onde se encontrava o menino. Eles, revendo a estrela, alegraram-se imensamente. Ao entrar na casa, viram o menino com Maria, sua mãe, e, prostrando-se, o homenagearam. Em seguida, abriram seus cofres e ofereceram-lhe presentes: *ouro, incenso e mirra*. Avisados em sonho que não voltassem a Herodes, regressaram por outro caminho para sua região.”

É a viagem e são os intervalos de visitas aquilo que torna ritual as práticas devocionais de uma Folia de Reis. Pois elas revivem em uma dimensão simbólica as relações de trocas vividas durante os dias de trabalho. Os foliões e outros devotos partem em jornada em busca do sagrado, não apenas para repetir os gestos dos Três Reis Magos, mas para, a partir daí, recriarem as suas formas próprias de vivenciar uma fé e, através de sua partilha ritual estabelecer laços entre seus participantes e devotos. A jornada torna-se assim o ponto central, o que dá sentido ao ritual e o que possibilita o exercício de todas estas relações.

A folia pra mim é uma tradição. A festa, se é um voto que você deve, você paga a conta, agora essa nossa que é de coroa, cada um ajuda com um pouco, dá comida, doce, sobra as coisas, não falta nada não. (morador do Barreirinho, janeiro de 2016).

A Folia de Reis e a Festa da Entrega da Coroa em São José do Barreiro ocorrem todo ano entre os meses de dezembro e janeiro. A data é definida de acordo com a disponibilidade da comunidade e dos foliões. Segundo os foliões mais antigos, a Folia já ocorre no Barreiro há várias gerações. Acredita-se que ela teve início com as primeiras famílias que chegaram no final do século XIX.

Eu comecei cantar folia eu tinha 10 anos, eu tenho 55 anos de folia, ela é origem daqui, é a bandeira nacional de São José do Barreiro, ela é uma das culturas mais forte que a gente tem aqui, já corri com vários capitão. Tenho o prazer de cantar todo ano e peço a Deus pra cantar mais uns 30 anos. (folião do Barreiro, 17/01/2016).

A organização da festa acontece em três períodos: o primeiro, o da arrecadação de alimentos e recursos dentro da comunidade e na cidade; o segundo, o da distribuição de tarefas, quando cada família se responsabiliza em preparar parte da comida da festa; e o terceiro, o da definição do roteiro da jornada por onde a Folia vai passar, e quais casas irá visitar, ou seja o “giro da Folia”.

Os principais organizadores são os festeiros e a ministra da palavra da igreja de São José do Barreiro. Durante o período de arrecadação, a ministra da palavra informou que quase

não é preciso pedir, os devotos de Santos Reis doam mais que o necessário para a festa, cabe ao festeiro geralmente a doação da carne, um porco capado e um boi.

Na semana que antecede à festa começa o preparo da comida, sobretudo dos doces. No Assentamento uma das famílias encarregou-se de produzir dez latas de doce de leite (Foto 21), sendo que para cada lata são utilizados 50 litros de leite. Na semana de preparo do doce, o filho mais velho deixou o trabalho de diária para ir com o trator buscar o leite doado pela comunidade. Durante o preparo dos doces o festeiro foi até o Assentamento e perguntou para a senhora responsável pelo preparo quanto ela queria receber por cada lata, ela não aceitou o pagamento, e falou que estava fazendo os doces para Santos Reis e que a fé dela bastava como pagamento.

Foto 19 – Preparação de doce de leite para a Festa da Folia de Santos Reis



Autor: GENARO, F., jan. 2016.

No dia que antecede à Festa começa o preparo do jantar, as famílias se reúnem no quintal de alguma casa próxima à igreja, em barracos improvisados (Foto 22) e constroem fornalhas com tijolos e tonéis cortados. O preparo das refeições é coordenado pela ministra da palavra e é animado pelos músicos da folia.

Foto 20 – Preparação do jantar para a Festa da Folia de Santos Reis



Autor: GENARO, F., jan. 2016.

O período do “giro” da Folia de Reis transcorre nos seis dias que antecedem à Festa. Os foliões colocam no roteiro todas as propriedades rurais do Barreiro onde residem famílias católicas. Na cidade, a visita da Bandeira só acontece quando é requisitada por uma família.

Atolamos a perua várias vezes, empurramo, pra chegar em todas as casas daqui do Barreiro, na zona rural vai em todas as casas de gente católica, agora quando vamos na cidade, tem que chamar. (folião da Folia de Reis do Barreiro, janeiro de 2016).

O grupo é composto por um capitão acompanhado de doze foliões. Durante a visita nas casas eles cantam pedindo a “esmola”, uma ajuda em forma de dinheiro ou alimento. E também cantam pedindo a bênção e a proteção dos Santos Reis para a família visitada. O “giro” é carregado de um valor simbólico típico do modo de vida camponês, onde há o retorno das relações de troca e a construção de uma identidade comunitária.

Ao construir o espaço simbólico da jornada dos Reis, a Folia transporta para dentro dele, com nomes e proclamações de bênçãos: as pessoas, os animais, os objetos e as trocas do próprio mundo camponês. [...] Na medida em que realizam a jornada e cantam de casa em casa, eles reconstituem tanto esta história, quanto os gestos e as palavras de suas pequenas estórias, tal como acreditam que tenham acontecido e tal como supõem que reproduzem, com uma fidelidade que se perde aos poucos, mas que ainda é legítima, sem dúvida alguma. (BRANDÃO, 1981, p.40-41).

A gente da roça segue uma tradição de segurar uma cultura, as coisas da natureza, muita gente abandona, mas a gente segura. A folia de Santos Reis é cultura, tem que ser preservada, ela é raiz. Eu considero nossa folia como Jesus com os apóstolos. (folião do barreiro – depoimento 16/01/2016).

Entre os componentes do grupo de foliões do Barreiro, apenas quatro ainda residem na comunidade, cinco deles residem na cidade de Iraí de Minas e o restante em Uberlândia. Todos eles têm sua origem na comunidade do Barreiro, para eles o período da Folia representa um retorno às suas tradições, eles arcam com as despesas de traslado, alugando carros para fazer o giro. O dinheiro arrecadado com a “esmola” recebida nas visitas está sendo guardado por eles para a construção de um galpão comunitário destinado para o preparo das refeições, para que não seja mais necessário utilizar os barracos improvisados.

Não cobramos nada, cantamos com prazer, pra Deus, folião nenhum pede, o dinheiro é da comunidade, se alguém daqui precisar a gente tira o dinheiro e doa, mas por enquanto é pra construir o barracão. Todo trabalho é uma fé, é um trabalho pra Deus, ninguém cobra nada. Mas é sofrido, tudo é difícil, mas é de onde sai a nossa salvação, fazendo o bem. (folião do barreiro – depoimento 16/01/2016).

É no ultimo dia de giro que acontece a festa. Antes da “janta” o grupo de foliões reúne-se na igreja para fazer a Entrega da Bandeira. Neste momento eles cantam sobre o nascimento de Jesus e fazem a entrega da Bandeira para os festeiros. Após a entrega há a reza do terço, seguida da troca das coroas, quando os festeiros passam a coroa para os casais que serão festeiros no próximo ano. Após a cerimônia religiosa a festa inicia-se com o jantar, que é gratuito e servido do lado de fora da igreja. Servem a comida típica característica do mundo camponês: o macarrão com frango, arroz, carne de porco e de boi.

A comunidade, ao longo dos anos buscou estratégias para manter a tradição da Festa da Folia de Santos Reis. De acordo com a ministra da palavra, já houve festas com mais de três mil pessoas. Para garantir que sempre haja comida suficiente para todas as pessoas, a comunidade criou um método de “empréstimo da comida”. Todo ano, devido à grande quantidade de doações, sobram muitos alimentos. Assim, se existir alguma família da

comunidade passando necessidade, parte dos alimentos são doados e o restante é dividido entre as demais pessoas da comunidade. Aqueles que recebem a comida tem o compromisso de doar a mesma quantidade recebida na próxima Festa.

O festeiro arca as despesas, a responsabilidade da comida, os enfeites, ele assume a parte financeira da folia, ele é o patrão da folia, só que todo mundo participa, mas ele é o chefe. Esse donativo que nós pede, vai tudo pro barracão. Hoje o festeiro quase não precisa de doar dinheiro, todo mundo ajuda.

Nóis tira esmola em dinheiro, nós tira esmola em frango, nós tira esmola em leitoa, ou bezerro, as mercadorias que não usa a gente leiloa pra juntar na renda do barracão. (folião da Folia de Reis do Barreiro, janeiro de 2016).

Este sistema de troca, doação e o de retorno de doações, ou seja, o método de “empréstimo da comida”, revela traços de campesinidade que permeiam os valores e as éticas vividas pelas comunidades camponesas mais tradicionais. Entre um grupo de vizinhança as relações estabelecidas no cotidiano de vida e trabalho tornam-se a base da vida, que então é reproduzida nos momentos rituais. Assim como afirma Wanderley (2000) quando caracteriza o meio rural como um “singular espaço de vida”.

[...] socialmente construído pelos seus habitantes, em função das relações fundadas nos laços de parentesco e de vizinhança, e isso, tanto ao nível da vida cotidiana, quanto do ritmo dos acontecimentos que determinam os ciclos da vida familiar, tais como, nascimentos, casamentos e mortes e, ainda, no que se refere ao calendário das manifestações de ordem cultural e religiosa. [...] cuja reprodução é necessária para dinamização técnico-econômica, ambiental e social do meio rural, ao mesmo tempo em que são portadoras de um sentimento de pertencimento a este espaço de vida. (WANDERLEY, 2000, p. 29).

Desta forma, é possível compreender a importância das festas religiosas para as comunidades do setor do Barreiro, pois entre os lugares pesquisados são facilmente identificáveis as características de campesinidade. Contudo estas características ficam muito mais evidentes durante a preparação e realização de festas como a da Folia de Reis. Ao analisar mais detalhadamente alguns momentos da Festa (Quadro 6), que vão desde sua preparação até a confraternização final, ficam evidentes os traços de campesinidade que são resgatados e ao mesmo tempo reafirmam uma identidade camponesa.

QUADRO 6 – Características de reprodução dos *modos de vida* a partir da Festa da Folia de Reis de São José do Barreiro em janeiro de 2016

Imagens	Reprodução do ritual	Reprodução social
<p>Barracão improvisado em quintal para o preparo da janta</p> 	<p>Reúnem-se e se organizam para preparar o jantar da Festa, utilizando alimentos doados pela comunidade e barracão improvisado em quintal de uma das residências.</p>	<p>Reafirmam laços de reciprocidade doando tempo, trabalho e demais materiais necessários.</p>
<p>Chegada da Folia a uma residência do Barreirinho</p> 	<p>Ao receber em suas casas a Folia de Reis, reconhecem e são reconhecidos como devotos.</p>	<p>Estabelecem o vínculo comunitário reafirmando relações de vizinhança e pertencimento</p>
<p>A “reza” da Folia</p> 	<p>A devoção e a fé em Santos Reis é formalizada pela “reza da Folia” dentro da residência – a casa e a família se tornam abençoados.</p>	<p>A partir de uma devoção partilhada, reproduzem os laços de amizade e de reconhecimento dentro da comunidade.</p>
<p>Arcos em frente à igreja</p> 	<p>Uma manifestação da religiosidade popular que se insere em espaços sagrados institucionalizados legitimando a devoção por Santos Reis</p>	<p>Promove a legitimação de um <i>ethos</i> e de uma ética campesina em relação com instituições oficiais.</p>

<p>Chegada da Folia à igreja</p> 	<p>Estabelece uma relação direta entre os devotos, a Folia e a igreja oficial.</p>	<p>Fortalece os laços de amizade dentro da comunidade, legitimados por uma devoção aceita e respeitada.</p>
<p>Folia na igreja com os festeiros</p> 	<p>Recria, numa dimensão ritual, os laços de devoção e responsabilidade pela Festa atual e do ano seguinte.</p>	<p>Recria, numa dimensão social, os laços de reciprocidade e solidariedade dentro da comunidade.</p>
<p>Jantar servido no final da Festa</p> 	<p>Estabelece as relações entre o sagrado e profano, em que a confraternização final configura-se na partilha do resultado de tudo que foi doado para a Festa como obrigação devocional.</p>	<p>Revive e reproduz uma identidade campesina pautada pela trocas de bens e serviços.</p>

Fonte: pesquisa de campo. Autoria das fotos e org.: GENARO, F., jan. 2016.

Neste sentido, é possível identificar que as estratégias de reprodução social dos agricultores do setor do Barreiro permeia uma construção de valores que assume distintas graduações em seus *modos de vida*, de acordo com as interações que fazem com os valores impostos pela modernização. Afinal, estes agricultores não são obtusos, não ficam presos a uma tradição arcaica observando o tempo passar. Eles se adaptam, buscam se manter na terra enfrentando as condições impostas e resgatam seus valores camponeses para encontrar formas de garantir a manutenção do núcleo familiar e de seu patrimônio.

[...] os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês (...) Os camponeses são marginalizados, a importância da agricultura camponesa dentro da economia nacional diminui, o crescimento mais lento de sua produção torna-se atrasada. (SHANIN, 2005:09)

Manter o equilíbrio entre os elementos terra, família e trabalho é o que proporciona a estes agricultores reafirmar suas identidades. Seus valores tradicionais servem de fio condutor para a elaboração de novas estratégias de reprodução social. É, por assim dizer, o motivo destes agricultores permanecerem em suas propriedades nas vertentes, mesmo que a renda seja pouca, mesmo que grande parte da família esteja na cidade, é na roça onde eles têm suas raízes.

Na Folia de Reis, o resgate de suas tradições passadas por gerações reafirma a identidade camponesa do povo das vertentes. Ela simboliza que, apesar das grandes mudanças advindas da modernização, ainda é possível estabelecer relações sociais pautadas na generosidade, na solidariedade e na reciprocidade.

Portanto, para além das estratégias adotadas por estas famílias para permanecerem no campo, se faz importante entender o porquê de se permanecer. Eles permanecem porque é nesta terra que se expressam todos os seus valores, suas crenças e seus costumes, é nesta terra que cresceram, criaram seus filhos e recebem seus netos. É neste sentido uma terra vivida e não uma mercadoria.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernização do campo em Iraí de Minas, promovida principalmente pelo PRODECER, constituiu-se, a partir de uma tentativa de homogeneização capitalista do espaço, numa relação contraditória, sendo que poucos obtiveram benefícios econômicos, enquanto que a comunidade rural presente no município por gerações ficou apenas assistindo à invasão da soja, dos tratores e pivôs e da chegada dos gaúchos. É neste sentido que a homogeneização capitalista do espaço na verdade promove o surgimento de espaços heterogêneos, acentuando as desigualdades ao excluir espaços e pessoas não capazes de atender à lógica da reprodução do capital.

Ao comparar a paisagem da agricultura considerada “tradicional” em pequenas propriedades alocadas nas vertentes, com as grandes lavouras do topo da chapada, podemos perceber que o projeto de modernização não teve como objetivo atender às demandas sociais do município. O objetivo era o de atender ao mercado internacional com a produção de *commodities*. O Estado em conjunto da iniciativa privada procurou, através dos projetos de modernização, alcançar o objetivo expresso no slogan “Cerrado: celeiro mundial de grãos”, e, para isso, não considerou as comunidades ali residentes anteriormente, já que eram classificadas como “atrasadas” para a nova lógica produtiva.

Com a chegada da “inundação” da soja, os agricultores de Iraí de Minas perceberam a primeira redução de seu território. As áreas antes usadas como pastagem comum, onde não havia nem mesmo a necessidade de cercas, em pouco tempo se transformou em espaços de

grande valor econômico. Eles não acreditavam que esta extensa área, considerada até então infértil, se transformaria em uma grande lavoura de alta produtividade apenas com o auxílio da tecnologia.

O segundo projeto de modernização que afetou diretamente a reprodução social destes agricultores se constituiu na construção da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Novamente, em um curto intervalo de tempo, estes agricultores presenciaram a redução de seu território. O plantio nas margens do rio foi “engolido” por esta nova inundação, desta vez em sentido literal. Com a subida das águas, grande parte do sistema de plantio feito por regime de parceria e arrendamento foi extinto. Dessa forma, o território destes agricultores foi reduzido a apenas suas pequenas propriedades, e a alternativa para se manterem produzindo ficou praticamente restringida à pecuária leiteira, fazendo com eles se encontrem hoje “ilhados pela modernidade”.

O avanço destes projetos de modernização promoveu não só uma transformação nas estratégias de reprodução social dos agricultores do Barreiro, mas também um embate ideológico. A prática de trabalhos comunitários, os valores da família e o simbolismo da terra defrontam-se com o pensamento individualizado e os valores regidos pelo mercado. Apesar de manterem o núcleo familiar vivendo na terra, pode-se perceber que as estratégias de reprodução se encerraram na propriedade. Este fato é evidente no Assentamento, onde os trabalhos em associação não existem mais e as famílias se preocupam apenas com seus próprios lotes.

Mesmo com este confronto de valores, também é perceptível que alguns princípios oriundos da campesinidade destes agricultores ainda estão preservados. Quando vizinhos se juntam para entregar leite no mesmo tanque de refrigeração ou quando emprestam uma vaca para quem está com dificuldade, eles demostram que ainda buscam estratégias de reprodução

a partir da comunidade onde vivem e de uma lógica camponesa tradicional pautada nas relações de vizinhança.

No entanto, mesmo permanecendo na terra, permanecem a “duras penas”. A alternativa que lhes restou, a pecuária leiteira, vem acompanhada de uma lógica que visa o lucro de poucos. Esta lógica subordina a terra destes agricultores, assim como a mão-de-obra, aos desejos de agentes externos de seu território. Manterem-se da terra começa a ser cada vez mais inviável financeiramente. As dificuldades em continuar trabalhando em suas propriedades fez com que estes agricultores, durante as entrevistas, relatassem sobre o tempo de seus pais, onde não havia trator, não havia metas de produção, mas havia fartura.

As inúmeras dificuldades enfrentadas com a pecuária leiteira causam estranhamento no produtor, pois ele não compreende como não consegue ter sua renda garantida a partir da venda do leite, tendo em vista que trabalha quase o dia todo e faz de tudo, até mesmo buscar fora de sua propriedade a renda para garantir o trato com o rebanho. Uma das frases mais marcantes dita pela esposa de um dos produtores retrata bem esta situação de estranhamento por parte deles:

A dificuldade do leite é que o governo não olha pro lado do produtor direito, há uns 10 anos atrás 4 litros de leite você comprava 2 de gasolina, agora hoje, um litro de gasolina, 4 reais, um litro de leite 78 centavos. O leite não podia tá valendo o menos de 1,50 o litro, tinha que subsidiado. (Moradora do Barreirinho - depoimento 14/01/2016).

Ao analisar este depoimento, podemos comparar a situação destes produtores de leite com a dos gaúchos quando chegaram ao município. Mesmo sendo admirados pelos agricultores mineiros, que os consideram grandes trabalhadores e por esta qualidade é que foram contemplados pelo PRODECER, tiveram financiamento para compra de maquinários, compra das terras, para o plantio, a irrigação e para a construção da cooperativa. Mesmo apoiado pela iniciativa privada, o Estado se apresenta como o principal agente para a consolidação deste projeto, no entanto, em nenhum momento ofereceu apoio para os

pequenos agricultores tradicionais de Iraí. Para eles, nem uma saca de ração é comprada com ajuda do Estado.

É de se estranhar então que estes produtores de leite permaneçam na terra, “escondidos” nas vertentes do rio Quebra-Anzol, em boa medida conformando-se que não há interesse público em auxiliar sua atividade e em manter sua reprodução social. Submetem-se ao que for preciso para não perder o patrimônio da família, esperando por dias melhores. É neste sentido que eles moldam suas estratégias de reprodução social, mas mantêm os valores implícitos em sua campesinidade. Submeter-se representa para eles que buscam o sustento familiar e valorizam a terra onde vivem.

Mesmo com o confronto ideológico fruto da modernização, todos os anos eles resgatam seus valores tradicionais pautados no trabalho comunitário e na religiosidade. Na Folia de Reis estes valores se colocam como pilares para a reprodução de suas crenças e costumes, a solidariedade entre as famílias, a cooperação e a fartura se toram símbolos de uma boa festa. Não há uma pessoa, de dentro ou de fora da comunidade, que não se sinta satisfeito de comida e doces e que não se sinta bem recepcionado. Concordando com o depoimento de um dos foliões entrevistados, a Folia de Reis é a Bandeira do Barreiro.

Esta característica de receptividade entre os moradores do Barreiro, os produtores do Barreirinho e suas relações amigáveis entre os vizinhos e entre os assentados do Raio de Sol, onde estão lutando para permanecer na terra que lhe foi vendida pelo governo, mostrou-se presente em cada entrevista acompanhada de pão de queijo, café e doce. Não havia um lugar onde não se fosse recebido com convites para uma refeição ou para passar a noite.

Durante os últimos trabalhos de campo, pode-se observar a angústia dos produtores de leite do Barreirinho, pois com a chuva o caminhão da cooperativa não conseguia chegar em suas propriedades para recolher o leite, e por isso tiveram que, por duas vezes seguidas, jogar fora a produção. Mesmo angustiados não abriram mão da receptividade, se dispondo a serem

entrevistados enquanto ligavam na cooperativa para resolver este problema. Nesta ocasião, estavam presentes quatro produtores na casa onde o dono teria que jogar o leite fora, procurando ajudá-lo a buscar uma solução. Ficou então explícito neste momento os laços de amizade e solidariedade dos produtores do Barreirinho.

No Assentamento Raio de Sol, ficou evidente o desejo que tinham em permanecer na terra. Em todas as entrevistas os assentados demonstravam a vontade de quitar a dívida, pois pagar a terra para eles é uma questão de honra. Estes produtores de leite, antes do projeto de assentamento, trabalhavam como empregados em fazendas da região, e por isso tinham como sonho conquistar seu “pedacinho de terra”. Um dos entrevistados relatou que sua família vivia na fazenda do patrão desde os tempos de sua bisavó e sempre teve vontade de ter sua própria terra. Quando conseguiu ser assentado, separou uma parcela de seu pequeno lote de quatro hectares para a construção da capela do Assentamento em sinal de agradecimento pela conquista.

O valor que dão à terra, tanto entre os moradores do Barreirinho que vivem na terra herdada de seus antepassados, quanto entre os moradores do Assentamento, que têm a terra como sinônimo de conquista de sua liberdade, faz com que permaneçam trabalhando nela, cuidando do patrimônio para que suas famílias tenham sempre seu chão. Este traço de campesinidade faz com que eles não descuidem de algo tão precioso, de valor simbólico construído através do trabalho de suas famílias.

É neste sentido que eles reafirmam que são os verdadeiros donos destas terras, pois nelas trabalham, e mesmo que não dependam mais delas para garantir a reprodução familiar, se mantêm trabalhando. Até mesmo os que já estão aposentados não deixam um pedaço de chão sem carpir, uma lavoura de milho sem cuidar ou o rebanho sem tratar. O trabalho deles vai para além do lucro, ele é parte fundamental da identidade destes agricultores. Por esta

razão, a posse de um rebanho bovino, por pequeno que seja, acrescenta valor simbólico à família proprietária de alguns hectares de terra.

Continuar a tirar leite e permanecer trabalhando em sua propriedade representa o desejo em manter sua identidade tradicional que tem como princípios a lida no campo e os valores pautados na família e no trabalho. Compreende-se aqui uma lógica e uma ética identitária do campesinato situada para além da simples produção, e caracterizada muito mais por uma campesinidade tradicional, pois elas estão ancoradas em uma ordem de valores e símbolos que se reproduzem há gerações no setor do Barreiro.

O discurso propagado de que o Cerrado é um grande celeiro mundial revela apenas paisagens com grandes lavouras, de tecnologia e alta produção. Ele não apresenta a vida, as comunidades e as tradições passadas por gerações. Parece então que este discurso busca fazer com que seja esquecido que existem pessoas neste vasto território, afinal, de acordo com ele este não é um local para se viver, mas um local para se lucrar. Portanto, torna-se imprescindível evidenciar estas comunidades que persistem em viver no Cerrado, que buscam a sua reprodução apesar das dificuldades impostas e mantêm seus valores pautados na terra, na família e no trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R.A; PAULINO, E.T. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- BERNARDES, J.A. Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 10, n. 10, p.1-10, jun. 2007. Semestral.
- BONESSO, M. **Encontro de Bandeiras: o ciclo festivo do Triângulo Mineiro**. Dissertação de mestrado (Mestrado em Ciências Sociais). Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCar / São Carlos, 2006.
- BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Unicamp, 2007.
- BRANDÃO, C. A. Diversificação convergente. In: _____. **Triângulo capital comercial, geopolítica e a agroindústria**. 1984, 183 fl. Dissertação (Mestrado em Economia). UFMG, Belo Horizonte, 1984. p. 127-171.
- BRANDÃO, C. R. Sobre a tradicionalidade rural que há em nós. In: MARQUES, M.I.M; OLIVEIRA, A.U de. (Org.) **O campo no século XXI: Território de vida e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004. p.121-133.
- _____. Ousar pensar e pesquisar uma geografia de fronteira. In: RAMIRES, J. C. L.; PESSÔA, V. L. S. **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis Editora, 2009. p. 15 a 21.
- _____. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- _____. **O afeto da terra: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis**. Campinas: Editora da UNICAMP,
- _____. **Sacerdotes de Viola: rituais religiosos do catolicismo popular em São Paulo e Minas Gerais**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- CEP, disponível em www.ufrgs/bioetica/benefic.htm. Acesso em 05 de setembro de 2015
- CHELOTTI, M. C. **A estância metamorfoseou-se: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007)**. 2009. 288 fl. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.
- D'AQUINO, T. A Casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento de trabalhadores rurais das Terras de Promissão-SP. 23º Encontro Nacional de Estudos Rurais. São Paulo, pg 22-24, 1996.
- DELGADO, G. da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. Campinas: ÍCONE/UNICAMP, 1985.

ELIAS, D. **Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil**. Barcelona: Scripta Nova, 2006, p.59-81.

FABRINI, J.E. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: SAQUET, M.A.; SANTOS, R.A. (Org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p 126 – 151.

FARIAS, M. F. L. Viver na terra e viver da terra: sociabilidade no cotidiano de famílias em assentamentos rurais no estado do Mato Grosso do Sul. **Espaço de Diálogo e Dexconexão**, Araraquara, v. 1, n. 5, p.1-29, dezembro de 2012.

FOOTE-WHYTE, W. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar. **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 77-86.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1991. Tradução de Raul Fiker.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

_____. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GUERRA, I. Modos de vida – novos percursos e novos conceitos. In: **Sociologia – problemas e práticas**. Lisboa: ISCTE/IUL, n. 13, 1993, p. 59-74.

HOGAN, D. J. et al. (Orgs.). **Migração e ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: PRONEX/UNICAMP, 2002. 324p.

HOGAN, D. J.; CUNHA, J. M. C.; CARMO, R. L. Uso do solo e mudança de sua cobertura no Centro-Oeste do Brasil: consequências demográficas, sociais e ambientais. In: HOGAN, D. J. et al. (Org.) **Migração e ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: PRONEX/UNICAMP, 2002. p. 149-174.

IBGE. **IBGE cidades**. 2015. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 18 maio 2015.

IBGE. **Sistema IBGE de recuperação de dados**. 2015. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 18 maio 2015.

INOCÊNCIO, M. E. **As tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado: o Prodecer**. 2010. 272 f. Tese (Doutorado em geografia). UFG, Goiânia, 2010.

LA BLACHE, P. V de. Os gêneros de vida na geografia humana. **Geographia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 7, p.113-130, 2005. Traduzido por Maria Regina Sader e Simone Batista.

MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. (Introdução). São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MARQUES, L. M. (Org.) **Geografias do Cerrado: Sociedade, Espaço e Tempo no Brasil Central**. Uberlândia: Edibrás, 2014.

MARQUES, M. I. M. A Atualidade do uso do Conceito de Camponês. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos, João Pessoa. AGB, 2002. CD-ROM.

_____. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: MARQUES, M.I.M; OLIVEIRA, A.U de. (Org.) **O campo no século XXI: Território de vida e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004. p.145-158.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. **O Cativo da Terra**. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Ações prioritárias para a conservação da biodiversidade no Cerrado e no Pantanal. Brasília, DF, 1999

MULLER, G. O Agrário verde amarelo, hoje e amanhã. **Revista Brasileira de Geografia**, v 54, n. 04, p. 30-45, out/ dez. 1992.

OLIVEIRA, A. U. de. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: MARQUES, M. I. M; OLIVEIRA, A.U de. (Org.) **O campo no século XXI: Território de vida e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004. p.29-70.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **A Longa marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária**. Estudos Avançados. São Paulo: USP, v. 15, n. 43, p. 185-206. set-dez. 2001.

OLIVEN, R. G. Território, fronteiras e identidades. In: SCHULER, F.; BARCELLOS, M de A. (Org.) **Fronteiras: arte e pensamento na época do multiculturalismo**. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 157-166.

PAULINO, E.T. Agricultura na contemporaneidade: velhas questões, novos apontamentos. In: **Encontro Nacional de Geógrafos**, 15, 2008, São Paulo: USP, 2008. p. 01 - 13

PESSÔA, V. L. S. **Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba – MG**. 1988. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, SP, 1988.

_____. Meio técnico-científico-informacional e modernização da agricultura: uma reflexão sobre as transformações no cerrado mineiro. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M.A. (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2007.p. 255-269.

PESSÔA, V. L. S.; INOCÊNCIO, M. E.. O PRODECER (re)visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. **Campo-território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, p.1-22, jun. 2014. Edição especial do XXI ENGA-2012.

PESSÔA, V. L. S.; SILVA, P. J. Do sul ao Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba(MG): o café e a soja na (re)organização do cerrado mineiro. In: MARAFON, Gláucio José; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Org.). **Interações geográficas: a conexão interinstitucional de grupos de pesquisa**. Uberlândia: Roma, 2007. p. 130-152.

PESSÔA, V. L. S.; SANCHEZ, M. C. Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das Zonas de Paracatu e Alto Paranaíba (MG). **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v.9, n. 37/38, p. 67-79, 1989.

PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: ed. Brasiliense, 1979.

RAMIRES, J. C. L.; PESSÔA, V. L. S. **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis Editora, 2009.

SALIM, C.A. As políticas econômicas e tecnologias para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrados no Brasil: avaliação e perspectiva. **Cad.dif.tecnol**, Brasília, v. 3, p.297-342, ago. 1986.

SANTANA, G.C. As diferentes formas de reprodução do campesinato no município de Itabaiana – SE. In: **Anais do 3º seminário regional norte e nordeste de pós-graduação em geografia**. João Pessoa: UFPB, 13 a 15 de junho de 2013.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. A. **A influência da dinâmica demográfica e domiciliar no processo de ocupação do Cerrado brasileiro: o caso do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba, Minas Gerais, Brasil**. 2010. 155 fl. Tese (Doutorado em Economia), UFMG/Cedeplar, Belo Horizonte, 2010.

SANTOS, M. **Técnicam espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SANTOS, R. J. **Gaúchos e mineiros do Cerrado: metamorfoses das diferentes temporalidades e lógicas sociais**. Uberlândia: EDUFU, 2008.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: Edições Est, 2003.

SAQUET, M. A.; SUZUKI, J.C.; MARAFON, G. J. (Org.) **Territorialidades e diversidades nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SAUER, S. “Reforma agrária de mercado” no Brasil: sonho que se tornou dívida. **Estudos Sociológicos e Agrícolas**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 98-126, 2010.

SAWYER, D. População, meio ambiente e desenvolvimento sustentável no cerrado. In: HOGAN, D. J. et al. (Org.). **Migração e ambiente no Centro-Oeste**. Campinas,: PRONEX/UNICAMP, 2002. p. 279-299.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista NERA - Presidente Prudente*. Ano 8, nº. 07. Julho/Dez de 2005.

SILVA, V. P. **Efeitos sócio-espaciais de grandes projetos em Nova Ponte – MG**: reorganização do espaço urbano e reconstrução da vida cotidiana. 2004, Tese (Doutorado em Geografia), UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

SHIKI, S. et al. (Org.) **Sustentabilidade do sistema agroalimentar no entorno de Iraí de Minas**. Uberlândia: Edufu, 2000.

SHIKI, S. Sistema agroalimentar no cerrado brasileiro: caminhando para o caos? In: SHIKI, S. & GRAZIANO DA SILVA, J. (Org.). **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia: Edufu: 1997, p. 135-165.

VASCONCELOS, V. F.; SANTOS, R. J. dos. A chegada do Projeto Prodecir I em Iraí de Minas e os migrantes. In: **II Simpósio Regional de Geografia: Perspectivas para o Cerrado no século XXI**. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, 16 a 29 de novembro de 2003.

WANDERLEY, M.N.B. **Um saber necessário**: Os estudos rurais no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.21, p. 42-61, out. 2003.

_____. **Juventude Rural**: vida no campo e projetos para o futuro. Recife: ed. UFPE, 2013.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.15, p.69-129, out. 2000.

WORTMANN, E. O saber tradicional camponês e inovações. In: MARQUES, M.I.M; OLIVEIRA, A.U de. (Org.) **O campo no século XXI**: Território de vida e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004. p.133-142.

WOORTMANN, E; WOORTMANN, K. **O Trabalho da Terra**: a lógica e a simbólica da Lavoura camponesa. Brasília: UnB, 1997.

WORMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília: Edunb, n.87, p.11-73, 1990.

ANEXO**AUTORIZAÇÃO**

Por meio desta, autorizo Felipe Genaro a utilizar e publicar os dados fornecidos por mim através de entrevistas e observações, além de meu nome e de minha imagem em trabalhos exclusivamente acadêmicos e na dissertação de mestrado “A campesinidade em Iraí de Minas, MG: estratégias de reprodução social no cerrado mineiro”.

Iraí de Minas, ____ de _____ de 2015

(assinatura do entrevistado)

Roteiro das entrevistas	
A PROPRIEDADE	tamanho em hectares:
	condição do produtor: Proprietário(), Arrendatário(), Ocupante(), Parceiro(), Assentado sem a titulação definitiva();
	efetivo de bovinos: em condição de ordenha _____, voltados à reprodução _____, bezerros _____;
	área voltada para produção de silagem:
	tipo de silagem:
A RENDA DA FAMÍLIA	
	Quantidade de membros da família vivendo na propriedade:
	Outras formas de renda:
	Membros da família trabalhando fora da propriedade:
	valor mensal gerado pela venda do leite:
	Outra fonte de renda provinda da terra:
PRODECER	Possuíam propriedades no topo da chapada:
	tamanho em hectares:
	Valor pago pela CAMPO pela propriedade:
REPRESA	Possuíam propriedades a margem do rio:
	tamanho em hectares:
BANCO DA TERRA	Valor pago pela propriedade:
	Parcelas restantes:
	Há auxílio por parte do Estado?